



Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Centro de Educação e Humanidades  
Instituto de Letras

Manuela Mac Cord

**O discurso outro em editoriais jornalísticos**

Rio de Janeiro  
2008

Manuela Mac Cord

**O discurso outro em editoriais jornalísticos**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação de Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vanise Medeiros

Rio de Janeiro  
2008

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

M113 Mac Cord, Manuela.  
O discurso outro em editoriais jornalísticos / Manuela Mac Cord.  
– 2008.  
187 f.

Orientadora: Vanise Gomes de Medeiros.  
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Jornais – Seções, colunas, etc – Editoriais – Teses. 3. Jornal do Brasil – Teses. 4. O Globo – Teses. I. Medeiros, Vanise Gomes de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 82.085

Autorizo, apenas pra fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

---

Assinatura

---

Data

Manuela Mac Cord

Fazer AD, em resumo, representa uma tomada de posição que se quer crítica quanto aos sentidos já-construídos e dados como óbvios.

Mariani, 1998

## **O discurso outro em editoriais jornalísticos**

Dissertação apresentada, como requisito para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovado em \_\_\_\_\_

Banca examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vanise Medeiros (Orientadora)  
Instituto de Letras da UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Bethania Mariani  
Instituto de Letras da UFF

---

Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques  
Instituto de Letras da UERJ

Rio de Janeiro  
2008

À minha mãe, que dividiu comigo risos e lágrimas,  
alegrias e angústias, durante todo o processo de escrita.

## Agradecimentos

À Vanise Medeiros, por me ter feito gostar de Análise do Discurso, pelas inúmeras leituras atentas que fez da minha dissertação, pela orientação irrestrita e generosa, por ter acreditado em mim quando nem eu mesma acreditava.

À Bethania Mariani, por ter me dado a oportunidade de participar de aulas em que se discutiam apaixonadamente conceitos de Análise do Discurso, e pelas inúmeras sugestões feitas em minha qualificação, sugestões essas que abriram muitos caminhos.

Ao Claudio Cezar Henriques, primeiro por ter sido quem me apresentou a minha orientadora, e também pela prontidão em ajudar no que fosse preciso, inclusive no empréstimo de livros.

À Magda Schlee, por ter dividido comigo as angústias de uma dissertação e pelos vários auxílios dados a toda hora.

À minha madrinha e à Bianca Karam, pelo carinho com que fizeram a revisão desta dissertação.

Ao grupo de Análise do Discurso UFF/UERJ, pela disponibilidade em ouvir sempre, em especial ao Felipe e à Beatriz.

Ao meu primo Iuri, que me ajudou muito na configuração e impressão deste trabalho.

Aos amigos queridos, que compreenderam minhas ausências, principalmente à Sibebe.

Ao meu pai e à minha madrasta, que sempre torceram por mim e que, nos últimos meses, me deram a paz interior de que eu precisava para dar o ponto final a esta pesquisa.

À UERJ.

## RESUMO

MAC CORD, Manuela. *O discurso outro em editoriais jornalísticos*. 2008. 187 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Nesta pesquisa, observarei as formas de inserção do discurso outro em editoriais jornalísticos de *O Globo* e do *Jornal do Brasil*, estudando, assim, a tensão presente nos editoriais, que se configura na ausência de marca de pessoalidade e na ausência de assinatura em artigo que teria como função opinar. Também será investigado se há, entre os jornais supracitados, alguma diferença na inscrição do outro e nos efeitos de sentido daí decorrentes. Além disso, verificar-se-á de que modo o discurso relatado comparece em obras dos períodos pré-NGB (10/20/30), pós-NGB (60/70) e contemporâneo (90/00). Para realizar este trabalho, serão utilizados como base o suporte teórico-metodológico da Análise do Discurso (Pêcheux e Orlandi) e os estudos de Authier-Revuz sobre a heterogeneidade enunciativa.

Palavras-chave: Análise do Discurso, discurso outro, editorial jornalístico.



## RESUMÉ

Dans cette recherche j'observerai les formes d'insertion du discours autre dans les éditoriaux journalistiques de O Globo et du Jornal do Brasil, tout en étudiant, ainsi, la tension présente dans les éditoriaux, qui se configure dans l'absence de marque de caractère personnel et dans l'absence de signature dans un article qui aurait la fonction d'opiner. Aussi on va examiner s'il y a, entre les journaux cités ci-dessus, une différence quelconque dans l'inscription de l'autre et dans les effets de sens qui en découlent. Par ailleurs, on vérifiera de quelle façon le discours nommé apparaît dans des oeuvres des périodes pré-NGB (10/20/30), après –NGB (60/70) et contemporain (90/00). Pour réaliser ce travail, on utilisera comme soutien théorique-méthodologique l'Analyse du Discours (Pêcheux et Orlandi) et les études d'Authier –Revuz sur la hétérogénéité énonciative.

Mots-clé: Analyse du Discours, discours autre, editorial journalistique.

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....  | 10 |
| <b>2- DOS OBJETIVOS</b> .....  | 12 |
| <b>3- SOBRE O CAMPO TEÓRICO DA ANÁLISE DO DISCURSO: ALGUNS CONCEITOS</b> ..... | 15 |
| <b>4- O DISCURSO OUTRO POR AUTHIER- REVUZ</b> .....                            | 21 |
| <b>4.1 - A inserção do outro através do discurso relatado</b> .....            | 23 |
| a) Discurso direto .....   | 24 |
| b) Discurso indireto .....   | 27 |
| c) Discurso indireto livre .....   | 29 |
| d) Discurso direto livre .....   | 30 |
| e) Discurso direto quase-textual .....   | 32 |
| f) Discurso indireto quase-textual .....                                       | 33 |
| <b>4.2- Outras formas de inserção do discurso outro</b> .....                  | 34 |
| a) Modalização em discurso segundo sobre o conteúdo .....                      | 34 |
| b) Modalização autonímica em discurso segundo .....                            | 35 |
| c) Aspas .....   | 37 |
| d) Ilha textual .....  | 39 |
| <b>4.3- As quatro não-coincidências do dizer</b> .....                         | 41 |
| <b>5- O DISCURSO RELATADO EM TRÊS DIFERENTES PERÍODOS</b> .....                | 43 |
| <b>5.1- O discurso relatado no período pré-NGB (anos 10/20/30)</b> .....       | 44 |
| <b>5.2- O discurso relatado no período pós-NGB (anos 60/70)</b> .....          | 45 |
| 5.2.1- <u>Discurso direto</u> .....  | 46 |
| 5.2.2- <u>Discurso indireto</u> .....  | 48 |
| 5.2.3- <u>Discurso indireto livre</u> .....                                    | 51 |

|  |     |
|--|-----|
| 5.3- <b>O discurso relatado nas contemporaneidade (anos 90/00)</b> .....                               | 55  |
| 5.3.1- <u>Discurso direto</u> .....  | 56  |
| 5.3.2- <u>Discurso indireto</u> .....  | 59  |
| 5.3.3- <u>Discurso indireto livre</u> .....  | 61  |
| <br>   |     |
| <b>6- ANÁLISE DA INSCRIÇÃO DO OUTRO EM EDITORIAIS DE <i>OGLOBO</i> E <i>JORNAL DO BRASIL</i></b> ..... | 65  |
| <br>   |     |
| 6.1- <b>Da escolha do material e da delimitação do <i>corpus</i></b> .....                             | 65  |
| <br>   |     |
| 6.2- <b>Questões acerca da mídia, do discurso jornalístico e do editorial</b> .....                    | 67  |
| <br>   |     |
| 6.3- <b>Analisando as seqüências discursivas</b> .....   | 70  |
| 6.3.1- <u>Da não-coincidência interlocutiva</u> .....  | 72  |
| 6.3.1.1- Da concordância .....   | 74  |
| 6.3.1.2- Da discordância .....   | 78  |
| 6.3.1.2.1- Da discordância sem ironia .....  | 79  |
| 6.3.1.2.2- Da discordância com ironia .....  | 82  |
| 6.3.2- <u>Da não-coincidência do discurso consigo mesmo</u> .....                                      | 86  |
| 6.3.3- <u>Da não-coincidência das palavras consigo mesmas</u> .....                                    | 88  |
| <br>   |     |
| 6.4- <b>Das aspas de autonomia</b> .....   | 90  |
| <br>   |     |
| 6.5- <b>Das diferenças entre <i>O Globo</i> e <i>Jornal do Brasil</i></b> .....                        | 91  |
| <br>   |     |
| 6.6- <b>Das recorrências, das ausências, dos efeitos produzidos: considerações parciais</b> .....      | 92  |
| <br>   |     |
| <b>7- CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | 96  |
| <br>   |     |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....  | 98  |
| <br>   |     |
| <b>ANEXO: EDITORIAIS DE <i>O GLOBO</i> E <i>JORNAL DO BRASIL</i> DE ABRIL E MAIO DE 2006</b> .....     | 102 |

## 1 – Considerações iniciais

“Trabalho: aquilo que é suscetível de introduzir uma diferença significativa no campo do saber, ao preço de um certo esforço para o autor e para o leitor, e com a eventual recompensa de um certo prazer, isto é, de um acesso a uma outra figura da verdade.”  
Foucault, Milner, Veyne, Wahl (In: Orlandi, 2005)

Nesta pesquisa, será feita, com base no suporte teórico da Análise do Discurso (Pêcheux e Orlandi) e nos estudos de Authier-Revuz, uma análise das formas de inscrição do outro nos editoriais jornalísticos de *O Globo* e do *Jornal do Brasil*, e também de como o discurso relatado comparece em obras de três diferentes períodos.

A escolha por trabalhar o discurso outro em editoriais jornalísticos surgiu a partir da leitura de uma análise do discurso de divulgação científica feita por Authier-Revuz (1998) em seu texto intitulado *A encenação da comunicação no discurso de divulgação científica*. Como até a presente pesquisa não eram conhecidos trabalhos, ao menos em língua portuguesa, que se propusessem a fazer um exame do discurso outro em editoriais, julgamos ser o tema de bastante valia e interesse para a área de língua portuguesa.

Já o interesse em estudar o discurso relatado em obras de três distintos períodos surgiu a partir da leitura dos trabalhos de Authier-Revuz acerca do discurso outro. Foi interessante notar a minha inicial resistência/estranhamento ao me debruçar sobre seus estudos. Em muitos pontos, parecia ser, por exemplo, o discurso direto de Authier-Revuz distinto daquele que eu havia há tempos estudado nos bancos da universidade, principalmente nas gramáticas. Foi aí, então, que decidi analisar o comparecimento do discurso relatado em outras obras, de diferentes períodos, que não as obras de Authier-Revuz.

É preciso falar ainda das possíveis contribuições desta pesquisa para o campo do discurso outro. São três. A primeira diz respeito ao fato de que a complexidade do discurso outro será estudada em material inédito, os editoriais. Além disso, esta pesquisa pretende

ampliar o escopo do discurso relatado, pois, como se verá no decorrer do trabalho, tradicionalmente as gramáticas de língua portuguesa trabalham com o discurso direto, o indireto e o indireto livre como formas de discurso relatado. A esse quadro, Authier-Revuz acrescenta o discurso direto livre, o discurso direto quase-textual e o discurso indireto quase-textual. Por fim, será exposta a questão do discurso relatado sob o apoio de Authier-Revuz, sendo então mostrados aspectos diferentes daqueles que aparecem nas gramáticas e livros acadêmicos de uma maneira geral.

Esta dissertação também pretende contribuir para o estudo dos editoriais e do discurso jornalístico, com a discussão desses temas a partir de uma teoria enunciativa. A descrição que será feita do funcionamento dos editoriais auxiliará ainda no uso desse material em sala de aula. Tanto os professores do Ensino Fundamental e Médio quanto os de universidade costumam trabalhar com textos de jornal e exigem de seus alunos conhecimentos sobre o conteúdo de tais textos. Contudo, eles ainda podem ampliar o trabalho, de maneira que os estudantes percebam outros fenômenos. Esta pesquisa vai contribuir, assim, para a análise do material jornalístico, pois, além da discussão do tema já feita comumente nas escolas e universidades, será sugerido que os estudantes também se atentem para os efeitos de sentido provocados pelas formas de inserção do discurso outro no tecido jornalístico.

Deseja-se também aprofundar os estudos sobre Análise do Discurso, heterogeneidade enunciativa e editorial jornalístico. Esse aprofundamento ocorrerá à medida que as pesquisas, leituras e reflexões forem sendo realizadas.

## 2 – Dos objetivos

“Quando se interpreta já se está preso em um sentido.”  
Orlandi, 2003

A presente dissertação possui três principais objetivos. O primeiro deles é analisar o funcionamento das formas de inscrição do discurso outro em editoriais de *O Globo* e do *Jornal do Brasil*, averiguando, assim, até que ponto um editorial jornalístico é ou não um artigo de opinião. Como se observará no decorrer deste trabalho, embora o editorial jornalístico seja apontado pelo próprio jornal como o espaço em que se veicula a opinião do jornal – daí, tanto em *O Globo* quanto no *Jornal do Brasil*, vir escrito *Opinião* acima dos editoriais –, nele não há nem assinatura, nem marcas de pessoalidade, como o uso de verbos e pronomes em primeira pessoa. É essa tensão provocada pela ausência de assinatura e marca de pessoalidade, em um texto dito opinativo, que será analisada.

O segundo objetivo é examinar se há diferenças na maneira de inserir o outro no fio discursivo entre os jornais *O Globo* e o *Jornal do Brasil*, apontando, assim, para possíveis diferenças no funcionamento do discurso do editorial nesses jornais.

O terceiro objetivo é verificar de que maneira obras de três períodos distintos – pré-NGB (anos 10/20/30), pós-NGB (anos 60/70) e contemporâneo (anos 90/00) – tratam da questão da inscrição do outro no discurso através do discurso relatado, de modo a se verificar a que tradição (tradições) tais obras se filiam, e em que formação(ões) ideológica(s) se inscrevem. Tal interesse se justifica pelo fato de, neste trabalho, estudar-se o discurso relatado nos editoriais jornalísticos.

Para a realização de tal pesquisa, utilizaremos como suporte teórico-metodológico a Análise do Discurso (Pêcheux e Orlandi) e os estudos de Authier-Revuz sobre a heterogeneidade enunciativa.

O discurso outro, nos estudos de Authier-Revuz (1998 e 2004), diz respeito não só ao discurso relatado, que engloba discurso direto, discurso indireto, discurso indireto livre, discurso direto livre, discurso direto quase-textual e discurso indireto quase-textual – estes três últimos introduzidos por Authier-Revuz (1998) em sua teoria –, mas a qualquer modo de representação no discurso de um outro discurso, como é o caso, para indicar aqueles que serão tratados aqui,<sup>1</sup> da modalização em discurso segundo sobre o conteúdo, da modalização autonímica em discurso segundo, das aspas e da ilha textual.

Esta pesquisa se desdobra em sete capítulos. Nas *Considerações iniciais*, é feita uma reflexão sobre a motivação para fazer tal trabalho, sendo mostradas ainda suas possíveis contribuições. Em seguida, tem-se o presente capítulo – *Dos objetivos* –, em que são expostos os objetivos da pesquisa e em que é explicado para o leitor seu modo de organização.

No terceiro capítulo – *Sobre o campo teórico da Análise do Discurso: alguns conceitos* – são expostos conceitos da Análise do Discurso que norteiam este trabalho, a saber: sentido, sujeito, interdiscurso, formação discursiva, formação ideológica, texto, pré-construído, discurso, ideologia, condições de produção e formações imaginárias.

Já no quarto capítulo – *O discurso outro por Authier-Revuz* –, são retomados alguns conceitos da Análise do Discurso para que seja introduzido o quadro teórico de Authier-Revuz: heterogeneidade constitutiva, heterogeneidade mostrada, heterogeneidade mostrada marcada, heterogeneidade mostrada não-marcada. Nesse mesmo capítulo, em sua segunda parte, intitulada *A inserção do outro através do discurso relatado*, é mostrada a questão da inserção do outro no fio discursivo através do discurso relatado – discurso direto, discurso indireto, discurso indireto livre, discurso direto livre, discurso direto quase-textual e discurso indireto quase-textual – segundo o quadro teórico de Authier-Revuz, ou seja, do ponto de vista enunciativo. Na terceira parte desse capítulo – *Outras formas de inserção do discurso outro* –, por sua vez, são mostradas, sob o viés enunciativo, a inserção do outro através da modalização em discurso segundo sobre o conteúdo, da modalização autonímica em discurso segundo, das aspas e da ilha textual. Por fim, a quarta parte – *As quatro não-coincidências do dizer* – trata dos quatro eixos sobre os quais se inscreve o heterogêneo no discurso, a saber: não-coincidência interlocutiva, não-coincidência do discurso consigo mesmo, não-coincidência entre as palavras e as coisas e não-coincidência das palavras consigo mesmas.

O quinto capítulo – *O discurso relatado em três diferentes períodos* – faz um panorama da visão do discurso relatado, tomando por base a análise de obras escolhidas

---

<sup>1</sup> Há ainda outras formas de inscrição do discurso outro, como é o caso, por exemplo, da alusão e da negação.

aleatoriamente, em três distintos períodos, a saber: *O discurso relatado no período pré-NGB (anos 10/20/30)*, *O discurso relatado no período pós-NGB (anos 60/70)* e *O discurso relatado na contemporaneidade (anos 90/00)*.

O sexto capítulo – *A inscrição do outro em editoriais de O Globo e Jornal do Brasil* – subdivide-se em seis partes. Na primeira delas – *Da escolha do material e da delimitação do corpus* –, justifica-se a escolha do material, delimita-se o que é *corpus* para a Análise do Discurso e fala-se da opção por trabalhar com seqüências discursivas para engendrar a análise e responder à pergunta desta pesquisa. Em seguida, em parte que se denomina *Questões acerca da mídia, do discurso jornalístico e do editorial*, discute-se discursivamente questões relacionadas à mídia, ao discurso jornalístico e ao editorial, inclusive os mitos da informação e da comunicação. Na terceira parte desse capítulo – *Analisando as seqüências discursivas* –, com base nas quatro não-coincidências do dizer já trabalhadas, observa-se de que modo o outro se inscreve, e também de que modo o outro não se inscreve, nos editoriais jornalísticos de *O Globo* e *Jornal do Brasil* e os efeitos de sentido daí decorrentes. No quarto item – *Das aspas de autonomia* –, trata-se do comparecimento das aspas de autonomia nos editoriais jornalísticos, aspas essas que não trabalham as quatro não-coincidências do dizer. Já no quinto item – *Das diferenças entre O Globo e Jornal do Brasil* –, são mostradas as diferenças discursivas entre os editoriais dos dois jornais estudados. Por fim, na última parte – *Das recorrências, das ausências, dos efeitos produzidos: considerações parciais* –, são feitas algumas observações acerca do que se pôde observar em todo o capítulo.

Finalmente, há as *Considerações finais* (capítulo sete), as referências bibliográficas e o anexo desta dissertação, anexo em que estão inseridos os editoriais dos meses de abril e maio de 2006, que serviram de material para esta dissertação.



### 3 – Sobre o campo teórico da Análise do Discurso: alguns conceitos

“(…) toda teoria é ideológica, toda teoria é provisória. Uma teoria pode somente ser mais verdadeira do que outra, e não pode ser simplesmente verdadeira.”

Henry, 1990

Esta dissertação tem como suporte teórico-metodológico duas áreas de conhecimento, a saber, a Análise do Discurso<sup>2</sup> (Pêcheux e Orlandi) e a heterogeneidade enunciativa,<sup>3</sup> com os estudos de Authier-Revuz. Além disso, tem-se como objeto de estudo o discurso jornalístico, já que neste trabalho serão analisados editoriais.

Para a realização desta pesquisa, é fundamental que alguns conceitos presentes na teoria da Análise do Discurso sejam apresentados e sirvam de pressupostos.

Enquanto muitas áreas da lingüística tratam dos sentidos do léxico de uma língua como se estes fossem estabilizados, ou seja, afirmam haver uma relação bijectiva entre palavra e sentido, de tal modo que palavras seriam unidades lexicais que permitissem a remissão a um sentido, a Análise do Discurso postula que a relação entre uma palavra e seu sentido não é natural, estável e única. Em Análise do Discurso, os sentidos são históricos, sociais e ideológicos. São feitos.

De acordo com Orlandi (2003:32):

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele.

Assim, observa-se que as palavras não pertencem a quem as fala e elas também não significam por si, só significam por meio da história e da língua. Só se pode falar de um lugar

---

<sup>2</sup> Na área da Análise do Discurso, norteam esta pesquisa os trabalhos de Pêcheux de 1988 e 1997 e os de Orlandi de 1987, 1988, 1994, 1995, 2003 e 2004.

<sup>3</sup> Na área da heterogeneidade enunciativa, foram fundamentais os trabalhos de Authier-Revuz de 1990, 1998, 1999 e 2004.

sócio-histórico. No entanto, o sujeito falante tem a ilusão de ser a fonte do sentido (ilusão-esquecimento nº 1) e também de ter domínio daquilo que diz, de ser senhor absoluto sobre tudo aquilo que enuncia, dominando as estratégias discursivas necessárias para dizer o que pretende (ilusão-esquecimento nº 2).

Segundo Pêcheux (1998:173), há dois tipos diferentes de esquecimentos constitutivos do discurso. No esquecimento número 1, o sujeito-falante não pode, por definição, encontrar-se no exterior da formação discursiva que o domina. Assim, o sujeito se considera a origem de seu dizer e acha que diz aquilo que quer. Já o esquecimento número 2 é aquele pelo qual todo sujeito-falante supõe selecionar, na formação discursiva que o domina, um enunciado, e não um outro. Dessa forma, o sujeito pensa que o que ele diz só pode ser uma coisa, como se houvesse uma relação direta entre linguagem, pensamento e mundo.

Embora o sujeito tenha a ilusão de ser senhor de suas palavras, há um conjunto de formulações esquecidas determinantes de seu discurso. É a esse conjunto de formulações que chamamos de interdiscurso ou memória discursiva. No entanto, o fato de esses dizeres esquecidos serem constitutivos do discurso não implica a exclusão da possibilidade de mudança. Os sentidos não retornam simplesmente, mas se projetam em outros sentidos.

Segundo Orlandi (2003:33), “todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos”. Assim, devido à característica incompleta dos sujeitos e do simbólico, mesmo que todo o sentido se filie a uma determinada memória, ainda assim há a possibilidade do deslocamento, do deslize, do trabalho da metáfora. Pode-se, assim, perceber que, para haver sentido, é necessário que se formule um enunciado, ou que haja uma manifestação não-verbal, ou mesmo o silêncio, e esses só entram na perspectiva do dizível por sua historicidade, pelo saber discursivo construído historicamente e esquecido.

Outros conceitos fundamentais são os de formação discursiva e formação ideológica. Como já dissemos, o sentido não existe em si, mas ele se constitui a partir das posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico de produção das palavras. Assim, segundo Pêcheux (1988:160):

As palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas (...) nas quais essas posições se inscrevem.

Além disso, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de representações que não são nem individuais nem universais, mas que estão relacionadas a posições de classes em conflito (Indursky, 1997:32).

Uma formação ideológica pode abarcar várias formações discursivas, que são a representação no discurso dessa formação ideológica. Assim, é a formação discursiva que determina o que pode e o que não pode ser dito. Conseqüentemente, o sentido de uma seqüência discursiva é decorrente de sua relação com determinada formação discursiva. Por outro lado, uma mesma seqüência discursiva inserida em diferentes formações discursivas produzirá sentidos diversos.

Para se chegar às formações discursivas que afetam o sujeito do discurso, é necessário que se examine a superfície lingüística de textos, fazendo, assim, a análise dos mecanismos sintáticos e do funcionamento enunciativo em questão, dessuperficializando esses mecanismos, na tentativa de estabelecer suas famílias parafrásticas e, conseqüentemente, suas matrizes de sentido. Segundo Orlandi (2004:54), o texto,

visto na perspectiva do discurso, não é uma unidade fechada – embora, como unidade de análise, ele possa ser considerado uma unidade inteira – pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), com o que chamamos sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso: a memória do dizer).

Vê-se, assim, que, para o analista do discurso, o texto é uma unidade lingüístico-histórica complexa resultante da articulação de vários elementos, e pode ser também uma unidade inteira de análise. Um texto pode ser atravessado por uma ou mais formações discursivas.

Vale ainda ressaltar que toda formação discursiva é constitutivamente invadida por elementos oriundos de outras formações discursivas e que se repetem nela. Essa maneira como cada formação discursiva, concebida como um domínio de saber, relaciona-se com o seu exterior é o pré-construído.

Desse modo, uma formação discursiva é uma unidade dividida e heterogênea; nela se encontram elementos que lhe são próprios, mas também elementos que deslizaram de outras formações discursivas. Em uma mesma formação discursiva, pode haver a união de dois ou mais discursos – discurso entendido como “efeito de sentidos entre locutores” (Orlandi, 2003:21) –, o da mídia e o da ciência, por exemplo. Seu contorno é, assim, instável, pois não

há como distinguir seus elementos internos próprios de saber de elementos inicialmente exteriores.

Além disso, uma das questões importantes da Análise do Discurso é a reformulação do que seja ideologia. O fato de não haver sentido sem interpretação já demonstra que há ideologia. Orlandi (2003:46) nos explica que no

(...) movimento da interpretação o sentido aparece-nos como evidência, como se ele estivesse já sempre lá. Interpreta-se e ao mesmo tempo nega-se a interpretação, colocando-a no grau zero. Naturaliza-se o que é produzido na relação do histórico e do simbólico. Por esse mecanismo – ideológico – de apagamento da interpretação, há transposição de formas materiais em outras, construindo-se transparências – como se a linguagem e a história não tivessem sua espessura, sua opacidade – para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis, naturalizadas. Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência.

Assim, se tendemos a enxergar os sentidos como algo transparente, óbvio, preexistente, essa percepção é fruto do apagamento de dizeres outros que determinam a nossa fala. No entanto, os sentidos nada têm de transparentes, já que são resultado de um processo histórico e dependem da formação discursiva em que se inserem. E toda formação discursiva remete a uma formação ideológica. Assim, se os sentidos dependem da formação discursiva, a interpretação não é livre, mas garantida pela memória constitutiva (o interdiscurso).

Para a Análise do Discurso, a ideologia consiste na representação da relação imaginária com o mundo real no interior dos processos discursivos. E o analista, quando vai trabalhar com o discurso, depara-se com a materialidade discursiva, que é tanto lingüística quanto ideológica. Na Análise do Discurso, trabalha-se essa materialidade discursiva, dessuperficializando-a, para analisar os funcionamentos discursivos que instauram a ilusão da transparência dos sentidos.

Há ainda que se considerar que todos os sentidos são possíveis, mas, dependendo das condições de produção, há um que se sobressai, tornando-se o dominante. É atribuído a esse sentido dominante um certo prestígio de legitimidade, sendo tal sentido apreendido historicamente, muitas vezes, como o sentido oficial/literal. Por condições de produção (Orlandi, 1988:85), compreende-se

o contexto histórico-social, ideológico, a situação, os interlocutores e o objeto de discurso, de tal forma que aquilo que se diz significa em relação ao que não se diz, ao lugar social do qual se diz, para quem se diz, em relação aos outros discursos, etc.

Assim, dependendo das relações de poder, do interdiscurso, do momento histórico, da imagem que se produz do lugar social de quem fala, um sentido pode se tornar dominante, mas ele não é único, por não ser imanente, mas produto de articulações histórico-ideológicas.

Segundo Orlandi (2003), as condições de produção, que são constitutivas do discurso, funcionam de acordo com alguns fatores. Um desses fatores é a relação de sentidos. De acordo com essa noção, não há discurso que não se relacione com outros. Assim, os sentidos são resultantes de relações: um sentido tanto aponta para outros que o sustentam, quanto aponta para dizeres futuros.

Além disso, Orlandi (2003:39) diz haver um mecanismo de antecipação, por meio do qual

todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor “ouve” suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte.

Assim, esse mecanismo de antecipação regula o modo como o sujeito se relaciona com o outro, que pode ser visto tanto como seu cúmplice, quanto como seu adversário.

Há também, segundo Orlandi (2003), a chamada relação de forças. De acordo com essa noção, o lugar do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Se o sujeito fala do lugar do professor, por exemplo, suas palavras significam de modo diferente do que se ele falasse da posição de aluno. Isso porque nossa sociedade é constituída por relações de hierarquia, de força, que se fazem falar nos discursos. A fala do professor, em nossa sociedade, vale mais do que a fala do aluno.

Todos esses mecanismos de funcionamento do discurso – a relação de sentidos, o mecanismo de antecipação, a relação de forças – repousam nas chamadas formações imaginárias. Segundo Mariani (1990:19), formações imaginárias são “uma rede de projeções que os interlocutores fazem do seu próprio lugar social, do lugar do outro, do objeto discursivo, etc”.

Não são os sujeitos físicos nem seus lugares empíricos que estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens resultantes de projeções. E são essas projeções, consoante Orlandi (2003), que

permitem passar de situações empíricas, que são os lugares dos sujeitos, para as posições dos sujeitos no discurso.

Por ora, são necessárias ainda duas palavras acerca da noção de texto para a Análise do Discurso. Segundo Orlandi (2004:54), do ponto de vista de sua apresentação empírica, um texto é um objeto que possui começo, meio e fim, o que não significa que um texto seja tomado como um produto completo.

O texto se relaciona com outros textos, com suas condições de produção e com o interdiscurso, daí sua incompletude. Isso significa que os sentidos não estão nem no texto, nem no leitor, mas na relação entre os dois. Essa relação, como já dito, está atravessada pelas formações imaginárias.

Assim, se tomarmos o texto pragmaticamente, ele é uma unidade acabada, com início, meio e fim, mas, se o tomarmos como objeto teórico, o texto é incompleto, e, segundo Orlandi (*apud* Medeiros, 2003:63), “bólide de sentidos”.

No capítulo seguinte, será mostrado de que maneira se articulam os conceitos da Análise do Discurso já expostos e o quadro proposto por Authier-Revuz dos modos de inserção do outro no discurso. Alguns conceitos serão retomados e outros inseridos, de forma que esses dois capítulos sirvam de revisão da literatura de suporte deste trabalho.

## 4 – O discurso outro por Authier-Revuz

“Eu não sou eu nem sou o outro,/ Sou qualquer coisa de intermédio...”

Mário de Sá-Carneiro

No que tange à teoria da Análise do Discurso, não se pode pensar, como já exposto, em língua sem se pensar em sujeito, sujeito esse que se insere em uma dada formação ideológica e que é determinado por uma historicidade.

O sujeito da Análise do Discurso não é controlador dos sentidos, não é a origem dos seus dizeres, nem realiza suas intenções enunciativas em sua plenitude. Não se trata, portanto, de um sujeito centrado. Para a Análise do Discurso, o sujeito é dividido e a fala é fundamentalmente heterogênea. Quando falamos, escuta-se não só a polifonia oriunda do interdiscurso como também pontuações do inconsciente. Também o sujeito não é uma entidade homogênea exterior à linguagem, mas seu suporte e efeito.

Tendo em vista que a fala do sujeito é invadida pelo interdiscurso e pelo inconsciente sendo, portanto, heterogênea, em termos conceituais, manifesta-se necessário fazer, inicialmente, a distinção entre heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva.

Para melhor entender a noção de heterogeneidade constitutiva, é necessário retomar conceitos já explicados. Para que as palavras façam sentido, é preciso que elas já façam sentido. Somente algo que já foi dito, que vem pela memória discursiva, pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, pode entrar no campo do dizível. Pode-se observar, assim, que o sujeito não é senhor de suas palavras, ele é mais “falado do que fala”, uma vez que as palavras são sempre as palavras de outros. Assim, Authier-Revuz (1990:26), opondo-se a uma concepção de “sujeito como fonte autônoma do sentido que comunica através da língua”, afirma que toda fala tem um caráter heterogêneo. Há, portanto, segundo Authier-Revuz (1990:29), uma heterogeneidade constitutiva do sujeito e que faz encontrar tanto o inconsciente quanto a ideologia:

Nesta afirmação de que, **constitutivamente**, no sujeito e no seu discurso está o **Outro**, reencontram-se as concepções do discurso, da ideologia e do inconsciente... (Negrito da autora).

No entanto, o sujeito pensa ter acesso ou controle sobre o modo como os sentidos nele são constituídos, e esse esquecimento dos dizeres alheios é importante para que o sujeito reconheça a si mesmo, o que não apaga a heterogeneidade constitutiva.

Por heterogeneidade mostrada, entende-se o conjunto de formas que inscreve o outro na seqüência do discurso. Essa inserção do outro pode ocorrer de maneira marcada – como, por exemplo, no caso do discurso direto, do discurso indireto, das aspas, da ilha textual – ou não-marcada – como, por exemplo, nas alusões, no discurso indireto livre e no discurso direto livre.

A heterogeneidade mostrada é considerada marcada quando há marcas no fio discursivo que mostram que em determinado ponto foi inserido um discurso de outrem. Essas marcas lingüísticas são variadas, podendo ser as aspas, dois-pontos, parágrafo, travessão, um sintagma introdutor – *disse que, falou que* –, ou elementos modalizadores – *segundo fulano, de acordo com fulano, para retomar uma expressão típica de x, para falar de tal modo*. Segundo Authier-Revuz (2004:246), a heterogeneidade marcada pode ser

[aquela] das *palavras dos outros*, os dos outros discursos no meio dos quais todo discurso produz-se, mas de que pode, de maneira fragmentária, reconhecer e designar a presença em si mesmo, graças a um conjunto de formas lingüísticas de distanciamento enunciativo... (Itálico da autora).

Ao contrário, quando a heterogeneidade mostrada é não-marcada, não há a presença desses elementos sintáticos e estruturais que tornam explícita a inserção de um outro discurso. Assim, a heterogeneidade não-marcada diz respeito aos jogos de palavras, à alusão, ao discurso direto livre, ao discurso indireto livre, dentre outros.

A importância da heterogeneidade mostrada é o fato de ela ser uma representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva de seu discurso. O sujeito, esquecendo-se de que não é a origem de seu dizer, de que suas palavras não são suas, separa, através da heterogeneidade mostrada, o que seria seu do que seria do outro. Nas palavras de Authier-Revuz (1990:32):

Face ao “isso fala” da heterogeneidade constitutiva responde-se através dos “como diz o outro” e “se eu posso dizer” da heterogeneidade mostrada, um “eu sei o que eu digo”, isto é, sei **quem** fala, eu ou um outro, e eu sei **como** eu falo, como utilizo as palavras (Aspas e negrito da autora).



Assim, vê-se que a heterogeneidade constitutiva e a mostrada são representantes de duas ordens distintas: a dos processos de constituição do discurso e a dos processos de representação dessa constituição no discurso, ou seja, da formulação.

Com isso, deseja-se mostrar que a noção de sujeito para a Análise do Discurso não é a de um sujeito empiricamente coincidente consigo mesmo, já que ele é atravessado pela linguagem e pela história, tendo acesso apenas à parte do que diz. Desde a sua constituição, segundo Authier-Revuz (1998:49), ele é materialmente dividido: ele é sujeito de e sujeito à, uma vez que está submetido à língua e à história. Submetendo-se a essas forças, o sujeito se constitui e produz sentidos.

#### 4.1 – A inserção do outro através do discurso relatado

É importante esclarecer que Authier-Revuz (1998 e 2004) trabalha a inserção do outro no discurso do ponto de vista enunciativo, daí a linguagem ser tomada como trabalho simbólico, e serem consideradas, em seus estudos, questões tais como as condições de produção. Em suas pesquisas, os aspectos sintáticos auxiliam na análise de modo a se chegar aos efeitos de sentido provocados pelo uso de determinada forma de inserção do discurso outro em detrimento de outra.

Como já dito na parte introdutória, há vários modos de representação de um discurso outro em determinado discurso. Inicialmente, serão apresentadas, segundo o quadro teórico de Authier-Revuz,<sup>4</sup> as formas que compõem o discurso relatado, a saber: discurso direto, discurso indireto, discurso indireto livre, discurso direto livre, discurso direto quase-textual e discurso indireto quase-textual.

---

<sup>4</sup> Estamos tomando por base os textos publicados por Authier-Revuz no Brasil (1990, 1998, 1999 e 2004).

## a) Discurso direto

O discurso direto, no que tange à proposta teórica de Authier-Revuz, constitui uma forma marcada de heterogeneidade mostrada, visto que é uma forma que inscreve o outro na seqüência do discurso de maneira explícita, ou seja, há marcas lingüísticas que revelam a inserção de um outro discurso. No caso do enunciado abaixo, retirado do *corpus* analisado, essa marca de explicitação do discurso outro são as aspas, além do verbo afirmar antecedido por vírgula:

**“A rodada da OMC é a melhor chance que temos para reduzir ou eliminar subsídios, abrir mercados, aumentar a riqueza e gerar empregos”, afirmou** o presidente brasileiro, em seu discurso em Viena (*JB*, 15 de maio de 2006) (Negrito nosso).

Sintaticamente, no discurso direto, ocorre uma ruptura na cadeia discursiva e, no que tange aos aspectos formais, a fala do outro, antecédida ou não por parágrafo, pode ser inserida pelas aspas ou pelo travessão.

Esses aspectos sintáticos e formais fazem do discurso direto, se considerarmos a questão da heterogeneidade marcada ou não-marcada como uma linha contínua, a forma mais marcada de inserção do outro, uma vez que sempre estarão presentes mais de uma marca de ruptura do fio discursivo, como é o caso do travessão, das aspas, dos dois-pontos e até do parágrafo.

Tratar do discurso direto em um quadro enunciativo significa considerar tanto a enunciação primeira, em que se produziu determinada fala, quanto a enunciação em que se inseriu essa fala outra. Com o discurso direto, então, tem-se uma simulação da fala do outro e o conseqüente uso do signo autônomo, o signo que remete ao próprio signo – conceito que será a seguir explicado. Essa simulação se dá na medida em que a fala do outro não é reformulada, ou traduzida, mas se reproduz, segundo Authier-Revuz (1998), a materialidade exata dessa fala, ou seja, o significante é mantido.

Deve-se notar que a manutenção do significante que ocorre no discurso direto não implica a fidelidade ao dizer e, indo mais adiante, também não implica a verdade do dizer, uma vez que manter a materialidade não significa manter o significado, tendo em vista que as condições de produção não foram consideradas. A fidelidade ao dizer é uma ilusão provocada pela reprodução do significante, pelo uso do signo autônomo. Reproduzir a materialidade

significante da fala de outrem não significa fidelidade, visto que se trata de uma outra enunciação, em uma outra conjuntura sócio-histórico-ideológica.

Antes de prosseguirmos, façamos um parêntese para tratar do par enunciado/enunciação. Tanto no discurso direto quanto no discurso indireto, como se verá a seguir, o que é relatado é um enunciado, não um ato de enunciação. Num ato de enunciação, determinados interlocutores, numa dada situação, em determinado tempo, em determinado local, inseridos em uma formação discursiva, com uma imagem que produzem de seu lugar social e do lugar social do outro, vão formular um enunciado qualquer, que pode ser traduzido (discurso indireto) ou simulado (discurso direto) através do discurso relatado, mas não se pode nem simular nem traduzir a complexidade do ato de enunciação.

Observem-se as definições de Ferreira (2005:14) para enunciado e enunciação, respectivamente:

Unidade constitutiva do discurso que nunca se repete da mesma maneira, já que a sua função enunciativa muda de acordo com as condições de produção. É a partir dos enunciados, portanto, que podemos identificar as diferentes posições assumidas pelo sujeito no discurso.

Processo de reformulação de um enunciado através do qual ele é posto em funcionamento, surgindo como uma de suas possíveis formas de atualização. Os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas, pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que têm como característica colocar o "dito" e, em consequência, rejeitar o não-dito.

Assim, se o enunciado é considerado uma unidade discursiva que nunca se repete da mesma maneira, estando sua função enunciativa atrelada às condições de produção, quando tal enunciado é inserido em um discurso através do discurso direto ou do discurso indireto, é outra a situação social, são outros os sujeitos e outras as formações imaginárias, podendo até ser outro o assunto tratado, o que resulta na não-fidelidade ao que foi dito.

A enunciação, por sua vez, é o processo de reformulação de um enunciado, que é colocado em funcionamento. Essa atualização do enunciado traz a possibilidade de ruptura e de mudança no retorno dos sentidos, o que acarreta a impossibilidade de reprodução do ato de enunciação.

Voltemos ao discurso direto.

É muito comum que, para confirmar a verdade do que se diz, textos recorram à transcrição da fala de outrem. Usa-se, então, o discurso direto para afirmar que a verdade do texto é inquestionável, como se a reprodução do significante interditasse outros sentidos. No entanto, sempre que se simula a fala de alguém, as condições de produção são outras, pois o

contexto sócio-histórico-ideológico é outro, assim como também são outras as relações de poder, a imagem que se produz de quem fala e os próprios interlocutores.

Segundo Authier-Revuz (*apud* Medeiros, 2003:95), são várias as ilusões que o discurso direto engendra, a saber: fidelidade à palavra do outro, objetividade na transcrição da palavra outra e neutralidade por parte do relator dessa palavra outra. Tais ilusões se apóiam no corte sintático promovido na cadeia discursiva e na possibilidade de o discurso direto funcionar como forma autônoma.

Medeiros (2003:95), retomando estudo de Authier-Revuz, trata de duas marcas do comportamento autônomo do discurso direto. A primeira delas é que tal discurso não comporta sinonímias, não se podendo substituir, por exemplo, “não sou casado” em um discurso direto por “sou solteiro”.<sup>5</sup> Outra marca é que o discurso direto permite a repetição de algo que não foi compreendido, como, por exemplo, uma palavra estrangeira. Assim, a autonomia do discurso direto decorre da possibilidade da reprodução do significante. É em tal reprodução, que impede a sinonímia e permite a reprodução da palavra não compreendida, que reside a ilusão de reprodução verdadeira de um discurso outro. Em outras palavras, parafraseando Medeiros (2003), a impossibilidade de alteração do significante entre aspas possibilita que se tome o discurso direto como mantenedor da palavra outra. Esquece-se, no entanto, de que qualquer forma de representação de um discurso outro esbarra no problema do sentido, já que em qualquer tipo de representação escolhida encontra-se a marca da interpretação. Esquece-se também de que a manutenção do significante não resulta na manutenção do significado, pois não é possível aprisionar um sentido a um dizer.

Assim, em uma abordagem enunciativa, o discurso direto é assumido enquanto enunciação outra que provoca a ilusão da fidelidade ao que o outro disse. Nesse ponto estaria, segundo Authier-Revuz (*apud* Medeiros, 2003:96), seu conflito constitutivo:

(...) o DD, que relata palavras, cortadas de sua situação de enunciação, esfacela-as, propõe e explicita disjuntos a cadeia significante do enunciado relatado e os elementos da situação. Esta disjunção corresponde ao conflito constitutivo do DD: o L [locutor] se apaga diante do enunciado que ele repete textualmente e, ao mesmo tempo, quer ele queira ou não, retira todas as marcas da situação da enunciação que ele relata e na qual o enunciado se inscreve e toma seu sentido.<sup>6</sup>

Vê-se, assim, que, quando o locutor se apaga ao fazer uso do discurso direto, são também apagadas as marcas da situação por ele relatada e na qual o enunciado se insere e

---

<sup>5</sup> Exemplo de Authier-Revuz e tradução de Medeiros.

<sup>6</sup> Tradução de Medeiros.

produz sentido, daí o conflito constitutivo. Desse modo, no discurso direto, demarca-se o dizer outro, supondo-se aí não intervir:

(...) o valor fundamental parece ser de um “eu não intervenho” de L [locutor], que designa, mostra, sem tocá-lo, o discurso que ele relata como um objeto dotado de existência independente (Authier-Revuz, *apud* Medeiros, 2003: 96).<sup>7</sup>

É essa aparente não-intervenção do locutor que provoca a ilusão de neutralidade, de objetividade do discurso direto em relação ao tratamento dado ao discurso outro, o que leva, por fim, à ilusão de que o discurso direto é o discurso da verdade.

Dessa forma, a presença do discurso direto em editoriais tem por efeito tornar a verdade do texto do editorial inquestionável, uma vez que se está trabalhando aí com a ilusão da fidelidade ao dizer do outro e com a suposta não-intervenção do locutor no dizer do outro. Assim, a presença do discurso direto fortalece ainda mais os mitos da informação e da comunicação presentes nos editoriais, e nos textos jornalísticos de uma maneira geral. O primeiro trata da ilusão de que há uma verdade, e essa é informada aos leitores pelo jornal, e o segundo trata da ilusão de que não pode ser outro o sentido de determinadas palavras, daí um entendimento literal do que o outro disse. Trataremos com mais vagar desses dois mitos em *Questões acerca da mídia, do discurso jornalístico e do editorial*.

## **b) Discurso indireto**

O discurso indireto, conforme Authier-Revuz, também constitui uma forma marcada de heterogeneidade mostrada, uma vez que, assim como no discurso direto, marca-se a presença do outro na seqüência discursiva, agora por meio de verbo introdutor, seguido, geralmente, de *que* ou *se*.

Além disso, no discurso indireto, o enunciador apropria-se da palavra do outro, traduzindo-a, reformulando-a, fazendo uso do signo padrão – signo que remete a um elemento do mundo, o signo do uso (conceito que será a seguir explicado). Nesse modo de inserção do discurso, não há mais a manutenção do significante de um dizer.

Sintaticamente, o discurso indireto caracteriza-se pelo não-rompimento da cadeia discursiva, o que significa que o dizer do outro não foi introduzido precedido de aspas, nem

---

<sup>7</sup> Idem.

de parágrafo e travessão. Já quanto aos aspectos formais, a fala do outro é introduzida através de *se*, de *que* ou de pronomes e advérbios. Assim, vê-se que, embora também constitua uma forma marcada de heterogeneidade mostrada, marca-se diferentemente do discurso direto, tendo em vista que não houve ruptura no fio discursivo, como se pode ver no enunciado abaixo:

Na entrevista, o ex-dirigente **afirmara que o empresário Marcos Valério coordenava um esquema ilegal de arrecadação de verbas e que pretendia obter R\$ 1 bilhão** (JB, 11 de maio de 2006) (Negrito nosso).

Além disso, assim como reproduzir o significante da fala de outrem não é garantia de fidelidade ao dizer, reformular a seqüência discursiva também não, visto que, em ambos os casos, não foram consideradas as condições de produção.

Será exposta, nesse momento, a diferença entre signo padrão e signo autônomo (Authier-Revuz, 1998), por ser tal diferença fundamental para a elaboração de nosso trabalho, uma vez que o discurso indireto e o discurso direto derivam, respectivamente, desses dois modos semióticos.

### **Signo padrão e signo autônomo**

O signo padrão, como é o caso de “H-Biodiesel” na seqüência discursiva abaixo, é o signo do uso, “remete, como referente, a um elemento do mundo” (Authier-Revuz, 1998:137). Usou-se H-Biodiesel para nomear determinado combustível:

Diferentemente do biodiesel que é adicionado ao diesel comum, o H-Biodiesel é feito nas refinarias (JB, 21 de maio de 2006).

Já o signo autônomo remete ao próprio signo, como é o caso em: “H- Biodiesel é o termo utilizado para designar um combustível alternativo formado de óleos vegetais e diesel”. Nesse caso, a palavra, o signo é mostrado. Usou-se o signo “H-Biodiesel” para remeter a ele mesmo. O signo autônomo é, assim, típico da função metalingüística, em que o código da língua é utilizado para explicar a si mesmo, como ocorre nos dicionários ou nas gramáticas, por exemplo.

No discurso indireto, segundo Authier-Revuz (1998), o enunciador utiliza suas próprias palavras para relatar um ato de enunciação, reformulando assim as palavras da outra mensagem. Desse modo, percebe-se que o modo semiótico do discurso indireto é exclusivamente o modo padrão. Não há, nesse tipo de inserção do discurso outro, nenhum momento em que haja a reprodução do significante da fala de alguém, daí não haver uso de signo autônomo, como se pode observar na seqüência discursiva abaixo:

“... o presidente-bomba já disse mais de uma vez que deseja varrer Israel do mapa” (*JB*, 28 de maio de 2006).

Já o discurso direto é heterogêneo, uma vez que é constituído de signo padrão no sintagma introdutor e de signo autônomo na parte citada. Na parte introdutória, o enunciador faz uso de suas palavras para descrever a situação de enunciação, enquanto, na parte seguinte, faz menção às palavras da mensagem que relata. Na seqüência discursiva abaixo, a situação descrita vem após a parte citada, e é geralmente com essa ordem (parte citada antecedendo situação descrita) que o discurso direto comparece nos editoriais jornalísticos.

“Somos três para defender o povo latino americano”, disse Evo Morales, ao lado dos seus guias supremos – os dois ditadores que conduzem venezuelanos e cubanos com mão de ferro (*JB*, 3 de maio de 2006).

### **c) Discurso indireto livre**

O discurso indireto livre se caracteriza por fazer ouvir mais de uma voz falando em uma mesma construção lingüística. Segundo Authier-Revuz (1998), o reconhecimento de mais de uma voz falando se dá através de índices que podem ser recuperados no discurso em função do seu contexto de produção.

Sem que haja uma remissão explícita a um outro ato de enunciação, o discurso indireto livre funciona tal qual uma conotação autonímica – em que ocorre menção e uso simultâneo das palavras, uma vez que ocorre, no encadeamento do dizer, a remissão a uma fala outra da qual o locutor faz um empréstimo –, fundando-se, assim, em um efeito de distanciamento entre as palavras do locutor e as outras.

Além disso, o discurso indireto livre, de modo diferente do discurso direto e do discurso indireto, constitui, de acordo com Authier-Revuz (1988), uma forma não-marcada de

heterogeneidade mostrada, visto que a maneira de inserir o outro na seqüência discursiva não se dá de maneira explícita: sintaticamente, não há ruptura da cadeia discursiva e, do ponto de vista formal, há a supressão do sintagma que insere a fala do outro. Assim, essa é introduzida diretamente, sem a presença de aspas, travessão, *que*, *se*, advérbios ou pronomes. Outra característica dessa fala é que ela é traduzida, reformulada, não havendo a conservação do significante. É o que se pode verificar na seqüência discursiva abaixo, em que o discurso indireto livre está em negrito:

A Câmara dos Deputados dá um exemplo de falta de sintonia com os interesses da sociedade na votação do projeto de lei que estabelece cotas nas universidades federais para estudantes da rede pública e subcotas para negros e índios. **Por que a imprensa em legislar sobre assunto que divide profundamente os brasileiros?** (*O Globo*, 04 de abril de 2006) (Negrito nosso).

Como a inserção do outro se dá sem qualquer fronteira visível, a atribuição do estatuto de palavra de um lugar discursivo outro a um fragmento do discurso repousa sobre mecanismos interpretativos, ou seja, é levando em conta o contexto discursivo e o situacional (Quem fala? Para quem? etc) que determinado enunciado, como o anteriormente destacado, pode ser interpretado como relatando as proposições de determinado político, por exemplo, ou derivando, como o período que a ele antecede, do que afirma o enunciador do editorial. Assim, pode-se atribuir a um mesmo enunciado diferentes papéis enunciativos desempenhados por personagens diferentes, o que resulta em uma interpretação<sup>8</sup> necessariamente polifônica do enunciado.

Dessa forma, a presença do discurso indireto livre em editoriais e a conseqüente dúvida sobre quem fala têm por efeito mostrar que os questionamentos em questão não são apenas feitos pelo editorial, mas também configuram a dúvida de outras pessoas, mostrando, desse modo, que a posição do jornal não é exclusiva dele, o que pode reforçar tal posição.

#### **d) Discurso direto livre**

O discurso direto livre é uma contribuição de Authier-Revuz para o quadro do discurso relatado.

---

<sup>8</sup> Em *Análise do Discurso*, “a interpretação está presente em toda e qualquer manifestação de linguagem. Não há sentido sem interpretação” (Orlandi, 2004:9). Interpretar é inerente ao sujeito, estando a interpretação em qualquer um.



O discurso direto livre se assemelha ao discurso indireto livre por haver em ambos a presença de uma simultaneidade de vozes em um mesmo enunciado, simultaneidade de vozes essa que pode ser recuperada por índices que irão nos levar a considerar, em uma seqüência de enunciados, um enunciado como sendo derivado de um outro ato de enunciação.

Assim como o discurso indireto livre, o discurso direto livre também constitui uma forma não-marcada de heterogeneidade mostrada, já que a inserção do outro na seqüência discursiva não se dá de maneira aparente: sintaticamente, não há ruptura na cadeia discursiva e, no que tange aos aspectos formais, é suprimido o sintagma que insere a fala simulada do outro. Dessa maneira, a fala é introduzida diretamente, sem a presença de aspas, travessões, *que*, *se*, advérbios ou pronomes. Como o outro não compareceu por meio do discurso direto livre nos editoriais de *O Globo* e do *Jornal do Brasil* do período analisado, formulamos o seguinte enunciado em que o discurso direto livre comparece em negrito: “O deputado estava cansado de ser acusado injustamente. **Não vou mais agüentar tanta injustiça**”.

Pode-se observar, a partir da exposição das características do discurso direto livre, que ele difere do discurso direto no aspecto sintático e no formal. Não há, agora, quebra na cadeia discursiva e a fala é introduzida diretamente. Ambas as mudanças fazem desse tipo de discurso uma forma não marcada de heterogeneidade mostrada.

É importante ressaltar novamente que, enquanto o discurso direto e o discurso indireto, assim como as duas formas de modalização autonímica – conceito que será posteriormente apresentado –, são modos explícitos e unívocos de representação de um discurso outro, marcados com a ajuda de formas da língua, o discurso direto livre e o discurso indireto livre são modos não marcados na língua, e também não são unívocos. Tais modos de inserção do outro no discurso dão sempre margem a lugares de incerteza em relação à atribuição do dizer, diferente do que ocorre em discurso direto e em discurso indireto.

A diferença entre o discurso direto livre e o discurso indireto livre reside na questão da simulação-tradução, na diferença de funcionamento dos elementos dêiticos (Authier-Revuz, 1998:159). Enquanto o primeiro simula a fala de um outro, havendo a manutenção de pronomes, advérbios e tempos verbais do discurso relatado, no discurso indireto livre, o enunciado do outro é reformulado, havendo alterações nos tempos verbais, pronomes e advérbios em relação ao enunciado primeiro.

### e) Discurso direto quase-textual

Em Authier-Revuz (1998), além dos discursos relatados já apresentados, encontra-se uma outra forma de representação do outro no discurso, o discurso direto quase-textual.<sup>9</sup> Esse modo de inserção do outro no discurso não compareceu nos editoriais de abril e maio de 2006 de *O Globo* e do *Jornal do Brasil*. Nesse tipo de discurso, as palavras mostradas pelo enunciador – aquele que está relatando as palavras de outrem – são, segundo Authier-Revuz (1998:157),

explicitamente caracterizadas ou implicitamente interpretáveis como aquelas palavras escolhidas por L [locutor que relata a fala de outrem] como sendo as que resumem perfeitamente, dizendo a verdade, “sem disfarce”, o conteúdo da mensagem de l [locutor da mensagem primeira]...

Authier-Revuz (1998:157) ainda acrescenta que, quando as palavras mostradas pelo enunciador são explicitamente caracterizadas, aparecem do seguinte modo: Fulano disse aproximadamente que “x”; “x”, foi o que fulano disse por alto; Fulano disse essencialmente que “x” etc. Já quando implicitamente interpretáveis, o locutor tira uma conclusão a partir de uma situação dada, comparecendo em fórmulas do tipo: O que toda essa situação nos diz é: “x”.

O uso do discurso direto quase-textual, ao apresentar verbos introdutórios do dizer e marcar com aspas seqüências desse suposto dizer, trabalha a ilusão de manutenção do sentido do discurso outro. É como se, ao demarcarmos com aspas, pudéssemos ser fiéis ao sentido do dizer do outro e, com isso, manter a sua verdade. Assim, o discurso direto quase-textual engendra duas ilusões: de fidelidade ao sentido da palavra do outro e objetividade por parte de quem relata as palavras do outro.

Se no discurso direto temos a ilusão de manutenção do sentido por causa da manutenção do significante, no discurso direto quase-textual, essa ilusão se dá pela presença das aspas, embora o significante não seja mantido. Todavia, em ambos os casos, essa manutenção da verdade do dizer do outro não é possível, tendo em vista não serem as mesmas as condições de produção de quando se enunciou primeiramente o enunciado e de quando ele foi relatado.

---

<sup>9</sup> Não foi encontrado em nenhum dos textos de Authier-Revuz lidos em língua portuguesa o nome discurso direto quase-textual. Embora se tenha tratado de tal assunto (Authier-Revuz, 1998:156-157), o que há é uma explicação desse tipo de inserção do outro no discurso, mas não sua nomeação. Apenas em francês há a nomeação: DD pseudo textuel. No entanto, o termo em francês DI pseudo textuel foi traduzido para o português como DI quase-textual (Authier-Revuz, 1998:157-158), daí termos também traduzido DD pseudo textuel como DD quase-textual.

A questão da objetividade por parte de quem relata as palavras outras no discurso direto quase-textual também é uma ilusão, já que foi um sujeito, que se insere em determinada formação ideológica e em uma formação discursiva, quem selecionou, entre todas as informações, o que seria sua essência, e esse sujeito não poderia ter escolhido de outra forma, mas somente da maneira que o fez, pois está submetido à história e ao inconsciente.

#### **f) Discurso indireto quase-textual**

Em seu quadro teórico, Authier-Revuz (1998) acrescenta ainda outra forma de demarcação do que seria o dizer do outro, o chamado discurso indireto quase-textual. Tal recurso, segundo Authier-Revuz (1998:157), é bastante usado na imprensa e nos textos teóricos, citando vastamente algum autor. Nesse tipo de discurso, lança-se mão de um verbo *dicendi*, acompanhado da conjunção integrante *que*, marcando o discurso indireto e, em seguida, comparecem as aspas sobre o dizer, como se pode notar no seguinte editorial do *Jornal do Brasil*:

Não à toa, o relatório da agência da ONU **ressalta que “qualquer progresso nesse setor requer total transparência e cooperação ativa pelo Irã”** (*JB*, 29 de abril de 2006) (Negrito nosso).

Sobre o discurso indireto quase-textual, Authier-Revuz (1998:158) afirma ainda que se trata de uma subordinação a partir do discurso direto, sendo possível haver ajustes mínimos nos elementos dêiticos – podendo os pronomes, por exemplo, aparecerem na primeira ou na terceira pessoa, assim como podem ocorrer mudanças nos tempos verbais –, mas jogando com a conservação das escolhas lexicais do discurso que está sendo relatado.

O discurso indireto quase-textual traz ainda uma grande controvérsia: não poderíamos considerar tal discurso como um discurso indireto seguido de discurso direto? Para Authier-Revuz (1998:158) não se trata de discurso direto, uma vez que, semioticamente, funciona como uma ilha textual – conceito que será exposto a seguir – que se estende sobre a mensagem inteira. Ou seja, no discurso indireto quase-textual o que ocorre é um caso de conotação autonímica, e não de autonomia.

O uso autonímico das aspas ocorre quando se faz apenas menção – e não uso – das palavras aspeadas, como é o caso do discurso direto. Já no caso da ilha textual, as aspas funcionam com valor de conotação autonímica, indicando uso e menção, pois o que está entre

aspas são palavras que estão sintaticamente integradas ao fio discursivo. É nesse caso – aspas de conotação autonímica – que se enquadra a parte aspeada do discurso indireto quase-textual, visto que as palavras do relatório da ONU são tanto usadas quanto mencionadas.

Além disso, a manutenção das palavras do outro, que ocorre em ilha textual, funciona como se também fossem mantidos os sentidos dessa outra enunciação. A ilusão é de manter com as aspas os sentidos da enunciação anterior. A diferença entre ilha textual e discurso indireto quase-textual reside no fato de a primeira ter suas aspas restritas a uma palavra ou expressão, enquanto, no segundo caso, o que está entre aspas é toda a mensagem relatada.

O discurso indireto quase-textual, desse modo, teria uma dupla função: manter a característica estrutural de, por exemplo, textos teóricos, o discurso indireto, e, ao mesmo tempo, produzir a ilusão do discurso direto: a manutenção da verdade do dizer.

## 4.2 – Outras formas de inserção do discurso outro

Além do discurso relatado, há outras formas que inserem o outro no fio discurso. Destacaremos aqui algumas dessas formas, a saber: modalização em discurso segundo sobre o conteúdo, modalização autonímica em discurso segundo, aspas e ilha textual.

### **a) Modalização em discurso segundo sobre o conteúdo**

Antes de se explicar o que é modalização em discurso segundo sobre o conteúdo, é preciso mostrar alguns enunciados, que não se enquadram nessa forma de inserção do discurso outro, para, a partir da diferença entre eles, tornar mais clara a definição dessa modalização.

O enunciado “A cada ano o país perde quase 700 mil habitantes”, por exemplo, é uma afirmação sobre um acontecimento do mundo: o fato de um país perder anualmente perto de 700 mil habitantes. O enunciado “O presidente Vladimir Putin disse que a cada ano o país perde quase 700 mil habitantes”, por sua vez, relata um acontecimento diferente do primeiro. Nesse caso, fala-se sobre o fato de o presidente Vladimir Putin ter dito alguma coisa. Assim, o

que está em jogo é um trabalho sobre o dizer. Já em enunciados do tipo “Segundo o presidente Vladimir Putin, a cada ano o país perde quase 700 mil habitantes”, é importante notar que a afirmação sobre a perda de habitantes do país está modalizada, remetendo a um discurso outro, ao conteúdo de um discurso outro, daí modalização em discurso segundo sobre o conteúdo. Nesse tipo de enunciado, o foco recai sobre aquilo que é dito, silenciando-se, assim, o ato de dizer (ausência de verbo *dicendi*). E o efeito produzido é o da citação, funcionando o conteúdo expresso como uma premissa. É o que se pode ver no editorial de 13 de maio de 2006 de *O Globo*:

**Segundo o presidente Vladimir Putin**, que classifica a situação de crítica e está propondo a criação de incentivos para estimular famílias a ter mais filhos, **a cada ano o país perde quase 700 mil habitantes** (*O Globo*, 13 de maio de 2006) (Negrito nosso).

As formas do tipo “segundo fulano”, assim como “de acordo com fulano”, “é fulano quem o diz”, modalizam pela referência a um outro discurso. No exemplo supracitado, a modalização recaiu sobre o conteúdo afirmado. Com esse tipo de construção, mantém-se distância sobre o que foi dito, produzindo-se, como já exposto, efeito de citação, efeito de premissa. Tal separação entre as palavras de um eu e de um outro não se dá necessariamente porque o enunciador não concorda com elas, revelando, assim, a sua não-responsabilidade sobre tal fala. Ao contrário, essa divisão entre as palavras do enunciador e as de outrem pode corroborar também a opinião do enunciador. A informação de que a Rússia vem perdendo quase 700 mil habitantes é uma informação do presidente do país, alguém autorizado a falar sobre isso, e não apenas a posição do editorial de *O Globo*, por exemplo.

## **b) Modalização autonímica em discurso segundo**

No item anterior, foi exposto e exemplificado o conceito de modalização em discurso segundo sobre o conteúdo, em que determinada informação era modalizada por fazer referência a um outro discurso. Na modalização autonímica em discurso segundo, de maneira diferente, os elementos modalizadores recaem sobre o emprego de uma determinada palavra – não do conteúdo do dizer – que foi emprestada de um exterior lingüístico. Ou seja, usa-se, em determinado discurso, palavra ou expressão que não é própria dele e, depois, faz-se referência

a seu lugar de origem, modalizando-a. Abaixo, no editorial de *O Globo* de 23 de maio de 2006, comparece um caso de modalização autonímica em discurso segundo:

O dia de ontem nos mercados mundiais foi mais um de turbulência – **ou volatilidade, segundo o jargão do ramo...** (*O Globo*, 23 de maio de 2006) (Negrito nosso).

No exemplo supracitado, a palavra modalizada foi “volatilidade”, e, antes dela, fez-se menção à palavra “turbulência”. A modalização autonímica compareceu com o descompasso de dois discursos, o econômico e o jornalístico. O que ocorreu foi uma não-coincidência do discurso jornalístico consigo mesmo, tendo sido afetado pela presença em si do discurso econômico: “volatilidade”.

Mais uma vez, é importante ressaltar que a modalização recaiu apenas sobre a palavra “volatilidade”, e não sobre o conteúdo expresso – “O dia de ontem nos mercados mundiais foi mais um de turbulência” –, daí tratar-se de modalização autonímica em discurso segundo somente, e não modalização em discurso segundo sobre o conteúdo.

Vê-se, assim, que expressões como “para falar de tal modo”, “como diria x”, “para retomar uma expressão típica de x”, ou, conforme ocorreu no exemplo supracitado, “segundo o jargão x”, remetem uma palavra ou expressão a um outro discurso, modalizando-as. Com esse tipo de construção, assim como ocorreu com a modalização em discurso segundo sobre o conteúdo, também há um distanciamento, mas não mais em relação ao conteúdo expresso, mas em relação a uma palavra ou expressão, por essa ser, muitas vezes, estranha ao enunciado em que está inserida.

Assim, com a modalização autonímica em discurso segundo, não estaria havendo apenas uma negociação entre o que seriam palavras do enunciador e o que seriam palavras outras, mais que isso, com esse tipo de modalização, mostra-se de que posição discursiva o sujeito fala e, conseqüentemente, de qual posição discursiva ele não fala. Se “volatilidade” é a palavra modalizada, e não “turbulência”, ou seja, se é “volatilidade” a palavra estranha, isso indica que se fala da posição-sujeito jornalista, e não da posição-sujeito economista.

### c) Aspas

As aspas são um sinal de distância que o enunciador pode colocar, na escrita, em certas palavras ou conjunto de palavras. Tal sinal de distância possui, segundo Authier-Revuz (2004:217), dois valores diferentes: a autonímia e a conotação autonímica.

Há uso autonímico das aspas quando se faz menção e não uso das palavras aspeadas, como no caso do discurso direto. Destaca-se, como exemplo, o seguinte enunciado do *corpus* em uso, em que se inseriu a palavra do ministro Palocci através do discurso direto:

Acusado de participar de um esquema de arrecadação de dinheiro sujo para o caixa petista de Delúbio, um protótipo de mensalão, Palocci foi objetivo: **“Não digo apenas que não sabia; digo que não houve”** (*O Globo*, 06 de abril de 2006) (Negrito nosso).

Segundo Authier-Revuz (2004:218):

O elemento autonímico constitui, no enunciado em que figura, um corpo estranho, um objeto “mostrado” ao receptor; nesse sentido, pode-se considerar essas palavras aspeadas como “*mantidas a distância*”, em um primeiro sentido, como se mantém afastado um objeto que se olha e que se mostra (Grifos da autora).

As aspas funcionam com valor de conotação autonímica quando ocorre a combinação das duas estruturas complexas da conotação e da autonímia, ou seja, quando as aspas indicam uso e menção. A conotação autonímica ocorre, particularmente, em dois casos: no discurso indireto livre e nas palavras ou sintagmas marcados com aspas de distanciamento. Essas aspas de distanciamento não são redundantes – contrariamente às aspas de autonímia simples –, pois concernem a elementos sintaticamente integrados ao contexto. (Authier-Revuz, 2004:218). É nesse valor das aspas que nos deteremos.

As aspas da conotação autonímica (Authier-Revuz, 2004:219) têm por objetivo demarcar dois espaços discursivos, criando um exterior e um distanciamento que desresponsabiliza o enunciador por aquela(s) palavra(s) aspeada(s). Essa suspensão da responsabilidade provoca uma espécie de vazio a preencher. Foram destacados dos editoriais os seguintes enunciados abaixo transcritos em que o que comparece entre aspas são ilhas textuais – conceito que será aprofundado a seguir –, e nelas as aspas possuem valor de conotação autonímica:

Primeiro, o Superior Tribunal de Justiça considerou não ser **“falta grave”** a posse de celular nas prisões (*JB*, 17 de maio de 2006) (Negrito nosso).

A segunda decisão, do Supremo Tribunal Federal, declarou inconstitucionais alguns dispositivos da Lei dos Crimes Hediondos e permitiu a concessão do regime da progressão para seqüestradores e homicidas, sob o princípio da **“humanização da pena”** (JB, 17 de maio de 2006) (Negrito nosso).

Também na seqüência discursiva a seguir comparecem aspas de conotação autonímica. A expressão “homem forte” é, ao mesmo tempo, usada e mencionada:

São mais extensas do que a queda e a incriminação de Antonio Palocci, o último **“homem forte”** do presidente da República (JB, 06 de abril de 2006) (Negrito nosso).

Essa desresponsabilização do sujeito que, no caso anterior, se deve às aspas é, no entanto, apenas imaginária, uma vez que, entre tantos significantes escritos/ouvidos, selecionaram-se apenas alguns, e essa seleção é uma marca da posição ideológica assumida pelo enunciador. O efeito do uso das aspas é marcar determinada palavra ou grupo de palavras como sendo do outro e não de si.

As aspas comparecem também onde pode haver uma ameaça na estabilidade dos sentidos e, por isso, remete-se a um outro para que o dizer seja contido em uma determinada materialidade significativa. Assim, o uso das aspas joga com o efeito de literalidade, com o efeito de neutralidade em relação ao dizer do outro.

As aspas com valor de conotação autonímica podem ainda, segundo Authier-Revuz (2004), dentre outras possibilidades:

- a) assinalar palavras deslocadas, fora de seu lugar, como, as palavras estrangeiras, neológicas ou técnicas que, apesar de muitas vezes compreendidas, estão à margem do código. É o caso de “homem-bomba regional”, na seqüência discursiva abaixo:

Não à toa um comentarista do jornal *La Republica*, de La Paz, disse que o presidente boliviano convertera-se em um **“homem-bomba regional”** – trilha natural para alguém encorajado pela fanfarrice de Hugo Chávez (JB, 3 de maio de 2006) (Negrito nosso).

- b) marcar uma expressão familiar em um editorial jornalístico, por exemplo, remetendo, assim, a um outro nível de língua. Usam-se tais aspas para mostrar que, embora se saiba que tal expressão não condiz com o espaço em que ela foi inserida, a inserção se deu por falta de outra equivalente, ou para mostrar em sua materialidade significativa a expressão que vem sendo usada pelas pessoas etc. É o caso de “bico” no enunciado a seguir:



E morrem em igual proporção, na maioria dos casos no “**bico**”, o segundo trabalho do policial, necessário para complementar os baixos salários (*O Globo*, 24 de abril de 2006) (Negrito nosso).

- c) questionar o caráter apropriado de determinadas palavras. Em muitos casos, as aspas destinam-se a romper o emprego que certos discursos fazem de uma palavra como apropriada. Com as aspas, diz-se que, no lugar dessas palavras, deveria haver outras. No enunciado abaixo, questiona-se a locução adjetiva “controle externo”, constituinte da expressão “instrumentos do controle externo”, para se referir ao Conselho nacional de Justiça e a organismo idêntico relacionado ao Ministério Público.

Chamados de forma pouco apropriada de instrumentos do “**controle externo**”, os dois conselhos são essenciais para regular a Justiça e o MP, baixar normas administrativas, ter alguma função de corregedoria, etc. (*O Globo*, 15 de abril de 2006) (Negrito nosso).

- d) assinalar as palavras aproximativas. Essas aspas são uma espécie de proteção posta sobre uma palavra para indicar que é apenas um modo de falar, não se irá discutir por causa dessa palavra. Com isso, frustra-se preventivamente a ofensiva do outro. Se o outro ia reclamar do uso de tal palavra, não vai mais, pois esta está entre aspas.

Aquilo que está no ar (como o samba) qualquer pessoa apanha “**de ouvido**” – sobretudo um povo esperto e ágil como o brasileiro (*O Globo*, 30 de abril de 2006) (Negrito nosso).

#### **d) Ilha textual**

Em relação à ilha textual, é preciso dizer que se trata de um termo de Authier-Revuz para indicar a palavra entre aspas que ocorre sempre em meio ao discurso indireto ou à modalização em discurso segundo sobre o conteúdo. No momento em que se dá a operação de reformulação-tradução de um enunciado, um elemento da mensagem primeira em seu efeito de literalidade parece resistir a esse processo, daí sua ocorrência entre aspas nesses dois tipos de discurso previamente citados (Authier-Revuz, 2004:194). É o que se pode verificar nos enunciados retirados do *corpus*. No primeiro deles, a inserção da fala do presidente Lula se deu por meio do discurso indireto, mas, no momento em que se traduziu a fala de Lula, o termo “mesquinho” é destacado em sua materialidade significante:

Enquanto isso, o presidente Lula **garantiu que não haveria “mesquinho” capaz de tratar a violência em São Paulo como uma questão eleitoral** (*JB*, 19 de maio de 2007) (Negrito nosso).

Já na segunda seqüência discursiva destacada, as palavras do presidente Evo Morales foram inseridas através da modalização em discurso segundo sobre o conteúdo, mas um termo resistiu à reformulação de suas palavras – “um cavalo” –, sob a forma de ilha textual:

**Segundo ele, o Brasil teria pago pelas terras com “um cavalo”**, quando a absorção daquela área fez parte de um acordo amplo e rendeu dois milhões de libras esterlinas aos bolivianos (*O Globo*, 13 de maio de 2006) (Negrito nosso).

Essas aspas presentes na ilha textual indicam uso e menção, conotação autonímica, diferentemente daquelas do discurso direto, por exemplo, em que há somente menção, autonímia.

O termo em ilha textual é, assim, marcado como pertencente à fala do outro. Joga-se com a ilusão de que se está sendo fiel à fala outra, e isso produz efeitos de sentido, como a legitimação ou deslegitimação, entre outros.

As aspas da ilha textual, além de fazerem funcionar a ilusão de manutenção do sentido, uma vez que promovem uma parada no significante, mostrando as palavras em sua materialidade significante, também destacam, em meio a tudo o que foi atribuído como dizer do presidente Lula ou do presidente Morales, por exemplo, uma palavra ou expressão, mostrando ao leitor que é a ela que se deve prestar atenção, que ela é o foco a ser observado.

Segundo Authier-Revuz (2004:194), muitos estudiosos, como Gaulmyn, consideram ser a ilha (ou ilhota) textual uma forma híbrida ou mista de discurso relatado, que associa discurso indireto e discurso direto. Discordando dessa posição, Authier-Revuz diz ser necessário distinguir a ilha textual dos casos de passagem do discurso direto para o discurso indireto. De acordo com Authier-Revuz (2004: 195), o discurso direto se caracteriza por uma ruptura no plano semiótico (uso/menção), o que acarreta, na seqüência introdutor/parte citada, uma dupla heterogeneidade: no campo sintático e no plano enunciativo.

No campo sintático, devido ao estatuto autonímico da parte citada, poderiam vir, após o sintagma introdutor, uma exclamação (“Ó céus), uma frase estrangeira (“It is not true”), uma frase agramatical (“Eu, arroz, morrer, querer”), uma onomatopéia (“Pow!”) etc.

No exemplo a seguir, é um enunciado completo que complementa o sintagma introdutor – que, no caso, vem após a parte citada:

**“Não sei a que país o presidente está se referindo”**, disse o deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), presidente da Frente Parlamentar de Saúde do Congresso (*JB*, 23 de abril de 2006) (Negrito nosso).

Já no campo enunciativo, a ruptura se dá em consequência do duplo quadro para os elementos dêiticos. Na parte em que comparece o signo padrão, os elementos dêiticos estão em relação com a situação de enunciação em curso; na parte citada, esses elementos remetem à situação de enunciação representada.

Essas duas diferentes rupturas, a do plano sintático e a do plano enunciativo, que são características dessa passagem do discurso indireto para o discurso direto, não estão presentes na ilha textual. Ao contrário, o fragmento da ilha textual é integrado e homogêneo, sintática e enunciativamente, tanto no contexto do discurso indireto quanto no contexto da modalização em discurso segundo sobre o conteúdo.

### 4.3 – As quatro não-coincidências do dizer

Neste capítulo, foi mostrado que a inserção do outro no discurso pode ocorrer de várias formas: discurso direto, discurso indireto, discurso direto livre, discurso indireto livre, discurso direto quase-textual, discurso indireto quase-textual, modalização em discurso segundo sobre o conteúdo, modalização autonímica em discurso segundo, aspas, ilha textual, dentre outras formas que neste trabalho não foram abordadas. Tais formas denunciam, conforme Authier-Revuz (1998), a tensão entre o que se julga de si e o que não se julga de si; denunciam, pois, não-coincidências do dizer.

Segundo Authier-Revuz (1998:20-21), há quatro campos de não-coincidências do dizer:

- a) não-coincidência interlocutiva entre os dois coenunciadores;
- b) não-coincidência do discurso consigo mesmo, afetado pela presença em si de outros discursos;
- c) não-coincidência entre as palavras e as coisas;
- d) não-coincidência das palavras consigo mesmas, afetadas por outros sentidos, por outras palavras, pelo jogo da polissemia, da homonímia etc.

A não-coincidência interlocutiva é colocada, de acordo com Authier-Revuz (1998:22), como fundamental entre dois sujeitos que não coincidem com eles mesmos e que não são

simétricos, o que inviabiliza a comunicação como entendida na teoria de Jakobson. Na não-coincidência interlocutiva, os sentidos não são partilhados pelos interlocutores: “X, se entende o que eu quero dizer”, ou “X, como você(s) gosta(m) de dizer” exemplificam um sentido não inteiramente partilhado, talvez disputado.

A não-coincidência do discurso consigo mesmo, por sua vez, é colocada como constitutiva, considerando que toda palavra se produz em meio ao já-dito, havendo sempre remissão ao interdiscurso. (Authier-Revuz. 1998:22-23) Com a não-coincidência do discurso consigo mesmo assinala-se, então, entre as palavras do enunciador, a presença estranha de palavras pertencentes a um discurso outro: “eu falo aqui com as palavras dos outros”.

Já a não-coincidência entre as palavras e as coisas também é colocada, por Authier-Revuz (1998:23-25), como constitutiva: a língua – sistema acabado de unidades discretas – não dá conta do real a nomear, sendo este “radicalmente heterogêneo à ordem simbólica”, daí o objeto não conseguir ser captado pela letra: “X no sentido estrito”, “Ouso dizer X, o que se pode, o que é preciso chamar X”.

Por fim, a não-coincidência das palavras consigo mesmas é, consoante Authier-Revuz (1998: 25-26), “consustancial ao jogo do que Lacan chama *Lalangue*”, consagrando o sistema lingüístico e os enunciados a uma homonímia generalizada. Assim, com essa não-coincidência, aparece o excesso, a palavra como tendo mais de um sentido: “X, no sentido de p”, “X, também no sentido de q, no sentido de p e no sentido de q, nos dois sentidos, em todos os sentidos da palavra”.

Enfim, é nessas quatro não-coincidências anteriormente apontadas que o outro se manifesta no discurso. Assim, as aspas podem, por exemplo, retirar das palavras sua evidência de sentido, o discurso direto pode marcar a presença de um outro com o qual se compartilham (ou não se compartilham) sentidos, e a modalização autonímica em discurso segundo mostrar que um discurso, por usar palavras de outro, está afetado por este outro.

No capítulo que se segue, mostraremos a visão de algumas obras de três períodos distintos – pré-NGB (anos 10/20/30), pós-NGB (anos 60/70) e contemporâneo (anos 90/00) – acerca da questão do discurso relatado. Serão mostrados os pontos que cada obra considerou relevantes para a apreciação das diferentes formas do discurso relatado.

## 5 – O discurso relatado em três diferentes períodos

“Lembremos primeiramente um fato essencial: o que um DR relata não é uma frase ou enunciado, é um ato de enunciação.”

Authier-Revuz, 1998

Neste capítulo, propomo-nos a verificar de que forma o discurso relatado é abordado em algumas obras de três diferentes períodos, a saber: pré-NGB<sup>10</sup> (anos 10/20/30), pós-NGB (anos 60/70) e contemporâneo (anos 90/00). Também será feita uma comparação entre as visões dos autores desses períodos e a proposta de Authier-Revuz. Para tal, foram selecionados, aleatoriamente, autores de relevância para cada período já mencionado:

- a) Obras pré-NGB: Maciel – *Grammatica Descriptiva* (1916), Said Ali – *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* (1927); Dias – *Syntaxe Historica Portuguesa* (1933).
- b) Obras pós-NGB: Garcia – *Comunicação em Prosa Moderna* (1967); Cunha – *Gramática do Português Contemporâneo* (1970); Rocha Lima – *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1972).
- c) Obras contemporâneas: Bechara – *Moderna Gramática Portuguesa* (1999); Neves – *Gramática de Usos do Português* (2000); Azeredo – *Fundamentos de Gramática do Português* (2004); Henriques – *Sintaxe Portuguesa para a Linguagem Culta Contemporânea* (2005).

---

<sup>10</sup> NGB é a abreviatura para Nomenclatura Gramatical Brasileira, que entrou em vigor em 1959 e tinha por objetivo padronizar os nomes dos fenômenos lingüísticos presentes em nossas gramáticas.

Como o presente trabalho tem como suporte teórico-metodológico os estudos de Authier-Revuz (1998 e 2004) sobre as heterogeneidades discursivas, é sempre tendo Authier-Revuz como referência que se fará a análise das visões das gramáticas supracitadas sobre o discurso relatado.

É importante esclarecer que Authier-Revuz, em suas pesquisas, trabalha a questão da inserção do outro no discurso em uma proposta teórica enunciativa, o que a faz observar a inserção do discurso outro considerando a enunciação. Nessa proposta teórica, os aspectos sintáticos e os formais não são ignorados, mas auxiliam na análise de modo a se chegar aos efeitos de sentido provocados pelo uso de determinada forma de inserção do discurso outro em detrimento de outra.

## 5.1 – O discurso relatado no período pré-NGB (anos 10/20/30)

Como exposto no início deste capítulo, a proposta inicial era a de investigar os discursos relatados no período pré-NGB, no período pós-NGB e na contemporaneidade. No entanto, à medida que a pesquisa foi sendo realizada, percebemos que, nas três gramáticas escolhidas como representativas do período pré-NGB – a saber, as obras de Maciel, Said Ali e Dias –, não havia nenhuma menção aos discursos direto, indireto, ou indireto livre, quer no capítulo sobre pontuação, quer no de subordinação, ou no de estilística. De modo a ratificar a ausência da questão tratada em gramáticas pré-NGB, recorremos a uma outra: *Gramática Expositiva*, de Pereira. De fato, não havia também nessa obra qualquer menção ao discurso relatado.

Assim, é interessante notar que as formas de inserção do discurso outro não fazem parte dos compêndios das gramáticas pré-NGB, ou ao menos não aparecem nessas gramáticas analisadas, talvez uma indicação de que, nas gramáticas pré-NGB, permaneça uma memória do período clássico:

Como já dito, discurso indireto e direto não constituem uma questão gramatical no período clássico, tampouco constituem um par que se oponha nesse período. É somente no século XVII, com a gramática de Port-Royal, que vai se encontrar o discurso indireto sendo estudado a partir do juntivo *que*. Ou seja, é através da sintaxe que o discurso indireto passa a ser pensado em uma gramática. É aí que ele se gramaticaliza. É, pois, no século XVII que comparece na gramática, como um par, o DD e o DI (Medeiros, 2006:90).

## 5.2 – O discurso relatado no período pós- NGB (anos 60/70)

Neste momento, exporemos como as três obras pós-NGB (anos 60/70) citadas, a saber, *Comunicação em Prosa Moderna* (1967), *Gramática do Português Contemporâneo* (1970), *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1972), tratam da questão do discurso relatado, sendo retomada também a forma como Authier-Revuz trata dessa mesma questão.

Primeiramente, é importante ressaltar que, na gramática de Rocha Lima, capítulo destinado ao discurso relatado só compareceu em 1972, embora haja edições anteriores a essa e pós-NGB, como a de 1959. Já nas obras de Garcia e Cunha, estudo acerca do discurso relatado compareceu nas primeiras edições, que datam de 1967 e 1970, respectivamente. Pensou-se em trabalhar também, no período pós-NGB, a primeira edição da *Moderna Gramática Portuguesa* de Bechara, publicada em 1961, mas um estudo acerca do discurso direto, do discurso indireto e do discurso indireto livre só comparece em sua gramática na edição de 1999.

Assim, para tratarmos da questão do discurso relatado, utilizaremos as primeiras edições – das obras de Garcia, Cunha e Rocha Lima – que se seguem à NGB, em que comparece um estudo sobre o discurso relatado.

A ausência do discurso relatado em algumas das gramáticas pós-NGB pode encontrar justificativa no fato de tal nomenclatura não listar nem o discurso direto, nem o discurso indireto, nem o discurso indireto livre, o que já indica um certo silenciamento sobre a questão da inserção do discurso outro.

É ainda importante ressaltar que tanto a gramática de Cunha, quanto a gramática de Rocha Lima destinaram um capítulo para tratar da questão do discurso relatado. Garcia, por sua vez, em *Comunicação em Prosa Moderna* (1967), reservou dois capítulos ao estudo do discurso relatado, um que trata do discurso direto e do discurso indireto, e outro que trata do discurso indireto livre.

### 5.2.1 – Discurso direto

Em *Comunicação em Prosa Moderna*, Garcia (1967:120) diz poder o narrador servir-se, para transmitir pensamento expresso por personagem real ou imaginária, do discurso direto, do discurso indireto e do que ele diz ser uma combinação de ambos, o discurso indireto livre, ou misto, ou semi-indireto.

Em relação ao discurso direto, Garcia (1967:120-121) afirma que, nesse tipo de discurso relatado, o narrador reproduz ou imagina reproduzir textualmente as palavras das personagens, e ainda acrescenta que “as palavras que traduzem o pensamento das personagens (...) são as mesmas que teriam sido, presumivelmente,<sup>11</sup> proferidas.”

Garcia (1967:121) trata também dos verbos que aparecem no discurso direto, do tipo de orações aí presentes e de outras questões sintáticas e formais, como a ausência de conectivo e a pausa, ora marcada por vírgula, ora marcada por travessão, que há entre a oração que introduz a fala do outro e essa fala em discurso direto:

Os verbos (disse, respondeu, perguntei), que no discurso direto indicam o interlocutor que está com a palavra, fazem parte de orações justapostas, independentes, já que o enlace com a fala da personagem prescinde de qualquer conectivo, havendo apenas, entre as duas orações, uma ligeira pausa, marcada ora por uma vírgula, ora por um travessão.

Na *Gramática do Português Contemporâneo*, Cunha (1970:449) considera haver três moldes lingüísticos “para dar-nos a conhecer palavras ou pensamentos de seus personagens”: o discurso direto, o discurso indireto e o discurso indireto livre.

Cunha (1970:449) inicia suas observações acerca do discurso direto afirmando que, nesse tipo de discurso relatado, o narrador, após introduzir o personagem, deixa-o se expressar por si mesmo, limitando-se a reproduzir sua fala como se o próprio personagem a tivesse de fato selecionado, organizado e pronunciado.

Segundo Cunha (1970:450), o discurso direto apresenta as seguintes características:

No PLANO FORMAL, um enunciado em discurso direto é marcado, geralmente, pela presença dos verbos do tipo *dizer*, *afirmar*, *ponderar*, *sugerir*, *perguntar*, *indagar*, *responder* e sinônimos, que podem introduzi-lo, arrematá-lo ou nêle se inserir:

Branco foi logo **indagando**: – **Que foi que aconteceu, André?**  
(Octávio de Faria)

**Isto já foi muito melhor, dizia** consigo.  
(Monteiro Lobato)

---

<sup>11</sup> Será mantida a ortografia da época em todas as obras estudadas.



**Já não é o mesmo, queixava-se esta; ouviu o canto da sereia.**

(Carlos Drummond de Andrade)

(Grifos do autor)

No trecho anterior, vê-se que, na parte destinada ao plano formal, tratou-se dos verbos, dizendo ser o discurso direto marcado pela presença de um determinado tipo deles, podendo esses verbos se encontrar em diferentes posições em relação ao discurso direto.

Cunha (1970:450) acrescenta ainda que, quando falta um dos verbos acima citados, cabe ao contexto e a recursos gráficos – dois-pontos, aspas, travessão, mudança de linha – a função de indicar a fala de determinada personagem.

Na *Gramática do Português Contemporâneo* (1970), discorre-se também sobre o aspecto expressivo do discurso direto em espaço denominado *Plano Expressivo*. Segundo Cunha (1970:450), a força da narração em discurso direto vem da sua capacidade de atualizar o episódio, fazendo com que a personagem se torne viva. Daí ser esse modo de relatar a fala do outro “preferentemente adotada nos atos diários de comunicação e nos estilos literários narrativos”.

Já Rocha Lima (1972:456), em sua *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, diz que, “para fazer-nos conhecer, no curso de uma narrativa, palavras ou pensamentos de outrem, dispõe a técnica de redação de três processos típicos”, a saber: estilo direto, estilo indireto e estilo indireto livre.

Rocha Lima (1972:456) afirma que, no estilo (ou discurso) direto, o escritor apresenta a personagem e deixa-a se expressar livremente, reproduzindo-lhe suas palavras. E, como que para anunciar tais palavras, são usados verbos *dicendi*, que podem vir antes, depois, ou ainda intercalados à fala, ou seja, Rocha Lima põe em relevo as diferentes posições formais em que o discurso direto pode vir a aparecer. Para exemplificar, Rocha Lima destaca as seguintes frases:

O alfinete disse à agulha: “Faze como eu, que não abro caminho para ninguém”.  
“Faze como eu, que não abro caminho para ninguém” – disse o alfinete à agulha.  
“Faze como eu” – disse o alfinete à agulha – “que não abro caminho para ninguém.”

É importante observar que, ao tecerem comentários acerca do discurso direto, as três obras citadas tratam dos seguintes aspectos:

- (i) verbos que nele comparecem: suas características, a possibilidade de sua ausência, sua posição em relação à fala;

- (ii) recursos gráficos utilizados: dois-pontos, aspas, travessão, mudança de linha, vírgula;
- (iii) tipo de oração presente: justaposta, independente;
- (iv) ausência de conectivo;
- (v) modos, tempos verbais e pronomes empregados (aspectos esses discutidos na obra de Garcia, como se verá a seguir);
- (vi) reprodução da fala do outro.

Passaremos agora para a exposição das características do discurso indireto apontadas pelas obras pós-NGB já citadas. Só depois refletiremos acerca das observações feitas sobre o discurso direto.

## 5.2.2- Discurso Indireto

Em relação ao discurso indireto, Garcia (1967:120) afirma que, nesse tipo de discurso relatado, “o Autor transmite com as suas próprias palavras apenas a essência do pensamento da personagem ou interlocutora...”

Garcia (1967:121) trata ainda das questões sintáticas e formais do discurso indireto, como a questão do verbo, dos tipos de oração aí presentes, dos conectivos e partículas de ligação:

No discurso indireto – a *oratio obliqua* do latim –, esses verbos constituem o núcleo do predicado da oração principal: *eu disse...*, *ela me respondeu ...*, *eu perguntei...*, cujo complemento (objeto direto) é representado pelas orações que se lhes seguem, introduzidas pelos conectivos *que* (para *dizer*, *responder* e seus equivalentes) e *se* (para *perguntar* e seus equivalentes). Em outras situações, funcionam também como partículas de ligação os pronomes e os advérbios interrogativos indiretos (quem, qual, onde, como, quando, por que, etc.) (Grifos do autor).

Após tal explanação das características sintático-formais do discurso indireto, Garcia (1967:121) mostra ainda exemplos, dispostos em duas colunas, de passagem do discurso direto para o discurso indireto:

|  |  |
|--|--|
| <p><i>Interrogação direta</i><br/>(discurso direto)<br/>Interrompi-o perguntando:<br/>– E o Gonzaga, como vai?</p> | <p><i>Interrogação indireta</i><br/>(discurso indireto)<br/>Interrompi-o, perguntando-<br/>-lhe <i>como</i> ia o Gonzaga. (Grifos do autor.)</p> |
|--|--|

Em seguida a essa exposição do que seriam as características do discurso direto e do discurso indireto, há uma série de subcapítulos que vão tratar densamente de questões sintáticas e formais em relação a esses dois tipos de discurso, a saber: *Verbos “dicendi” ou de elocução, Omissão dos verbos “dicendi”, Os verbos e os pronomes nos discursos direto e indireto, Posição do verbo “dicendi” e A pontuação no discurso direto.*

Nesses capítulos, são apresentados os principais verbos *dicendi* que comparecem nesse tipo de discurso relatado, trata-se da possibilidade de omissão de tais verbos, faz-se a correspondência entre os tempos, modos verbais e pronomes nos discursos direto e indireto, discorre-se sobre possíveis posições que o verbo *dicendi* pode ocupar – antes, no meio ou depois da fala – e das possíveis pontuações do discurso direto – travessão, aspas, travessão e aspas concomitantemente, vírgula etc.

Cunha (1970:451), por sua vez, afirma que, ao contrário do que ocorre em discurso direto, no discurso indireto o narrador incorpora à sua fala uma fala do personagem, transmitindo ao leitor apenas o sentido dela, sem manter a forma lingüística que teria sido empregada.

Cunha (1970:451) acrescenta ainda em relação ao discurso indireto, no mesmo capítulo de que trata do discurso direto:

No PLANO FORMAL, verifica-se que, introduzidas também por um verbo declarativo (*dizer, afirmar, ponderar, confessar, responder, etc.*), as falas dos personagens se contêm no entanto numa oração subordinada substantiva, de regra desenvolvida:

**Disse- me ele *que sentiu uma verdadeira transfiguração da realidade.***

(Alceu Amoroso Lima)

Carminha insistiu, gritando, e eu **respondi *que não a escutava.***

(Luís Jardim)

(Grifos do autor)

Assim, no plano formal, tal como ocorreu quando tratou do discurso direto, Cunha destacou a questão dos verbos e, aliado a isso, falou também do fato de o discurso indireto estar, via de regra, numa oração subordinada substantiva desenvolvida.

Cunha (1970:451) também diz que nas orações do discurso indireto pode ocorrer a elipse da conjunção integrante, e esta, quando falta, é porque a subordinada substantiva assumiu a forma reduzida.

Também foi destacado o valor expressivo do discurso indireto. Nesse tipo de discurso relatado, “o narrador subordina a si a personagem, com retirar-lhe a forma própria e afetivamente matizada da expressão.” Na versão mais moderna da gramática de Cunha (2001), da qual Cintra também é autor, ainda é acrescentada a questão da reprodução: o uso

do discurso indireto ressaltaria a “essência significativa do enunciado reproduzido” (Cunha & Cintra, 2001:639).

Já Rocha Lima (1972:456-457), no capítulo dos discursos relatados, em relação ao discurso indireto – ou estilo indireto, conforme denominação do autor –, afirma que nele o autor encaixa as palavras da personagem em seu próprio discurso, propondo-se, assim, a transmitir o sentido intelectual e não a forma lingüística primeira. Para tal, faz-se uso também de verbo *dicendi*, porém seguido de oração introduzida por um elo subordinativo, geralmente a conjunção integrante. Como exemplo, Rocha Lima destacou:

O alfinete disse à agulha que fizesse como ele, que não abria caminho para ninguém.

Além disso, como já mostrado, Rocha Lima afirma que, nesse tipo de discurso relatado, o autor teria a intenção de manter o “sentido intelectual”, embora sem a manutenção da forma lingüística. Ou seja, a fidelidade ao dizer seria mantida quando se relata um discurso outro através do discurso indireto.

Assim, tanto Garcia, quanto Cunha e Rocha Lima postulam que, com o discurso indireto, mantém-se o sentido. A alteração seria apenas no que tange à forma de dizer aquilo que se atribui ao outro.

Podemos perceber, então, que, quando as três obras citadas tratam da questão da inserção do outro através do discurso indireto, o que se tem nessas gramáticas é:

- (i) verbos que nele comparecem e suas características;
- (ii) tipo de oração presente: oração subordinada substantiva;
- (iii) conectivos empregados: *que, se*, pronomes e advérbios interrogativos indiretos;
- (iv) possibilidade de omissão dos conectivos;
- (v) passagem do discurso direto para o discurso indireto;
- (vi) modos, tempos verbais e pronomes empregados;
- (vii) reprodução da fala do outro.

No item a seguir, mostraremos como as obras pós-NGB já indicadas tratam do discurso indireto livre. Em seguida, com base nas observações feitas, serão tecidos comentários acerca da visão dessas obras acerca do discurso relatado.

### 5.2.3 – Discurso Indireto Livre

Quanto ao discurso indireto livre, que comparece no capítulo seguinte ao que trata do discurso direto e do discurso indireto, Garcia (1967:139-140) afirma que tal tipo de discurso relatado, que também pode, segundo ele, ser chamado de discurso semi-indireto ou misto, é relativamente recente e, em seguida, faz seu panorama histórico.

Garcia (1967:140) afirma ainda que o discurso indireto livre apresenta características híbridas: “a fala de determinada personagem ou fragmentos dela inserem-se discretamente no discurso indireto através do qual o autor relata os fatos”, sendo as orações da fala, via de regra, independentes, sem verbos *dicendi*, mas com transposições do tempo do verbo (pretérito imperfeito) e dos pronomes (3ª pessoa). Para Garcia (1967:120), o discurso indireto livre é fruto de uma contaminação do discurso direto e do discurso indireto.

Garcia vai ainda tratar da diferença entre os discursos direto e indireto e o discurso indireto livre. Segundo Garcia (1967:140), como o discurso indireto livre não inclui nem admite verbo *dicendi*, não pode haver sua transformação em objeto direto do verbo transitivo, sendo este o ponto que o distingue do discurso direto e do discurso indireto. Assim, vê-se que a distinção feita entre os tipos de discurso supracitados tem caráter formal e sintático.

Em seguida, Garcia exemplifica, em diferentes obras de autores nacionais, a presença do discurso indireto livre, mostrando o que ele chama de característica híbrida desse tipo de discurso e seus aspectos sintáticos e formais.

Em relação ao discurso indireto livre, Cunha (1970:455) faz as seguintes observações:

No PLANO FORMAL, verifica-se que o emprêgo do DISCURSO INDIRETO LIVRE “pressupõe duas condições: a absoluta liberdade sintática do escritor (fator gramatical) e a sua completa adesão à vida do personagem (fator estético) (Grifo do autor).

E acrescenta (1970:455) que, examinado os enunciados em discurso indireto livre, comprova-se que:

êles aparecem liberados de qualquer liame subordinativo, embora mantenham as transposições características do DISCURSO INDIRETO; (Grifo do autor)

ao contrário do que acontece no DISCURSO INDIRETO, o INDIRETO LIVRE conserva as interrogações, as exclamações, as palavras e as frases do personagem na forma por que teriam sido realmente proferidas (Grifo do autor).

Assim, observa-se que, no trecho anterior, ao tratar do discurso indireto livre, Cunha observa principalmente seus aspectos sintáticos e formais: liberdade sintática, ausência de liame subordinativo, manutenção das transposições características do discurso indireto e conservação das interrogações, exclamações, palavras e frases dos personagens conforme a enunciação primeira.

Em subitem intitulado *Plano Expressivo*, Cunha (1970:455) afirma ainda que o discurso indireto livre evita o acúmulo de *quês*, recorrente no discurso indireto, e os cortes de aposições dialogadas, típico do discurso direto, permitindo assim uma narrativa mais fluente, de ritmo e tom artisticamente elaborados. Acrescenta também que, para que se apreenda a fala do personagem, nesse tipo de discurso relatado, é preciso levar em conta o contexto.

Já Rocha Lima (1972:458), em relação ao discurso indireto livre, afirma que, nesse tipo de discurso relatado, são consignadas as idéias, as reflexões, os sentimentos da personagem, sem que seja empregado, todavia, o verbo *dicendi* nem qualquer elo de subordinação. Ao contrário, o que ocorre é a construção de dois períodos, sendo que o segundo encerra o pensamento do falante. O discurso indireto livre é exemplificado por Rocha Lima com os trechos abaixo transcritos. É importante observar que é a parte em negrito que constitui o discurso indireto livre.

O sacerdote estava com o coração a sangrar. **Positivamente, aquele país não era amigo de Deus** (Negrito nosso).

O médico recusou pagamento. **Era cristão levar saúde à casa dos pobres** (Negrito nosso).

Assim, Rocha Lima, tal como Garcia e Cunha, quando discorre acerca do discurso indireto livre, o faz levando em conta, primordialmente, seus aspectos sintáticos e formais, como a questão do elo de subordinação e do verbo.

Rocha Lima, além de apresentar, principalmente, os aspectos sintáticos e formais do discurso indireto livre, ainda expõe exercícios de transposição do discurso direto para o discurso indireto e o discurso indireto livre.

Como pudemos observar, todas as obras supracitadas, ao tratarem da questão do discurso indireto livre, privilegiam os aspectos sintáticos e formais, ou seja, destacam:

- (i) ausência de verbo *dicendi*;
- (ii) tipos de oração presentes;
- (iii) ausência de liame subordinativo;

- (iv) diferença entre o discurso indireto livre e os discursos direto e indireto baseada na ausência de verbo *dicendi* e na impossibilidade de o discurso indireto livre transformar-se em objeto direto do verbo transitivo;
- (v) conservação das interrogações, exclamações, palavras e frases que teriam sido de fato proferidas;
- (vi) exercícios de transposição do discurso direto para o discurso indireto e o indireto livre;
- (vii) tempo, modos verbais e pronomes empregados.

Além de destacarem os aspectos sintáticos e formais apontados, as obras pós-NGB estudadas também apontam para uma reprodução da fala do outro no discurso indireto livre.

O que foi apresentado nos faz observar que as obras pós-NGB se inscrevem em uma tradição sintático-formalista,<sup>12</sup> pois, ao tratarem do discurso relatado, seus aspectos sintáticos e formais são priorizados. Tal tradição é diferente daquela em que se insere Authier-Revuz, que se enquadra em uma proposta teórica enunciativa, como veremos a seguir.

Para Authier-Revuz (1998), por exemplo, em discurso direto, não há objetividade na transcrição da palavra outra, nem neutralidade por parte de quem a relata. Essas seriam ilusões que se apóiam no corte sintático que ocorre na cadeia discursiva e na possibilidade de o discurso direto funcionar como uma forma exterior à cadeia discursiva.

Além disso, segundo Authier-Revuz (1998), a fala do outro não é reproduzida, e essa reprodução não é fiel. O que ocorre é uma simulação da fala do outro, e essa simulação não implica a manutenção da verdade do dizer, uma vez que manter o significante não significa manter o significado, tendo em vista que as condições de produção são outras. As condições de produção compreendem, como já mencionado no capítulo intitulado *Sobre o campo teórico da Análise do Discurso: alguns conceitos*, o contexto sócio-histórico, a ideologia, os interlocutores, o contexto imediato, o objeto de discurso e as formações imaginárias.

Authier-Revuz (1998:134) explica ainda que a fidelidade ao dizer é uma ilusão provocada pela reprodução do significante, pelo uso do signo autônomo, o signo que remete ao próprio signo. Reproduzir, portanto, o significante da fala de outrem não significa fidelidade:

O DD não é nem “objetivo” nem “fiel”; veremos que, mesmo quando cita textualmente – o que não é necessariamente o caso, pois sua propriedade característica é a autonomia, não a textualidade –, ele não pode ser considerado como “objetivo”, na medida em que reproduzir a

---

<sup>12</sup> A percepção dessa tradição sintático-formalista foi fruto de reuniões de orientação com Medeiros.

materialidade exata de um enunciado não significa restituir o ato de enunciação – do qual o enunciado é (apenas) o “núcleo” – na sua integralidade.

Como exemplo da não-fidelidade ao dizer do outro quando há a manutenção do significante, tomemos a seqüência discursiva abaixo, retirada do editorial do *Jornal do Brasil* de 23 de abril, em que o trecho entre aspas está em discurso direto:

“Não sei a que país o presidente está se referindo”, disse o deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), presidente da Frente Parlamentar de Saúde do Congresso (*JB*, 23 de abril de 2006).

Várias interpretações podem ser feitas a partir do discurso relatado do deputado Rafael Guerra: o deputado não sabe se o presidente está se referindo ao Brasil ou à Bolívia, por exemplo, ou o deputado pode ter achado absurda a declaração feita pelo presidente em relação a determinado país, dentre outras possibilidades. Vê-se, assim, que a cópia do significante não implica a manutenção da verdade do dizer.

Já em relação ao discurso indireto, Authier-Revuz (1998) diz não haver, também nesse caso, reprodução da fala de outrem, mas sim tradução, e esta não mantém o sentido intelectual da enunciação primeira. Segundo Authier-Revuz (1998), no discurso indireto, o enunciador apropria-se da palavra do outro, traduzindo-a, reformulando-a, fazendo uso do signo padrão – signo que remete a um elemento do mundo, o signo do uso. Nesse modo de inserção do discurso, não há mais a manutenção do significante de um dizer, ou seja, não se mantém mais a materialidade significante da fala de outrem, mas reformula-se essa fala, o que também não é indício de que há fidelidade ao dizer, uma vez que, assim como ocorre no discurso direto, as condições de produção não são as mesmas.

Mostraremos, com o mesmo exemplo utilizado no discurso direto, essa não-fidelidade ao dizer do outro também no discurso indireto. Para tal, passaremos a discurso indireto o enunciado que comparece no *Jornal do Brasil* em discurso direto: “O deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), presidente da Frente Parlamentar de Saúde do Congresso, disse que não sabia a que país o presidente estava se referindo”. Também em discurso indireto, as palavras do deputado Rafael Guerra não têm sua interpretação limitada a uma possibilidade apenas. Mais uma vez, dentre outras possibilidades, podem ser feitas as seguintes interpretações: o deputado não sabe de que país o presidente está falando, ou não considera plausível a informação dada pelo presidente acerca de determinado país. Vê-se, assim, que também não há manutenção do significado quando se reformulam as palavras de outrem.

Para Authier-Revuz (1998), assim como no discurso indireto, no discurso indireto livre também não ocorre a reprodução, mas a tradução, visto que a fala do outro é



reformulada, não há a conservação do significante. Essa reformulação da fala do outro não é mostrada explicitamente, por não haver ruptura na cadeia discursiva, nem presença de sintagma que insere essa fala outra. Além disso, ainda de acordo com Authier-Revuz (1998), tal discurso se caracteriza por fazer ouvir, na mesma construção lingüística, mais de uma voz falando.

Ainda é preciso dizer que, na proposta teórica enunciativa, o discurso indireto livre não é considerado um discurso que deriva da combinação de outros dois – discurso direto e discurso indireto –, mas constitui um outro tipo de discurso relatado, que apresenta características próprias, características estas já apontadas.

### 5.3 – O discurso relatado na contemporaneidade (anos 90/00)

Neste momento do trabalho, estudaremos o tratamento dado ao discurso relatado nas seguintes obras contemporâneas (anos 90/00): *Moderna Gramática Portuguesa* (1999), *Gramática de Usos do Português* (2000), *Fundamentos de Gramática do Português* (2004) e *Sintaxe para a linguagem Culta Contemporânea* (2005).

Primeiramente, é importante destacar que, com exceção da *Moderna Gramática Portuguesa* (1999) de Bechara, em que foi reservado um capítulo específico para tratar do discurso direto, do discurso indireto e do discurso indireto livre, à maneira do que ocorreu nas obras de Garcia, Cunha e Rocha Lima, nas demais obras contemporâneas analisadas, o discurso relatado compareceu em meio a outros capítulos, como se verá a seguir. Na gramática de Bechara (1999), as três formas de discurso relatado supracitadas foram abordadas em termos de suas características sintáticas e formais.

Na *Gramática de Usos do Português* (2000) de Neves, o discurso direto e o indireto são mencionados em um capítulo que trata de verbos, mais especificamente na parte referente aos verbos de elocução, verbos introdutórios de discurso direto e indireto. Também em um capítulo que trata das orações substantivas, mencionam-se os discursos direto e indireto num subitem intitulado *As orações completivas verbais*. O discurso indireto livre, por sua vez, é trabalhado quando se está tratando da questão do pronome demonstrativo, quando se quer mostrar o uso de “aquele” nesse tipo de discurso relatado.

Já no livro *Fundamentos de Gramática do Português* (2004), de autoria de Azeredo, tanto o discurso direto, quanto o discurso indireto livre estão presentes em subitens de um capítulo intitulado *Conteúdo e Empregos dos Tempos e Modos do Verbo*.

No livro *Sintaxe Portuguesa para a Linguagem Culta Contemporânea* (2005) de Henriques, o discurso direto comparece em um capítulo dedicado às orações subordinadas, e o discurso indireto, em uma nota de rodapé, nesse mesmo capítulo.

O lugar em que se encontra o discurso relatado já é uma pista que parece indicar que as obras supracitadas se filiam a uma tradição de estudos sintático-formalista, uma vez que o discurso direto e o indireto comparecem ou em parte referente a verbos, ou em capítulo que trata de orações subordinadas, e o discurso indireto livre em meio ao estudo dos verbos ou da correferencialidade.

### 5.3.1 – Discurso Direto

Serão apresentadas, nesta parte, as observações feitas, por cada uma das obras estudadas, acerca do discurso direto.

Na *Moderna Gramática Portuguesa* (1999:481-482) de Bechara, são três as formas de inscrição de um discurso que seria da ordem do outro: discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre. Segundo Bechara, no discurso direto,

reproduzimos ou supomos reproduzir fiel e textualmente as nossas palavras e as do nosso interlocutor, em diálogos (...), com a ajuda explícita ou não de verbos como *disse, respondeu, perguntou, retrucou* ou sinônimos (os chamados verbos *dicendi*). Às vezes, usam-se outros verbos de intenção mais descritiva, como *gaguejar, balbuciar, berrar*, etc. São os *sentiendi*, que exprimem reação psicológica do personagem:

Uma vez em que me extenuava na desgraçada tarefa percebi um murmúrio:

– Lavou as orelhas hoje?

– Lavei o rosto, *gaguejei* atarantado.

– Perguntei se lavou as orelhas.

– Então? Se lavei o rosto, devo ter lavado as orelhas (Itálico do autor).

Bechara inicia suas observações dizendo que há no discurso direto uma reprodução (ou suposta reprodução) fiel de nossas palavras e de nosso interlocutor. Em seguida, trata da questão dos verbos que comparecem nessa forma de discurso relatado, podendo estes estar implícitos ou explícitos.

Já segundo Neves (2000:47), no discurso direto,

o falante tem uma responsabilidade muito menor sobre a **oração completiva**, que é uma citação direta, ficando o controle das expressões **correferenciais** e **dêiticas** (de referência à situação) circunscrito à própria **oração** citada e, portanto, independente de referência ao falante:

E o pior é que ela sabia assinar. Aí, diz que o padre tirou o papel do bolso e DISSE:

**“Então assine aqui”** (Grifos da autora).

Manifesta-se interessante notar que, embora Neves não discorra sobre o discurso direto em termos de ausência ou presença de travessão/aspas, ocorrência de mudança de linha ou não, a exposição dos aspectos sintático-formais se dão na medida em que ela trata da questão das expressões correferenciais e dêiticas. Segundo Neves, em discurso direto, essas expressões não sofrem qualquer alteração em referência a como foram enunciadas na situação primeira, já que as palavras de outrem são citadas.

Neves afirma ainda que a responsabilidade do falante em relação à oração completiva – a oração que se segue ao verbo introdutor no discurso direto – é muito menor do que no caso de um discurso indireto. Se entendermos essa responsabilidade como sendo sintática, a menor responsabilidade proposta pela autora se confirma, uma vez que, por se tratar de uma citação, não há necessidade de se alterar tempos e modos verbais, pronomes, advérbios etc. Entretanto, se essa responsabilidade não estiver relacionada à sintaxe, mas sim à confiabilidade, ou seja, se quem relata a fala do outro é confiável, alguns aspectos precisam ser considerados.

Ao se simular (discurso direto) ou ao se traduzir (discurso indireto) a fala de outrem, a responsabilidade daquele que a simula/traduz é a mesma, ou seja, supõe-se que, em ambos os casos, quem está na posição de tradutor/simulador está afirmando que tais palavras foram, de fato, pronunciadas. No entanto, se o sentido dado às palavras do outro por esse falante é o mesmo que esse outro deu é outra questão. Ao se relatar uma fala outra, quer através do discurso direto ou do discurso indireto, não se pode afirmar que se está sendo fiel ao dizer do outro, uma vez que as condições de produção são outras. Um interlocutor pode não se inserir na mesma formação discursiva que outro, o momento histórico pode ser diferente daquele em que se produziu a fala, a imagem que um interlocutor faz do outro também pode não ser a mesma, e isso, dentre outros fatores, impede que se seja fiel ao que o outro disse.

Assim, em Neves, o discurso direto é trabalhado no que tange à correferencialidade (dêiticos) e à inserção sintática (orações completivas), o que se confirma até mesmo pelo lugar em que se encontra tal discurso em sua gramática, em um capítulo que trata de verbos,

na parte relativa aos verbos de elocução. Tem-se, pois, o discurso direto como frase,<sup>13</sup> e não como enunciação que trabalha um dizer outro.

Em *Fundamentos de Gramática do Português* (2004), de Azeredo, a menção ao discurso direto encontra-se no subitem *Futuro do Presente* (2004:168):

Representando o fato como concluído, situa-o num intervalo de tempo anterior a Fut (atitude de certeza), ou anterior a Pre (atitude de cisma/hipótese/dúvida).<sup>14</sup>

*Amanhã, a esta hora, eles já terão embarcado para a Europa.* (anterior a Fut)

*Nem quero pensar no que as crianças terão feito com a pobre tartaruga.* (anterior a Pre)

*Quem terá escrito essa carta?*

Tais construções são usuais nos monólogos e no chamado discurso indireto livre. Compare-se o último exemplo com *Quem escreveu esta carta?*, forma apta à expressão de uma pergunta dirigida a um interlocutor (discurso direto) (Itálicos e sublinhados do autor).

Nesse subitem, Azeredo mostra, a partir de um exemplo, que o verbo que comparece no discurso direto costuma estar em tempo diferente daquele presente no discurso indireto livre. Assim, também em Azeredo, o discurso direto se inscreve por meio de suas características sintático-formais, considera-se o tempo verbal empregado em discurso direto e é acrescido a isso o fato de tal tempo ser uma forma apta à expressão de uma pergunta dirigida a um interlocutor.

Já em Henriques (2005), o discurso direto comparece em um capítulo que trata das orações subordinadas, estando o estudo de tal discurso subordinado às questões oracionais. Segundo Henriques (2005:112) no discurso direto, a fala do interlocutor pode ser reproduzida antes ou depois da oração cujo predicado tem como núcleo um verbo *dicendi* (ou *declarandi*) ou um verbo *sentiendi*. Acrescenta ainda que a análise dessas orações deve ser única, embora possam vir em diferentes posições no período. Henriques (2005:112) exemplifica sua posição com os seguintes períodos:

1ª. or.    2ª. or.  
[As recepcionistas avisaram.] [“O espetáculo foi cancelado.”]  
→ a 1ª. oração é principal; a 2ª. oração é subordinada substantiva objetiva direta.

1ª. or.    2ª. or.  
[“O espetáculo foi cancelado.”] [- avisaram as recepcionistas.]  
→ a 1ª. oração é subordinada substantiva objetiva direta; a 2ª. oração é principal.

1ª. or...    2ª. or.    ... 1ª. or.  
[“- O espetáculo [- avisaram as recepcionistas,] foi cancelado.” ]

<sup>13</sup> É preciso fazer uma distinção entre frase, conceito presente em abordagens sintáticas, e enunciado em Análise do Discurso. “Frase é um enunciado de sentido completo, a unidade mínima de comunicação” (Cunha & Cintra, 2001:119). Já o enunciado é tomado como “um acontecimento de fala único na situação particular de enunciação” (Authier-Revuz, 1988). Assim, enquanto a frase, em uma abordagem sintática, possui sentido completo e comunica, o enunciado perpassa, inevitavelmente, pelo interdiscurso, pelas formações ideológicas e pelas formações discursivas.

<sup>14</sup> Pre e Fut são as abreviações utilizadas pelo autor para presente e futuro, respectivamente.

→ a 1ª. oração é subordinada substantiva objetiva direta; a 2ª. oração é principal.

Ao expor o que seria o discurso direto, Henriques diz haver uma reprodução da fala do interlocutor nesse tipo de discurso, trata dos verbos que o introduzem e das posições que tais verbos podem ocupar, e também divide os períodos que exemplificam o discurso direto, além de classificar as orações neles presentes. Portanto, também em Henriques, o discurso direto é tratado de modo a destacar seus aspectos sintáticos e formais.

Assim, as quatro obras supracitadas, quando tratam do discurso direto, destacam principalmente seus aspectos sintáticos e formais, a saber:

- (i) verbos que comparecem (tempo, tipo, possibilidade de estarem implícitos);
- (ii) tipos de oração presentes;
- (iii) expressões correferenciais e dêiticas;
- (iv) maleabilidade na sentença (ordem).

Além de ressaltarem os aspectos sintáticos e formais anteriormente expostos, as quatro obras contemporâneas estudadas, ao tratarem do discurso direto, também destacam que, nesse tipo de discurso relatado, ocorre a reprodução da fala do outro.

### 5.3.2 – Discurso indireto

A seguir, será mostrado como Bechara, Neves, Azeredo e Henriques tratam da questão do discurso indireto em suas obras.

Na *Moderna Gramática Portuguesa* (1999:482), em mesmo capítulo que trata da questão do discurso direto, Bechara também trata do discurso indireto:

No DISCURSO INDIRETO os verbos *dicendi* se inserem na oração principal de uma oração complexa tendo por subordinada as porções do enunciado que reproduzem as palavras próprias ou do nosso interlocutor. Introduzem-se pelo transpositor *que*, pela dubitativa *se* e pelos pronomes e advérbios de natureza pronominal *quem, qual, onde, como, por que, quando*, etc., já vistos antes:

Perguntei *se* lavou as orelhas.

José Dias recusou, dizendo *que era justo levar a saúde à casa de sapé do pobre* (Itálico do autor).

Na definição de Bechara acerca do discurso indireto, trata-se inicialmente dos verbos nele presentes, os verbos *dicendi*, que se inserem na oração principal. Em seguida, fala-se que, nesse tipo de discurso relatado, reproduz-se a fala do outro, para, então, serem mostradas as palavras que introduzem tal fala: *que, se*, pronomes e advérbios.

Neves (2000:48), por sua vez, em relação ao discurso indireto, faz a seguinte afirmação:

O **discurso indireto** não envolve citação literal do que o **sujeito** diz, mas constrói uma paráfrase pela qual o falante assume a responsabilidade do que é referido, além de controlar a correferência dos **pronomes** e dos **advérbios dêiticos**, já que a dêixis deixa de ficar centrada no **sujeito** do **verbo** da completiva. A ocorrência anterior ficaria assim em **discurso indireto**:

E o pior é que ela sabia assinar. Aí, diz que o padre tirou o papel do bolso e **DISSE** que **ela** assinasse **lá** (Grifos da autora).

Antes de se tecerem outras observações, é preciso destacar que, no trecho supracitado, Neves usa o termo “sujeito” em duas acepções. Na primeira delas, está se referindo a indivíduo no mundo, enquanto, na segunda, o termo diz respeito a uma categoria sintática.

Em consonância com o tratamento dado ao discurso direto, a autora reflete acerca do funcionamento dos dêiticos no discurso indireto. Segundo Neves, a dêixis, no discurso indireto, não fica mais centrada no sujeito (sujeito aqui entendido como categoria sintática) e, portanto, é necessário que se façam algumas alterações em relação à ocorrência primeira. O sujeito oculto (você) passa a sujeito simples (ela), e o advérbio “aqui” é substituído por “lá”.

Além disso, Neves (2000) afirma que, no discurso indireto, é construída uma paráfrase, não havendo citação. Ou seja, em Neves, tem-se, diferentemente do que se observou anteriormente, o discurso indireto como paráfrase. Há, no entanto, duas diferentes maneiras de se tratar da paráfrase, a enunciativa e a formalista. Neves, por se inserir em uma tradição sintático-formalista, está apontando para uma paráfrase formal. Para Neves, o discurso indireto é uma sentença parafraseada, e não uma enunciação que trabalha parafrasticamente um dizer outro.

A questão da responsabilidade, indicada por Neves na citação anterior, também deve ser apreciada. Consoante Neves (2000), no discurso indireto, o falante assume a responsabilidade sobre o que é referido. Há, de fato, uma responsabilidade sintática sobre a fala do outro, uma vez que, em discurso indireto, são alterados tempos e modos verbais, pronomes e advérbios. Há ainda uma responsabilidade que concerne àquele que reproduz a fala do outro. O relator da fala de outrem, ao parafraseá-la, responsabiliza-se sobre o fato de que aquela sentença foi proferida em outro contexto. Esta última responsabilidade, como já mostrado no momento em que se expôs o discurso direto em Neves, não é exclusiva do

discurso indireto, mas também se encontra no discurso direto. No entanto, o que não há, em ambas as formas de discurso relatado, segundo Authier-Revuz (1998), é fidelidade ao dizer outro.

Dessa maneira, vê-se que, em Neves (2000), assim como ocorreu com o discurso direto, a exposição acerca do discurso indireto compareceu em um capítulo que trata de verbos, estando a discussão acerca desse discurso centrada, mais uma vez, em aspectos sintáticos e formais, como a questão dos dêiticos. Tal discussão centrada nesses aspectos se confirma até mesmo pelos elementos grifados em sua exposição acerca do discurso indireto: “discurso indireto”, “sujeito”, “pronomes”, “advérbios”, “dêiticos”, “sujeito”, “verbo”, “discurso indireto”, “DISSE”, “ela” e “lá”.

Em *Sintaxe para a Linguagem Culta Contemporânea* (2005), Henriques remete o discurso indireto ao livro *Comunicação em Prosa Moderna*, de Garcia, em que é feito um estudo da técnica do diálogo e dos discursos direto e indireto.

Já em *Fundamentos de Gramática do Português* (2004), por sua vez, não há nenhuma parte que discorra sobre o discurso indireto.

Vê-se, assim, que o discurso indireto, nas obras que fizeram referência a ele, foi tratado em termos de seus aspectos sintáticos e formais:

- (i) verbos que comparecem (*dicendi*);
- (ii) orações presentes (principal/ complexa);
- (iii) expressões correferenciais e dêiticas;
- (iv) introdutores: *que, se*, pronomes e advérbios de natureza pronominal;

As obras contemporâneas também ressaltaram haver em discurso indireto uma reprodução da fala do outro.

### 5.3.3 – Discurso indireto livre

Por fim, neste momento, será apresentado de que forma o discurso indireto livre comparece nas quatro obras analisadas.

Em sua gramática, Bechara (1999:482) vai também falar sobre discurso indireto livre:

O DISCURSO INDIRETO LIVRE consiste em, conservando os enunciados próprios de nosso interlocutor, não fazer-lhe referência direta. Como ensina Mattoso Câmara, mediante o estilo indireto livre reproduz-se a fala dos personagens – inclusive o narrador – “sem qualquer elo subordinativo com um verbo introdutor *dicendi*”.

José Dias recusou. *Era justo levar a saúde à casa de sapé do pobre.* (Aspas e itálico do autor).

No trecho destacado, vê-se que, segundo Bechara, o discurso indireto livre conserva os enunciados do interlocutor, mas não se faz referência a ele, nem se usa qualquer elo de subordinação ou verbo introdutor. A fala dos personagens e do narrador é reproduzida. Percebe-se, assim, que, ao tratar do discurso indireto livre, Bechara também destaca seus aspectos sintáticos e formais.

Na *Gramática de Usos do Português* (2000) de Neves, o discurso indireto livre é citado quando se está tratando da questão do pronome demonstrativo, quando se quer mostrar o uso de “aquele” nesse tipo de discurso. Assim, o discurso indireto livre, em Neves (2000:504), é analisado no que tange à correferencialidade, tal como ocorreu com o discurso direto e o discurso indireto:

Levantou-se, começou a andar. Bernardo ficou de pé, olhando para fora. Estava aferrolhada a única janela; mas além da porta grossa e tosca, pela grade de ferro que lhe reforçava a segurança, via-se o quintal: mato rasteiro, sarrafos, latas velhas (...) Então AQUELE era o quarto de um homem tão poderoso. Conforto algum e AQUELA vista exígia (Grifos da autora).

Em *Fundamentos da Gramática do Português* (2004), de Azeredo, em capítulo intitulado *Conteúdo e Empregos dos Tempos e Modos do Verbo*, são mostradas construções típicas do discurso indireto livre, em que, estando o fato representado como concluído, este é situado em intervalo de tempo anterior ao futuro, indicando incerteza, ou anterior ao presente, indicando cisma, hipótese, dúvida. Ou seja, em tal obra, o estudo do discurso indireto livre está centrado no valor temporal e aspectual do verbo. Mais uma vez – assim como ocorreu no item dedicado ao discurso direto – destacamos trecho do subitem *Futuro do Presente* (2004:168):

Representando o fato como concluído, situa-o num intervalo de tempo anterior a Fut (atitude de certeza), ou anterior a Pre (atitude de cisma/hipótese/dúvida).

*Amanhã, a esta hora, eles já terão embarcado para a Europa.* (anterior a Fut)

*Nem quero pensar no que as crianças terão feito com a pobre tartaruga.* (anterior a Pre)

*Quem terá escrito essa carta?*



Tais construções são usuais nos monólogos e no chamado discurso indireto livre. Compare-se o último exemplo com *Quem escreveu esta carta?*, forma apta à expressão de uma pergunta dirigida a um interlocutor (discurso direto) (Itálicos e sublinhados do autor).

Nesse trecho destacado, pode-se observar que a abordagem feita do discurso indireto livre diz respeito aos tempos verbais empregados em tal discurso, o que, mais uma vez, mostra que o que é abordado nessa forma de discurso relatado são seus aspectos formais.

O discurso indireto livre não é mencionado por Henriques em *Sintaxe Portuguesa para a Linguagem Culta Contemporânea* (2005).

Observa-se assim que, nas obras referidas, a menção ao discurso indireto livre, assim como ocorreu com o discurso direto e o discurso indireto, foi feita para explicar aspectos formais e sintáticos:

- (i) ausência de verbo introdutor;
- (ii) construções que comparecem (tempos e aspectos verbais);
- (iii) ausência de elo de subordinação;
- (iv) correferencialidade.

Também o discurso indireto livre é tratado, nas obras contemporâneas estudadas, em termos de reprodução da fala do outro.

O que se pôde observar é que tanto as obras do período pós-NGB quanto as contemporâneas filiam-se a uma tradição que trabalha a questão do discurso relatado do ponto de vista sintático e do ponto de vista formal, daí destacarem: os tipos de verbos que comparecem, a possibilidade de sua ausência, sua posição em relação à fala; ainda em relação aos verbos, seus tempos, modos e aspectos; os recursos gráficos utilizados; tipos de oração presentes; os introdutores do discurso; a possibilidade de passagem de um tipo de discurso relatado para outro e a questão da correferencialidade.

As obras estudadas (tanto as pós-NGB quanto as contemporâneas) inscrevem-se, desse modo, em uma formação ideológica em que a língua é entendida como comunicação, transmissão de conteúdo e informação, e em que o lugar do discurso relatado é sintático, formal, daí postularem que tanto no discurso direto, quanto no discurso indireto e no discurso indireto livre há reprodução da fala do outro.

As obras de Authier-Revuz, por sua vez, inscrevem-se em outra formação ideológica, em que a linguagem é tomada como prática, mediação, trabalho simbólico (Orlandi, 2004:28), e em que o lugar do discurso relatado é enunciativo, daí haver no discurso direto simulação da

fala do outro (reprodução do significante, mas não do ato de enunciação) e no discurso indireto e no discurso indireto livre uma reformulação da fala do outro (não há reprodução do significante nem do ato de enunciação). Essa não-reprodução do ato de enunciação se deve à impossibilidade de se manter em um outro momento as condições de produção do primeiro momento. Se as condições de produção não foram mantidas, também não se manteve a verdade do dizer.

## 6 – A inscrição do outro em editoriais de *O Globo* e *Jornal do Brasil*

“Os trabalhos em AD nunca se escondem atrás de uma pretensa neutralidade científica.”

Mariani, 1990

### 6.1 – Da escolha do material e da delimitação do *corpus*

Neste momento do trabalho, analisaremos o funcionamento da alteridade discursiva nos editoriais de abril e maio de 2006 dos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*. Verificar-se-á de que maneira o discurso outro comparece nos editoriais jornalísticos: se através do discurso direto, do discurso direto quase-textual, do indireto, do indireto livre, ou da modalização autonímica, por exemplo, e quais os efeitos de sentido produzidos.

A escolha por trabalhar com os editoriais desses jornais e não de outros se justifica por ambos serem jornais de ampla circulação e por terem tradição no Rio de Janeiro, influenciando, assim, com grande força, o imaginário do carioca.

Além disso, como o presente trabalho se propõe a estudar o funcionamento do discurso outro em editoriais de *O Globo* e *Jornal do Brasil*, a fim de responder à questão já apontada – Até que ponto os editoriais são ou não artigos de opinião? –, a escolha dos dois meses de editoriais foi aleatória. Já a questão de terem sido escolhidos dois meses, e não um ou três, deu-se por se entender que dois meses de editoriais seriam suficientes para estudar neles a questão da inserção do outro e, com isso, responder à questão desta dissertação; além de se obter uma quantidade de editoriais possível de ser trabalhada nos dois anos do mestrado.

Neste momento, faz-se necessário delimitar o que é *corpus* para a Análise do Discurso. O *corpus*, na teoria à qual nos filiamos, não deve ser confundido com material, texto, objeto de estudo – não sendo, portanto, a totalidade de editoriais jornalísticos de *O*

*Globo e Jornal do Brasil* –, uma vez que, de acordo com Orlandi, Guimarães e Tarallo (*apud* Medeiros, 2003:17), “a delimitação de um *corpus* não segue (...) critérios empiristas, mas teóricos”.

Com isso, ressalta-se que, em Análise do Discurso, para a constituição do *corpus* é imprescindível uma elaboração teórica. É a partir da questão do analista que o *corpus* vai se constituindo, ou seja, os conceitos teóricos direcionadores do trabalho orientam no recorte dos objetos discursivos. No caso deste trabalho, e de diversos outros que se encaixam nessa linha teórica, o que constitui o *corpus* são as seqüências discursivas.

Segundo Courtine (*apud* Indursky, 1997:46-47), seqüências discursivas são “seqüências orais ou escritas de dimensão superior à frase”, sendo “a natureza e a forma dos materiais recolhidos (...) eminentemente variáveis”. O comparecimento de tais seqüências se dá em função dos objetivos do analista.

É importante ressaltar que o objetivo do analista do discurso é explicitar como um objeto simbólico produz sentidos, como os processos de significação trabalham esses textos, daí a análise das seqüências discursivas tomadas a partir das indagações do analista. Este busca, assim, o funcionamento discursivo e como ele produz efeitos. No caso específico, estudar o funcionamento do outro no editorial significa verificar como funciona a seguinte tensão: o editorial aparece tanto em *O Globo* quanto no *Jornal do Brasil* sob o título opinião, mas ele não é assinado e não possui marcas de personalidade, como verbos e pronomes em primeira pessoa, o que trabalha um imaginário de ausência de subjetividade. Tal tensão será exposta no subcapítulo que se segue.

Para a escolha das seqüências discursivas constitutivas do *corpus*, foram marcadas nos editoriais as formas de inserção do outro que foram expostas na parte inicial desta dissertação. Interessaram-nos as regularidades, tanto no que tange ao uso, quanto no que tange ao não-comparecimento, e também as falhas. Assim, cada editorial foi tomado em sua singularidade para, depois, observá-lo em sua relação com o conjunto.

## 6.2 – Questões acerca da mídia, do discurso jornalístico e do editorial

Como o presente trabalho partiu da questão de que até que ponto o editorial jornalístico é um artigo de opinião, é, pois, preciso que se discorra tanto acerca do editorial, quanto do discurso jornalístico e da mídia.

O editorial faz parte, juntamente com a crônica, as reportagens, os classificados, dentre outros, do chamado discurso jornalístico que, por sua vez, integra a mídia, um dos grandes aparelhos de poder de nossa sociedade. Trataremos, em um primeiro momento, de forma sucinta, da mídia/imprensa, em seguida do discurso jornalístico e, por fim, do editorial.

O grande poder atribuído à imprensa está relacionado ao fato de que ela tanto

pode lançar direções de sentidos a partir do relato de determinado fato como pode perceber tendências de opinião ainda tênues e dar-lhes visibilidade, tornando-as eventos-notícias (Mariani, 1998:59).

Assim, a importância da mídia/imprensa – que engloba não só o discurso jornalístico, mas também o publicitário, por exemplo – está no seu poder de gerenciamento dos gestos de interpretação. Ou seja, o efeito da mídia é naturalizar sentidos, destacar, entre os vários sentidos possíveis para um determinado fato, um (ou mais de um) sentido, e torná-lo evidente, apagando, muitas vezes, assim, a possibilidade de sentidos outros virem à tona. A mídia pode ainda, e aí também está seu poder, colocar em destaque, dentre várias posições que estão emergindo sobre determinado assunto, uma delas, e esta passa a ser considerada a opinião-verdadeira, aquela que vai contribuir para a constituição do imaginário social, bem como para a construção da memória do futuro.

Se antes a imprensa negava a sua parcialidade, a sua (inerente) interpretação dos fatos, posicionando-se como neutra, “hoje, ainda que timidamente, ela assume seu lado interpretativo, e o fato de que cada jornal acaba tomando uma direção política prioritária” (Mariani, 1998:59). Passemos ao discurso jornalístico.

Do estudo de Mariani (1998) acerca do discurso jornalístico, serão recuperados, inicialmente, dois pontos. O primeiro deles diz respeito ao mito da informação e o segundo ponto, que está atrelado ao primeiro, é a questão do mito da comunicação. Ambos os mitos estão presentes no discurso jornalístico.

Com o mito da informação, tem-se a ilusão de que há uma verdade, cabendo ao jornal informar essa verdade aos seus leitores, como se os sentidos fossem literais e transparentes. Já

com o segundo mito, o da comunicação, o sujeito pensa dizer aquilo que diz, pensa não poder ser outro o sentido de suas palavras, daí acreditar ser literalmente compreendido.

Em seu funcionamento, o discurso jornalístico, segundo Mariani (1998:60)

insere o inesperado (aquilo para o que ainda não há memória) ou possível/previsível (ou seja, fatos para os quais se pode dizer algo porque guardam semelhanças com eventos ocorridos anteriormente) em uma ordem, ou seja, organizando filiações de sentido possíveis para o acontecimento, não apenas em termos de uma memória, mas também no que diz respeito a desdobramentos futuros.

Fazendo parte da mídia, ao inserir determinada notícia possível/previsível, o jornal filia tal notícia a uma determinada memória discursiva, fazendo, assim, com que um dos sentidos possíveis, e não outro, torne-se o sentido dominante e, portanto, naturalizado, sentido esse que afetará outros discursos futuros. O jornal também trabalha o inesperado (o sem sentido) em uma notícia, filiando a ela certos sentidos possíveis, sentidos esses que servirão de pré-construído para um evento que está por vir. Assim, vê-se que, no discurso jornalístico, o efeito da literalidade e da transparência de sentidos instaura uma relação de verdade com a informação – a verdade-da-informação, consoante Mariani (1988:67) –, e isso produz uma relação de confiança em relação àquilo que é narrado: a informação dada é tomada como verdadeira, e por isso não poderia ser atribuído a ela outro sentido.

Esse modo como são construídos os sentidos fica apagado para o sujeito-leitor. A ele parece que tudo o que é dito nos textos jornalísticos é evidente, óbvio, que não poderia ser de outra maneira. Naturaliza-se o que se produziu na relação entre o histórico e o simbólico, como se a linguagem e a história não tivessem sua opacidade. Em relação a isso, afirma Mariani (1998:65):

A produção de sentidos, que se processa a partir de um trabalho no plano da língua, seja no plano das operações sintáticas descritas, seja pelo conjunto da memória mobilizada lexicalmente, não é perceptível para o sujeito envolvido historicamente. Assim, essa prática discursiva impõe a imagem de uma “leitura literal”, realizada com sentidos transparentes capazes de captar os fatos em sua ‘essência’. Oblitera-se, portanto, que o que está em jogo é uma inevitável “leitura-interpretativa”.

No trecho anteriormente destacado, Mariani trata do apagamento para o sujeito-leitor do processo de construção da notícia. Na prática discursiva do jornal, ao se nomear de uma maneira, e não de outra, e ao se usar determinada expressão, e não uma parafrástica a essa, está-se engendrando uma determinada filiação discursiva, embora, para o sujeito-leitor, a leitura que está sendo feita pareça só poder ser aquela.

A leitura-interpretativa a que se referiu Mariani no trecho anteriormente destacado depende das possibilidades de enunciação específicas de cada formação social, variando também de acordo com cada período histórico. É justamente por isso que a comunicação é um mito. A produção de sentidos na notícia dos fatos se realiza a partir de um jogo de influências em que atuam não só os próprios jornalistas (também esses sujeitos-históricos), mas também os leitores e a linha política dominante no jornal. Ao analista do discurso importa justamente de que modo esses sentidos foram produzidos e também, segundo Mariani (1998:65-66), “como eles singularizam os acontecimentos, fixando-lhes uma memória e criando uma ilusão de que, literalmente, espelham ‘uma realidade’ exterior ao sujeito”.

Ainda em relação ao discurso jornalístico, pode-se dizer que este funciona, segundo Mariani (1988), como um *discurso sobre*. Assim como um texto de divulgação científica tem como objeto uma pesquisa científica, embora não seja ele mesmo a pesquisa científica, o discurso jornalístico coloca o mundo como objeto, mas ele não é o mundo. Ao discurso jornalístico cabe falar sobre esse mundo, retratá-lo, digeri-lo para seus leitores. Desse modo, o discurso de divulgação científica, assim como o discurso jornalístico, são discursos intermediários, pois, ao falarem acerca de um discurso-origem, colocam-se em meio a tal discurso e aos interlocutores, como uma espécie de facilitadores para a compreensão do discurso-origem. Por isso *discursos sobre*, de modo geral, representam lugares de autoridade, em que se efetuam transmissões de conhecimento, “já que o *falar sobre* transita na co-relação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor” (Mariani, 1988:60).

O discurso jornalístico, por ser representativo de um lugar de autoridade e por fazer a mediação entre os acontecimentos do mundo e a posição-sujeito leitor, assemelha-se, segundo Mariani (1988:62), a um discurso pedagógico em sua forma mais autoritária. Enquanto no discurso pedagógico autoritário o professor faz a mediação entre alunos *tabula rasa* e um saber científico, por meio de citações de autoridade e afirmações categóricas, no discurso jornalístico a interpretação é mascarada em nome de fatos que falam por si. Segundo Mariani (1988:62), o discurso jornalístico passa a imagem

(...) de uma atividade enunciativa que apenas mediatizaria – ou falaria *sobre* – da forma mais literal possível um mundo objetivo. Nesse sentido, entendemos que o didatismo, mais do que ‘fraturar’ a informatividade dos relatos, atua na direção de reforçar – enquanto explicação do mundo – a ilusão da objetividade jornalística.

Além disso, no processo de tornar objeto aquilo sobre o que se fala – processo este característico dos *discursos sobre* –, o sujeito enunciador – o jornalista – produz um efeito de

distanciamento, projetando a imagem de um observador imparcial, “podendo, desta forma, formular juízos de valor, emitir opiniões etc., justamente porque não se ‘envolveu’ com a questão” (Mariani, 1988:60).

São essas opiniões, esses juízos de valores acerca de determinadas questões com as quais o jornalista aparentemente não está envolvido que parecem figurar nos editoriais jornalísticos. São aos editoriais que serão reservadas as próximas observações.

Como já dito na parte introdutória deste item, o editorial, juntamente com os classificados, a reportagem e outros, constitui o discurso jornalístico e, por conseguinte, apresenta o funcionamento desse discurso, mas também funcionamentos que lhe são próprios, como será exposto a seguir.

O editorial é apresentado como um texto que tem a função de opinar, daí ser comum vir acima dele, em vários jornais, como *O Globo* e *Jornal do Brasil*, a palavra “Opinião”. No entanto, os editoriais não possuem nem assinatura, nem marcas formais (por exemplo, verbos na primeira pessoa do singular) que apontariam para um imaginário de subjetividade, subjetividade essa entendida como inscrita na ordem da língua, assim como proposto na teoria benvenistiana (Orlandi, 1988). Apenas um parêntese: a subjetividade em *Análise do Discurso* não se limita às marcas do aparelho formal da enunciação de que trata Benveniste, mas é uma construção discursiva, e portanto considera as relações que cada sujeito estabelece com as formações discursivas que o dominam.

A tensão presente nos editoriais, assim, configura-se na ausência de marca de pessoalidade e na ausência de uma assinatura em artigo que teria como função opinar sobre determinado assunto, administrando uma interpretação. Essa interpretação não é tomada como sendo a de um autor específico, como ocorre nas colunas, em que há, por exemplo, uma assinatura. Nos editoriais, a posição-autor parece ser ocupada pela instituição do jornal, e é aí que o trabalho com o funcionamento do discurso outro é importante, justamente para analisar como esse outro se insere, e os efeitos de sentido provocados.

### 6.3 – Analisando as seqüências discursivas

Em um primeiro momento, em que se levantaram as várias formas de inserção do discurso outro nos editoriais jornalísticos, foi possível observar que o discurso outro



compareceu, tanto no jornal *O Globo*, quanto no *Jornal do Brasil*, através do discurso direto, do discurso indireto, do discurso indireto livre, do discurso indireto quase-textual, da modalização em discurso segundo sobre o conteúdo, da modalização autonímica em discurso segundo, da ilha textual e, em número muito maior do que nos outros casos, através das aspas.

Dos modos de inserção do outro aqui apresentados, segundo o quadro de Authier-Revuz, apenas o discurso direto livre e o discurso direto quase-textual não compareceram nos editoriais jornalísticos de abril e maio de 2006 de *O Globo* e *Jornal do Brasil*. Trataremos desses não-comparecimentos mais adiante.

De maneira esquemática, tem-se:

Quadro 1

| FORMAS PRESENTES DE INSERÇÃO DO OUTRO            |  |
|--|--|
| <i>O Globo</i>                                   | <i>Jornal do Brasil</i>                          |
| Discurso direto                                  | Discurso direto                                  |
| Discurso indireto                                | Discurso indireto                                |
| Discurso indireto livre                          | Discurso indireto livre                          |
| Discurso indireto quase-textual                  | Discurso indireto quase-textual                  |
| Modalização em discurso segundo sobre o conteúdo | Modalização em discurso segundo sobre o conteúdo |
| Modalização autonímica em discurso segundo       | Modalização autonímica em discurso segundo       |
| Ilha textual                                     | Ilha textual                                     |
| Aspas  | Aspas  |

Quadro 2

| FORMAS AUSENTES DE INSERÇÃO DO OUTRO |                               |
|--------------------------------------|-------------------------------|
| <i>O Globo</i>                       | <i>Jornal do Brasil</i>       |
| Discurso direto livre                | Discurso direto livre         |
| Discurso direto quase-textual        | Discurso direto quase-textual |

Para engendrar a análise do funcionamento do discurso outro nos editoriais de *O Globo* e *Jornal do Brasil*, iremos retomar as quatro não-coincidências do dizer de que já tratamos. As quatro não-coincidências do dizer – a saber, não-coincidência interlocutiva, não-coincidência do discurso consigo mesmo, não-coincidência entre as palavras e as coisas e não-coincidência das palavras consigo mesmas – são, segundo Authier-Revuz (1998), eixos

sobre os quais o heterogêneo se inscreve. Se o heterogêneo se inscreve por meio dessas não-coincidências, é sinal de que não há literalidade, de que o sentido não é óbvio, evidente. E se as quatro não-coincidências do dizer marcam essa não-literalidade, é sinal de que elas são marcas de opinião. É o que veremos nos subcapítulos que se seguem.

Antes de continuarmos, é preciso ressaltar que tanto no jornal *O Globo*, quanto no *Jornal do Brasil* não se encontrou a manifestação da heterogeneidade do discurso por meio da não-coincidência entre as palavras e as coisas. Mais adiante trataremos dessa questão.

Em síntese, temos:

Quadro 3

| FORMAS PRESENTES DE INSCRIÇÃO DO HERETOGENEO |  |
|--|--|
| <i>O Globo</i>                               | <i>Jornal do Brasil</i>                      |
| Não-coincidência interlocutiva               | Não-coincidência interlocutiva               |
| Não-coincidência do discurso consigo mesmo   | Não-coincidência do discurso consigo mesmo   |
| Não-coincidência das palavras consigo mesmas | Não-coincidência das palavras consigo mesmas |

Quadro 4

| FORMA AUSENTE DE INSCRIÇÃO DO HERETOGENEO      |  |
|--|--|
| <i>O Globo</i>                                 | <i>Jornal do Brasil</i>                        |
| Não-coincidência entre as palavras e as coisas | Não-coincidência entre as palavras e as coisas |

### 6.3.1 – Da não-coincidência interlocutiva

A não-coincidência interlocutiva diz respeito a como o editorial e seu interlocutor que nele está inserido partilham os sentidos. A posição discursiva desse interlocutor pode ser articulada como concordante com a do jornal ou discordante, podendo essa discordância comparecer, como se verá a seguir, com ou sem ironia.

O efeito de concordância está presente, em ambos os jornais, através do discurso direto, do discurso indireto, do discurso indireto livre, do discurso indireto quase-textual, da modalização em discurso segundo sobre o conteúdo e da modalização autonímica em discurso segundo. Apenas a inserção do outro através das aspas e da ilha textual não produz efeito de

concordância, como se pode verificar no quadro 5. Mais adiante, serão apresentadas seqüências discursivas em que a inserção do outro produziu efeito de concordância.

O efeito de discordância sem ironia, por sua vez, pode ser produzido pelas seguintes maneiras de inserção do discurso outro: discurso direto, discurso indireto, discurso indireto quase-textual, modalização em discurso segundo sobre o conteúdo e aspas de conotação autonímica, ainda que na modalização autonímica em discurso segundo seja muito mais comum, nesse material, a produção do efeito de concordância. Não foi observado, ao menos nos editoriais trabalhados, o efeito de discordância sem ironia através do discurso indireto livre, da modalização autonímica em discurso segundo e da ilha textual.

Já o efeito de discordância com ironia está, em ambos os jornais, restrito às aspas de conotação autonímica – aspas essas que destacam elementos sintaticamente integrados ao contexto, em que a palavra é usada e mencionada – e à ilha textual.

Abaixo, encontra-se quadro com as formas de inscrição do outro trabalhando a não-coincidência interlocutiva e os efeitos de sentido, em *O Globo* e no *Jornal do Brasil*:

Quadro 5

| FORMAS DE INSCRIÇÃO DO OUTRO TRABALHANDO A NÃO-COINCIDÊNCIA INTERLOCUTIVA E EFEITOS DE SENTIDO |  |              |
|--|--|--------------|
| <i>O Globo/Jornal do Brasil</i>  |  |              |
| Concordância   | Discordância                                     |              |
|  | Sem ironia                                       | Com ironia   |
| Discurso direto  | Discurso direto                                  | Aspas        |
| Discurso indireto  | Discurso indireto                                | Ilha textual |
| Discurso indireto livre  | Discurso indireto quase-textual                  |              |
| Discurso indireto quase-textual  | Modalização em discurso segundo sobre o conteúdo |              |
| Modalização em discurso segundo sobre o conteúdo   | Aspas  |              |
| Modalização autonímica em discurso segundo   |  |              |

Em 6.3.1.2.1 e 6.3.1.2.2 serão expostas seqüências discursivas em que a inserção do outro produziu efeito de discordância sem ironia e efeito de discordância com ironia, respectivamente.

### 6.3.1.1 – Da concordância

A seguir, serão mostradas algumas seqüências discursivas em que a inserção do outro – através do discurso direto, do discurso indireto, do discurso indireto livre, do discurso indireto quase-textual, da modalização em discurso segundo sobre o conteúdo e da modalização autonímica em discurso segundo – produz efeito de concordância em relação à posição discursiva do jornal. Vide quadro abaixo:

Quadro 6

| CONCORDÂNCIA                                     |  |
|--|--|
| <i>O Globo</i>                                   | <i>Jornal do Brasil</i>                          |
| Discurso direto                                  | Discurso direto                                  |
| Discurso indireto                                | Discurso indireto                                |
| Discurso indireto livre                          | Discurso indireto livre                          |
| Discurso indireto quase-textual                  | Discurso indireto quase-textual                  |
| Modalização em discurso segundo sobre o conteúdo | Modalização em discurso segundo sobre o conteúdo |
| Modalização autonímica em discurso segundo       | Modalização autonímica em discurso segundo       |

Em editorial de 23 de abril intitulado *Na República da Fantasia*, é discutida a questão da saúde no Brasil. Essa discussão foi suscitada após ter sido atribuída ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao inaugurar instalações do Grupo Hospitalar Conceição, fala em que ele teria dito que o Brasil não está longe de atingir a perfeição no que tange ao tratamento de saúde. Lula estava, segundo o editorial, referindo-se aos investimentos do governo no setor da saúde e ao programa de Saúde Bucal e ao Qualisus, projeto de qualificação do atendimento do sistema hospitalar.

Antes de mostrarmos as seqüências discursivas em que o outro é inserido em discurso direto produzindo efeito de concordância, trataremos das posições discursivas do jornal e do presidente Lula. Enquanto a posição discursiva do presidente é posta como sendo a de que a saúde do Brasil beira a perfeição, a posição discursiva do jornal é outra, e discordante da do presidente, como se pode verificar nas seqüências discursivas a seguir:

Qualificar a saúde com tal atributo significa também ignorar as filas desmoralizantes a que são submetidos milhões de brasileiros nos hospitais e postos de saúde públicos. As filas estendem-se implacavelmente para consultas, exames e internações (*JB*, 23 de abril de 2006).

O Brasil depara-se ainda, há mais de 60 dias, com uma greve na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A paralisação tem afetado a importação de medicamentos e agravado o financiamento do coquetel distribuído aos pacientes com Aids (*JB*, 23 de abril de 2006).

Dentro desse contexto de oposição entre a posição discursiva do presidente Lula e a do jornal, a inserção em discurso direto das falas dos deputados Rafael Guerra e Sérgio Miranda produz o efeito de concordância em relação à posição discursiva do jornal: a saúde no Brasil não vai bem. Essa posição discursiva, que está em consonância com a posição discursiva do jornal, não é a de qualquer um, mas a de políticos (deputados), pessoas autorizadas a falar da questão da saúde no Brasil:

**“Não sei a que país o presidente está se referindo”**, disse o deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), presidente da Frente Parlamentar de Saúde do Congresso (*JB*, 23 de abril de 2006) (Negrito nosso).

**“O presidente Lula tem uma visão alienada da realidade”**, emendou o deputado Sérgio Miranda (PDT-MG) (*JB*, 23 de abril de 2006) (Negrito nosso).

Na seqüência discursiva que se segue, a inserção do outro através do discurso indireto também produz o efeito de concordância:

Policiais experientes **garantem que as armas de guerra vistas nos morros, expostas nas mãos muitas vezes de adolescentes, não vêm de fora. São conseguidas dentro do próprio Rio com a conivência de policiais corruptos e por esquemas montados dentro de quartéis das Forças Armadas** (*O Globo*, 17 de abril de 2006) (Negrito nosso).

Em *Parte do problema*, editorial de 17 de abril em que se discute a questão da segurança e da polícia no Brasil, é dito que, se a polícia é parte da solução para acabar com o problema da insegurança, ela é também parte do problema, uma vez que, segundo o editorial, um percentual da criminalidade só existe porque há alguns policiais corruptos, que, além de aterrorizarem as comunidades, recolhem dinheiro dos traficantes, em vez de prendê-los. Para o jornal *O Globo*, a solução para essa questão seria dar mais espaço para policiais honestos e competentes nas instituições sociais, além de resgatar as comunidades das mãos dos bandidos, através de um maior investimento do estado nesses locais, com instalações de postos de saúde, envio de ambulância e material escolar.

Nesse contexto, a inserção da fala de policiais através do discurso indireto, mostrada na seqüência discursiva anteriormente destacada, produziu o efeito de concordância com a

posição discursiva do jornal. Segundo a posição discursiva tanto do jornal quanto dos policiais referidos no editorial, os policiais corruptos são também parte do problema da insegurança do país, pois “as armas de guerra vistas nos morros, expostas nas mãos muitas vezes de adolescentes, não vêm de fora. São conseguidas dentro do próprio Rio com a conivência de policiais corruptos (...)”.

O efeito de concordância também é produzido quando se insere o outro nos editoriais jornalísticos através do discurso indireto livre. É interessante notar que, ao menos nos dois meses de editoriais analisados, tanto em *O Globo*, quanto no *Jornal do Brasil*, o discurso indireto livre produziu apenas o efeito de concordância.

Em editorial de 04 de abril de *O Globo* comparecem as seguintes seqüências discursivas:

A Câmara dos Deputados dá um exemplo de falta de sintonia com os interesses da sociedade na votação de projeto de lei que estabelece cotas nas universidades federais para estudantes da rede pública e subcotas para negros e índios. **Por que a imprensa em legislar sobre assunto que divide profundamente os brasileiros?** (*O Globo*, 4 de abril de 2006) (O negrito é nosso e marca o discurso indireto livre).

Derrotados na tentativa de evitar a votação em plenário com uma manobra regimental, seus patronos ainda assim tentam imprimir à tramitação o regime de urgência urgentíssima – que além de intempestivo certamente trará prejuízos irremediáveis.

**Coincidência ou tentativa de semear regras populistas para colher votos em outubro?** (*O Globo*, 4 de abril de 2006) (O negrito é nosso e marca o discurso indireto livre).

Tal editorial, cujo título é *Mais Debate*, trata do desejo, por parte de alguns integrantes da Câmara dos Deputados, de votar em regime de urgência o projeto de lei que estabelece cotas nas universidades federais para estudantes da rede pública e subcotas para negros e índios. Segundo o editorial, é descabida tal tramitação em regime de urgência, sendo necessários, para se chegar a uma conclusão final, debates exaustivos, uma vez que essa é uma questão que afeta muitos estudantes, que poderão ser obrigados a ceder sua vez nas universidades devido a um critério que não o da excelência acadêmica, além de estar em jogo a qualidade do ensino superior. Ainda consoante o editorial, a explicação para a imprensa em legislar sobre a questão das cotas pode estar na tentativa de alguns políticos de angariar votos, em ano eleitoral, de simpatizantes da causa.

A inserção do outro através do discurso indireto livre no editorial anterior – e também nos outros analisados – tem o efeito de fazer comparecer no fio discursivo uma voz anônima, voz anônima essa que, juntamente com o autor do editorial, parece formular perguntas que não têm o efeito de fazer o leitor refletir, mas de já apontar uma resposta (portanto, perguntas retóricas), como se não houvesse a possibilidade de sentidos outros, resposta essa que está em

consonância com a posição discursiva do editorial. “Por que a pressa em legislar sobre assunto que divide profundamente os brasileiros?” Interesses eleitoreiros, claro. “Coincidência ou tentativa de semear regras populistas para colher votos em outubro?” Tentativa de semear regras populistas para colher votos em outubro, claro. Daí o efeito do discurso indireto livre – que vem geralmente na forma interrogativa – nos editoriais jornalísticos, via de regra, ser o da evidência da resposta.

Em editorial de 29 de abril do *Jornal do Brasil*, na seqüência discursiva abaixo, o discurso outro comparece através do discurso indireto quase-textual, produzindo, mais uma vez, o efeito de concordância:

Não à toa, o relatório da agência da ONU **ressalta que “qualquer progresso nesse setor requer total transparência e cooperativa ativa pelo Irã”** (JB, 29 de abril de 2006) (Negrito nosso).

Nesse editorial de título *Argumento para uma ação militar*, é mostrado que o Irã não atendeu as exigências da comunidade internacional em relação ao seu programa nuclear. Ao contrário, o presidente iraniano, Ahmadinejad, teria acelerado suas atividades, além de não ter cumprido o Tratado de Não-Proliferação de Armas, do qual o Irã é signatário, e estimulado o embate contra os Estados Unidos e Israel. O editorial, então, sugere que líderes como Ahmadinejad devem ter seus programas de tecnologia nuclear acompanhados de perto por um conselho internacional, a fim de se evitar uma nova guerra.

Dentro desse contexto de receio com respeito a possíveis novas atitudes do presidente iraniano em relação ao seu programa nuclear é que se enquadram, em discurso indireto quase-textual, as palavras do relatório da ONU, que mostram concordância com a posição discursiva do jornal: é preciso acompanhar o programa nuclear do Irã de perto, e o país precisa cooperar e ser transparente. E quem possui a mesma posição discursiva do jornal não é qualquer um, mas a ONU, uma entidade de influência global.

Ainda no editorial *Argumento para uma ação militar*, o efeito de concordância também é produzido quando o outro é inserido através da modalização em discurso segundo sobre o conteúdo, e esse outro, ElBadarei, é o diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA):

**Segundo ElBadarei, o governo iraniano não oferece a cooperação requerida pelo Conselho de Governadores da agência** (JB, 29 de abril de 2006) (Negrito nosso).

Por fim, assim como o discurso indireto livre produz apenas o efeito de concordância nos editoriais analisados, também a modalização autonímica em discurso segundo só produz

tal efeito. Em 6.6, trataremos mais detalhadamente da produção exclusiva do efeito de concordância.

Em editorial de 03 de maio de *O Globo*, tem-se a seguinte seqüência discursiva:

Foi ingênuo ao supor que uma suposta vinculação político-ideológica protegeria os interesses brasileiros na Bolívia. E foi imprevidente ao se deixar apanhar de “**calças curtas**”, **nas palavras de um assessor** (*O Globo*, 3 de maio de 2006) (Negrito nosso).

O editorial de que foi tirada a seqüência discursiva acima e cujo título é *Imprevidência* trata da maneira como o Brasil – representado pelo presidente Lula, pelo presidente da Petrobras Sérgio Gabrielli, pelo chanceler Celso Amorim, pelo secretário-geral do Itamaraty Samuel Pinheiro Guimarães e pelo assessor presidencial Marco Aurélio Garcia – portou-se diante da nacionalização dos recursos naturais bolivianos, o petróleo e o gás. Segundo o editorial, os erros cometidos diante dessa situação foram muitos e óbvios, até porque Evo Morales já vinha avisando que tomaria medidas drásticas desde que surgiu como protagonista na política boliviana. Teria sido o presidente Lula, consoante o jornal, no mínimo temerário ao apoiar a candidatura de Evo Morales durante a campanha presidencial boliviana, não devendo ter acreditado que simpatias e afinidades ideológicas pudessem servir de base para acordos comerciais.

Assim, a posição discursiva do jornal é a de que Lula não deveria ter confiado tanto em sua simpatia por Evo Morales, e, por ter confiado, foi pegado desprevenido, ou de “calças curtas”, segundo as palavras de um assessor, que foram inseridas, no editorial, através da modalização autonímica em discurso segundo, palavras estas que estão em concordância com a posição discursiva do jornal.

Em relação às aspas em “calças curtas”, é importante ressaltar que se trata de aspas de conotação autonímica, uma vez que se fez uso e menção das palavras aspeadas.

### 6.3.1.2 – Da discordância

Trataremos agora dos casos em que a inserção do discurso outro produziu o efeito de discordância. Primeiramente, mostraremos seqüências discursivas em que a inscrição do outro produziu o efeito de discordância sem ironia e, em seguida, aquelas em que foi produzido o efeito de discordância com ironia. Antes, porém, de analisarmos as seqüências discursivas, é



preciso diferenciar o que seriam as aspas de discordância sem ironia e o que seriam as aspas de discordância com ironia.

Enquanto as aspas de discordância sem ironia marcam uma posição discursiva que vai de encontro à posição discursiva do jornal, as aspas de discordância com ironia vão além, pois não só marcam essa não-coincidência interlocutiva entre o jornal e um outro, como também desautorizam a posição discursiva do outro, produzindo um efeito corrosivo, como se esta fosse uma posição discursiva absurda, e o caráter absurdo estaria na não-concordância com a posição discursiva do jornal.

### 6.3.1.2.1 – Da discordância sem ironia

Tanto no jornal *O Globo*, quanto no *Jornal do Brasil* é a inserção do outro através do discurso direto, do discurso indireto, do discurso indireto quase-textual, da modalização em discurso segundo sobre o conteúdo e das aspas de conotação autonímica que pode produzir o efeito de discordância sem ironia, como se pode verificar na tabela abaixo. Na modalização em discurso segundo sobre o conteúdo, no entanto, como já dito, é muito mais recorrente, em ambos os jornais, a produção do efeito de concordância.

Quadro 7

| DISCORDÂNCIA SEM IRONIA                          |  |
|--|--|
| <i>O Globo</i>                                   | <i>Jornal do Brasil</i>                          |
| Discurso direto                                  | Discurso direto                                  |
| Discurso indireto                                | Discurso indireto                                |
| Discurso indireto quase-textual                  | Discurso indireto quase-textual                  |
| Modalização em discurso segundo sobre o conteúdo | Modalização em discurso segundo sobre o conteúdo |
| Aspas  | Aspas  |

Serão analisadas, neste momento, seqüências discursivas em que comparecem aspas de conotação autonímica que produzem o efeito da discordância sem ironia.

Em editorial de 10 de abril de *O Globo*, comparece a seguinte seqüência discursiva:

Se olhada a questão pelo ângulo frio dos números, o Brasil tem sido um dos países que mais destinam verbas públicas para áreas consideradas “**sociais**” (*O Globo*, 10 de abril de 2006) (Negrito nosso).

O editorial em questão, que se intitula *Erro de Foco*, discute a maneira que o governo Lula adotou para combater a questão das desigualdades das classes. Segundo o editorial, programas de cunho social devem levar em conta dois aspectos: o impacto causado por eles nos grupos sociais a que se destinam, podendo ser esse impacto tanto positivo quanto negativo, e o esforço feito pela sociedade em financiar esses gastos. O jornal considera que o “Bolsa Família”, por exemplo, vem, a cada ano, exigindo mais dinheiro dos cofres públicos e, em contrapartida, gerando um número enorme de viciados em esmola. Assim, o editorial defende que, em vez de destinar verbas para esse tipo de programa, que pouco ou nada traz para o desenvolvimento do país, dever-se-ia deslocar tal investimento para a área de educação, o que seria muito mais produtivo para a sociedade.

É nesse contexto de crítica aos programas sociais de Lula que se insere a seqüência discursiva destacada. As aspas em “sociais” mostram a não-coincidência interlocutiva entre *O Globo* e o governo Lula. Para Lula e seus colaboradores, investir em programas sociais como o “Bolsa Família”, o “Bolsa Escola” é investir na área social. Para *O Globo*, no entanto, investir nesse tipo de programa assistencialista não é investir no social, uma vez que tais programas pouco ajudariam a tornar o Brasil um país competitivo, mas apenas colocariam uma boa parte da população sob o guarda-chuva assistencialista do Estado.

É importante destacar que no caso das aspas em “sociais” não se ironizou a fala de outrem. As aspas sinalizam uma discordância. O que é área social para o governo Lula não é área social para o jornal *O Globo*.

Na seqüência discursiva a seguir, retirada de editorial do *Jornal do Brasil* de 04 de maio, tem-se um caso da inserção do outro através do discurso direto em que também é produzido efeito de discordância sem ironia em relação à posição discursiva do jornal:

**“Não tem crise entre Brasil e Bolívia, e não existirá crise”, disse ontem o presidente Lula...** (*JB*, 4 de maio de 2006) (Negrito nosso).

O editorial em questão – *Para romper a dependência* – trata da decisão, por decreto, do presidente boliviano Evo Morales de nacionalizar os campos de petróleo e gás, prejudicando a Petrobras, que havia feito grandes investimentos em sua filial na Bolívia, e, conseqüentemente, a economia do Brasil. Segundo o editorial, será inevitável o reajuste nos preços do gás tanto para as empresas quanto para os consumidores brasileiros.

Lula, no entanto, teria dito que não há crise entre Brasil e Bolívia, o que vai de encontro à posição discursiva do jornal:

O chefe do Planalto tem razão quanto ao direito boliviano. Mas convém creditar a negação da crise como uma retórica de boa vizinhança (*JB*, 4 de maio de 2006).

Já na seqüência discursiva retirada do editorial de 11 de maio de 2006 do *Jornal do Brasil*, o efeito de discordância é produzido através da inserção do outro via discurso indireto:

O ex-secretário geral do PT recorreu à estratégia habitual dos personagens confrontados com a evidência dos escândalos: **disse que já não sabia mais identificar o que é verdade e o que é mentira na entrevista concedida ao jornal *O Globo* no fim de semana** (*JB*, 11 de maio de 2006) (Negrito nosso).

O editorial de título *Os lenitivos para o futuro* trata de um suposto episódio de corrupção envolvendo, dentre outros personagens da cena política, o empresário Marcos Valério e o ex-secretário geral do PT, Sílvio Pereira. De acordo com o *Jornal do Brasil*, em entrevista concedida ao jornal *O Globo*, Pereira teria afirmado que o empresário Marcos Valério coordenava um esquema ilegal de arrecadação de verbas e que pretendia obter R\$ 1 bilhão, sendo que o presidente Lula, o ex-chefe da Casa Civil José Dirceu, o ex-presidente do PT José Genoíno e o senador Aloizio Mercadante sabiam do esquema.

Depois, quando foi perguntado acerca do que havia afirmado ao jornal *O Globo*, Sílvio Pereira teria dito não saber mais identificar o que era verdade e o que era mentira em sua entrevista. Essa fala de Pereira foi inserida no editorial através do discurso indireto e está em discordância com a posição discursiva do jornal, que afirma ter sido essa incapacidade de distinguir mentiras e verdades uma estratégia para se livrar do escândalo: “O ex-secretário geral do PT recorreu à estratégia habitual dos personagens confrontados com a evidência dos escândalos...”.

No mesmo editorial a que nos referimos quando tratamos da inserção do outro através do discurso direto produzindo o efeito de concordância – editorial do *Jornal do Brasil* de 23 de abril –, comparece a seguinte seqüência discursiva em que há a inscrição do outro através do discurso indireto quase-textual produzindo o efeito de discordância:

Ao inaugurar instalações do Grupo Hospitalar Conceição, o presidente **afirmou que o Brasil “não está longe de atingir a perfeição no tratamento de saúde”** (*JB*, 23 de abril de 2006) (Negrito nosso).

O editorial em questão, como já mostrado no item anterior, mostra que a saúde do Brasil está caótica, com filas, greves e falta de medicamentos, por exemplo, mas ao presidente Lula são atribuídas falas em que ele se mostra satisfeito com a questão da saúde nacional. Assim, a posição discursiva do outro – outro esse representado na figura do presidente Lula e inscrito no fio discursivo por meio do discurso indireto quase-textual – está em discordância com a posição discursiva do jornal, segundo a qual o Brasil está sim longe de atingir a perfeição no tratamento de saúde.

Na seqüência discursiva abaixo, retirada do jornal *O Globo* de 08 de maio, tem-se um exemplo de modalização em discurso segundo sobre o conteúdo provocando efeito de discordância:

**Agilizar o atendimento, segundo o presidente Lula, estaria dentro de um plano geral do seu governo para dar dignidade aos cidadãos** (*O Globo*, 8 de maio de 2006) (Negrito nosso).

Segundo o editorial de que foi retirada a seqüência discursiva acima, cujo título é *Filas eternas*, o presidente Lula teria feito a promessa de que, a partir de março, abril de 2006, tudo estaria resolvido em relação às infindáveis filas do INSS. No entanto, o problema das filas não teria sido resolvido. Se o problema não foi sanado nem foram tomadas, de acordo com o jornal, reais medidas para que isso ocorresse, é porque, discordando da posição discursiva de Lula, agilizar o atendimento não estaria dentro de um plano geral de seu governo para dar dignidade aos cidadãos.

#### 6.3.1.2.2 – Da discordância com ironia

Ao iniciarmos a leitura dos editoriais de *O Globo* e do *Jornal do Brasil*, chamou-nos logo a atenção não só o fato de haver aspas de conotação autonímica e ilha textual que produziam um efeito de discordância com ironia, mas também o fato de tal efeito só se restringir a esses dois casos, não sendo produzido por nenhum outro modo de inserção do outro no discurso:

Quadro 8

| DISCORDÂNCIA COM IRONIA |                         |
|-------------------------|-------------------------|
| <i>O Globo</i>          | <i>Jornal do Brasil</i> |
| Aspas                   | Aspas                   |
| Ilha Textual            | Ilha textual            |

Em editorial de 04 de maio do *Jornal do Brasil*, em que se discute a questão da crise do gás, observem-se as aspas nas seqüências discursivas a seguir:

Há um consenso especial entre os muitos analistas ouvidos nas horas de espanto: o máximo que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva conseguirá é assegurar do “**amigo**” boliviano um desconto no novo preço do gás vindo da Bolívia (*JB*, 4 de maio de 2006) (Negrito nosso).

Para o mercado internacional, a Bolívia é hoje um país no qual não se pode confiar. Investidores sabem que contratos podem ser rasgados segundo os interesses de um “**povo sofrido**”. O efeito-manada é um perigo, e dele o Brasil pode escapar (*JB*, 4 de maio de 2006) (Negrito nosso).

O editorial em questão – *Para romper a dependência* –, ao qual já se fez menção, uma vez que dele foi retirada seqüência discursiva para tratar do discurso direto produzindo efeito de discordância sem ironia, trata da decisão unilateral do presidente boliviano de nacionalizar os campos de gás e petróleo, com prejuízo para a Petrobras e para a nação brasileira, com o aumento dos preços do gás. Se a decisão em si já é considerada grave pelo jornal, por prejudicar a economia do Brasil, ela se torna mais grave ainda por partir de um presidente que, ao menos teoricamente, possuía afinidades ideológicas com o presidente Lula. É justamente essa simpatia política que Lula nutre por Evo Morales que vai estar posta entre aspas: “amigo” é como Lula se refere ao presidente boliviano e “povo sofrido” é como se refere aos bolivianos.

As aspas em “amigo” e “povo sofrido” são aspas que demarcam a presença de um outro espaço discursivo, ou seja, inserem o outro no editorial jornalístico e trabalham uma não-coincidência interlocutiva entre o jornal e o presidente Lula: enquanto é atribuída a Lula a expressão amigo em referência a Evo Morales, o editorial do *Jornal do Brasil* não o considera um amigo, por ter tomado uma atitude que prejudicou o Brasil, como se pode verificar na seguinte seqüência discursiva:

O reajuste será inevitável para empresas e consumidores. Goste ou não da decisão de Morales, o Brasil precisará continuar importando gás natural boliviano, a despeito do previsível aumento de preços e dos prejuízos da Petrobras (*JB*, 4 de maio de 2006).

É preciso ressaltar ainda que as aspas em “amigo” e “povo sofrido” não só marcam a presença de um outro que discorda da posição discursiva do jornal, mas também ironizam a posição discursiva desse outro. Na primeira seqüência discursiva destacada, em vez de o jornal ter se referido a Evo Morales como o presidente da Bolívia, por exemplo, referiu-se a ele como “amigo boliviano”. O fato de o jornal não considerar adequada a atribuição, feita pelo presidente Lula, de tal qualidade a Morales, mas mesmo assim usá-la, mostra a ironia de tais aspas. O jornal, assim, ironiza a posição discursiva do presidente Lula ao usar entre aspas uma expressão de Lula, com a qual ele (*JB*) não concorda, para se referir a Evo Morales.

Processo semelhante se dá com a expressão “povo sofrido” presente na segunda seqüência discursiva destacada. Mais uma vez, o jornal não considera adequada a expressão atribuída ao presidente Lula para se referir ao povo da Bolívia, justamente em um momento em que o povo brasileiro seria prejudicado por causa de uma decisão tomada pelo presidente Evo Morales. Se o preço do gás subiria para os brasileiros por causa da nacionalização dos campos de petróleo e gás bolivianos, o “povo sofrido” seria o brasileiro, e não o boliviano.

Assim, na segunda seqüência discursiva, o fato de se ter usado a expressão “povo sofrido” também mostra ironia em relação à posição discursiva de Lula, uma vez que o jornal usou uma expressão contrária à sua posição discursiva para fazer referência ao povo boliviano, e essa expressão foi usada pelo presidente Lula.

Em editorial de 04 de abril de *O Globo*, as aspas compareceram com o mesmo efeito de sentido já encontrado no *Jornal do Brasil*: produzir efeito de discordância com ironia.

Agora, o mau exemplo vem do ministro Tarso Genro que, ao voltar ao Ministério na pasta de coordenação política, chamada de Relações Institucionais, distribuiu entre militantes uma análise da conjuntura política em que enxerga uma fantasiosa conspiração da mídia contra os “**avanços democráticos**” do governo Lula (*O Globo*, 4 de abril de 2006) (Negrito nosso).

O editorial de que foi retirada a seqüência discursiva supracitada, cujo título é *Recaída Petista*, trata da questão da liberdade de expressão da imprensa. Primeiro, o Planalto acolheu a proposta de criação de um Conselho Federal de Jornalismo, um organismo paraestatal idealizado para controlar o exercício da profissão. Sob protestos recuou. Em seguida, o governo desenhou a Ancinav, uma agência que, segundo o editorial, sob pretexto de criar novos marcos regulatórios para a indústria audiovisual, serviria de instrumento de intervenção na elaboração dos conteúdos. Sob protesto, mais uma vez, o governo recuou. Depois, o ministro Tarso Genro distribuiu entre militantes uma análise da situação política em que era mostrado o que seria, segundo ele, uma conspiração da mídia contra o governo Lula. O

ministro, ao se referir a essa conspiração, disse que a mídia se punha contra os “avanços democráticos” do governo Lula. E daí, de novo, comparecem as aspas de ironia.

Na seqüência discursiva destacada, as aspas separam dois espaços discursivos, criando um exterior. Há o espaço discursivo do jornal e também um outro, exterior, o do ministro Tarso Genro, que defende os interesses do governo Lula. A criação desses dois espaços mostra a não-coincidência interlocutiva entre o jornal e Genro no que tange a “avanços democráticos”. Para Genro, tanto a proposta de criação de um Conselho Federal de Jornalismo, quanto a idealização da Ancinav são medidas democráticas; já para o jornal, qualquer controle da imprensa é censura e, portanto, antidemocracia.

A ironia nessa marcação do dizer outro através das aspas está justamente na repetição da expressão de que Genro fez uso para caracterizar as decisões do governo em relação a órgãos de controle da imprensa: “avanços democráticos”. O jornal não usou, para se referir a essa série de investidas do governo, o termo “decisão”, ou “atitudes”, por exemplo, mas a expressão “avanços democráticos”, a qual é confrontada pelo próprio jornal.

Há, tanto no *Jornal do Brasil* quanto em *O Globo*, uma recorrência no uso de aspas que ironizam a posição discursiva outra. Tal ironia, no que tange à proposta teórica de Authier-Revuz em relação ao discurso outro, constitui, nos casos apresentados, uma forma marcada de heterogeneidade mostrada, uma vez que se marca a presença do outro na seqüência discursiva através das aspas.

Em editorial de *O Globo* de 25 de abril, comparecem tanto um caso de ilha textual produzindo efeito de discordância com ironia (primeira seqüência discursiva), quanto um caso de aspas de conotação autonímica, produzindo esse mesmo efeito (segunda seqüência discursiva):

Como agora, **segundo reportagem do GLOBO, com o uso fraudulento de “verba indenizatória”**, uma rubrica no orçamento da Câmara dos Deputados criada em 2001 por uma Mesa presidida por Aécio Neves e de que fazia parte Severino Cavalcanti, o rei do baixo clero, levado a renunciar para escapar da cassação (*O Globo*, 25 de abril de 2006) (Negrito nosso).

Essa “**verba**” foi instituída com a justificativa – como sempre – de financiar a ação parlamentar dos deputados (*O Globo*, 25 de abril de 2006) (Negrito nosso).

O editorial em questão, cujo título é *Saque ao Tesouro*, trata de uma verba – verba indenizatória – criada em 2001, na Câmara dos Deputados, por uma mesa presidida por Aécio Neves e de que fazia parte Severino Cavalcanti. Tal verba foi instituída, segundo o jornal, com a justificativa de financiar a ação parlamentar dos deputados e, por meio dela, cada um dos 513 deputados tem um auxílio de R\$ 15 mil por mês, desde que apresentados os recibos

das despesas. Para o jornal, tal verba é imoral, pois aos deputados já são garantidas outras verbas, como a de gabinete, de R\$ 50,8 mil mensais. Além disso, parlamentares estariam usando tal verba indenizatória para outros fins, como no caso citado do deputado Francisco Rodrigues, que abasteceu veículos e máquinas de sua empresa de terraplanagem com dinheiro de tal verba.

Assim, para o jornal, a verba criada em 2001 não é verdadeiramente uma verba indenizatória, não tendo como função reembolsar os parlamentares por seus gastos durante o mandato, mas uma tentativa de aumentar ainda mais os rendimentos mensais dos deputados, daí a expressão “verba indenizatória” em ilha textual, o que indica não só discordância, mas também produz o efeito corrosivo da ironia. Também o vocábulo “verba”, presente na segunda seqüência discursiva destacada, por se referir à tal verba indenizatória, veio entre as aspas de ironia.

No subcapítulo a seguir, será mostrado de que modo a não-coincidência do discurso consigo mesmo comparece em *O Globo* e no *Jornal do Brasil*.

### 6.3.2 – Da não-coincidência do discurso consigo mesmo

A não-coincidência do discurso consigo mesmo é trabalhada tanto em *O Globo*, quanto no *Jornal do Brasil* pelas aspas de conotação autonímica. Essas aspas marcam a presença de palavras estranhas, palavras essas que são consideradas de outro discurso. Deste modo, as aspas marcam fronteiras entre o que é de si e o que é do outro, delineando a imagem que o discurso dos editoriais faz de si mesmo. Assim:

Quadro 9

| FORMAS DE INSCRIÇÃO DO OUTRO TRABALHANDO A NÃO-COINCIDÊNCIA DO DISCURSO CONSIGO MESMO |                         |
|---|-------------------------|
| <i>O Globo</i>  | <i>Jornal do Brasil</i> |
| Aspas   | Aspas                   |

No editorial de 04 de maio de *O Globo*, observa-se a seguinte seqüência discursiva:



Mas esse avanço artificial logo a seguir revela a sua verdadeira natureza: a educação não “entra” na criança; ela é “marginal” ainda dentro da escola (*O Globo*, 04 de maio de 2006) (Negrito nosso).

O editorial de *O Globo* cujo título é *Questão de Base* trata da questão educacional. De acordo com o editorial, o Brasil precisa investir em educação de base, uma vez que o mercado de trabalho vem se tornando cada vez mais exigente em suas contratações. Se antes para muitos cargos não era exigido nem o primeiro grau, a tendência agora é pedir todo o ciclo fundamental, e até o segundo grau completo. Investir em educação de base seria, assim, fundamental por dois motivos: é por esse caminho que países relativamente atrasados deram seu salto qualitativo e também por ser uma questão de justiça social. No entanto, também consoante o editorial, as escolas brasileiras, por serem de má qualidade, não oferecem um mínimo de educação. As crianças, às vezes, passam de ano por um processo que se destina a evitar o colapso logo nas primeiras séries.

Dessa forma, o pouco investimento em educação no Brasil tem um resultado: “a educação não ‘entra’ na criança”. O vocábulo “entra” comparece entre aspas de conotação autonímica e parece inserir, no discurso do editorial jornalístico, palavra que, no caso apresentado, não lhe é própria, por ser de registro informal. Como o registro do discurso do editorial é o formal, a palavra “entra”, então, pertence a um outro discurso, daí as aspas trabalhando a não-coincidência do discurso consigo mesmo. As aspas em “entra”, portanto, ao marcarem o que pertence a um outro discurso, marcam, por diferença, a imagem que o discurso do editorial faz de si mesmo.

Também no editorial de 21 de maio do *Jornal do Brasil*, há uma seqüência discursiva em que comparece esse mesmo funcionamento das aspas:

Esse aumento da demanda preocupa especialistas do mundo inteiro, conforme revela um relatório do Fórum Econômico Mundial, que pretende servir como “**agenda**” para as próximas reuniões do órgão sobre as indústrias energéticas (*JB*, 21 de maio de 2006) (Negrito nosso).

Nesse editorial, que se intitula *Diversificação necessária*, discute-se sobre a necessidade de haver uma diversificação de combustíveis no Brasil. Com a medida do governo boliviano de nacionalizar as suas reservas de hidrocarboneto, o Brasil perdeu sua grande fonte de fornecimento de gás natural, e, então, a Petrobras, segundo o editorial, anunciou uma medida para aumentar a oferta de gás natural no Brasil e introduzir óleo vegetal no processo de produção do diesel. Também ficou estipulado pelo Conselho Nacional de Política Energética que as usinas termelétricas brasileiras teriam de sofrer uma modificação e passar a usar, além do gás natural, álcool, gás natural liquefeito (GNL) e gás liquefeito de

petróleo (GLP). Essa procura por ofertas alternativas de combustível é, de acordo com o *Jornal do Brasil*, inadiável, uma vez que o Brasil deve aumentar o seu consumo em 20% ao ano até 2010.

O editorial nos diz que é justamente esse aumento previsto de consumo que, segundo um relatório do Fórum Econômico Mundial, vem preocupando especialistas. E esse relatório pretende “servir como ‘agenda’ para as próximas reuniões do órgão sobre as indústrias energéticas”. Assim como ocorreu em *O Globo*, o vocábulo “agenda” – e mais amplamente a expressão “servir como agenda” – parece não estar de acordo com o registro do jornal, indicando certa informalidade que aponta para outro discurso. Como o registro do discurso jornalístico de uma maneira geral é o formal, marcou-se por aspas a não-coincidência do discurso consigo mesmo.

### 6.3.3 – Da não-coincidência das palavras consigo mesmas

Como ao analista do discurso também interessam as regularidades no que tange ao não-comparecimento, é interessante ressaltar que a não-coincidência das palavras consigo mesmas – não-coincidência essa em que aparece a questão do excesso, da palavra como tendo mais de um sentido – foi trabalhada apenas pelas aspas de conotação autonímica, havendo um comparecimento desse tipo de aspas em *O Globo* e um no *Jornal do Brasil*:

Quadro 10

| FORMAS DE INSCRIÇÃO DO OUTRO TRABALHANDO A NÃO-COINCIDÊNCIA DAS PALAVRAS CONSIGO MESMAS |                         |
|---|-------------------------|
| <i>O Globo</i>  | <i>Jornal do Brasil</i> |
| Aspas   | Aspas                   |

A seguir, estão duas seqüências discursivas. A primeira delas retirada do editorial do *Jornal do Brasil* de 19 de abril, e a segunda retirada do editorial de *O Globo* de 04 de maio, esta última seqüência discursiva já destacada, mas que, neste momento, cabe recuperar:

Desde a década de 50, a cidade foi loteada pelos bicheiros – revestidos de características folclóricas, exemplos nada edificantes da “**malandragem**” da época (*Jornal do Brasil*, 19 de abril de 2006) (Negrito nosso).

Mas esse avanço artificial logo a seguir revela a sua verdadeira natureza: a educação não “entra” na criança; ela é “**marginal**” ainda dentro da escola (*O Globo*, 04 de maio de 2006) (Negrito nosso).

Antes de se iniciarem as observações, é importante ressaltar que as aspas que serão abordadas nesse momento são as que circunscrevem “malandragem” em *O Globo* e “marginal” no *Jornal do Brasil*. As aspas que circunscrevem “entra” já foram analisadas.

O editorial do *Jornal do Brasil* retoma reportagem feita pelo jornalista Bruno Gazzaneo, publicada no próprio jornal, que ajuda a explicar a nova face do jogo do bicho e sua relação com a lavagem de dinheiro e o tráfico de drogas. Consoante o editorial, sobretudo no Rio de Janeiro, há uma antiga e promíscua relação, que vem desde a década de 50, entre bandidos e elite. Como exemplo, banqueiros do jogo do bicho são patronos de escolas de samba, dominam clubes e jogadores de futebol, e ingressaram na política. Ainda de acordo com o jornal, muitos bicheiros se converteram também em financiadores de narcotraficantes e envolveram-se na máfia dos caça-níqueis, e, mesmo assim, continuam aceitos e legitimados.

Quando no editorial é dito que a relação entre bicheiros e elite vem desde a década de 50 se insere a seqüência discursiva destacada. Os bicheiros dos anos 50 eram “revestidos de características folclóricas, exemplos nada edificantes da ‘malandragem’ da época”. Na década de 50, segundo Houaiss (2001:1817), havia dois tipos de malandros: aquele ligado a atividades ilegais e o “boêmio sensual, de reconhecida lábia e modo peculiar de se vestir, mover, falar etc.” Assim, as aspas de conotação autonímica colocadas sobre malandragem são aspas que circunscrevem seu sentido, ou seja, aspas que assinalam que tal palavra está em determinado sentido, não em outro. O que ocorreu nesse caso foi uma não-coincidência da palavra consigo mesma, afetada por outro sentido, pelo jogo da polissemia, da homonímia. A palavra “malandragem”, assim como todas as outras, tem mais de um sentido, e não apenas os sentidos cristalizados pelos dicionários, e com as aspas assinala-se que tal palavra está no sentido de bandidagem, e não no de boemia.

A segunda seqüência discursiva destacada, por sua vez, está inserida, como já mostrado quando se tratou das aspas que denotam a não-coincidência do discurso consigo mesmo, em editorial que afirma que a educação brasileira é ruim, havendo, muitas vezes, uma aprovação automática da criança, que não segue critérios qualitativos, mas tem por fim impedir a repetência logo nas primeiras séries. Assim, mesmo dentro da escola, a educação seria “marginal”. Também nesse caso, as aspas de conotação autonímica compareceram devido a uma não-coincidência da palavra consigo mesma. Embora marginal também tenha o sentido de “aquilo que está à margem”, no imaginário carioca, marginal é sinônimo de

bandido. Assim, as aspas em “marginal” circunscrevem o seu sentido: a educação está à margem da escola por ser de má qualidade, não se tratando de uma educação bandida.

Trataremos no subcapítulo a seguir de um outro tipo de aspas, as aspas de autonomia.

#### 6.4 – Das aspas de autonomia

Até então, quando analisávamos o funcionamento das aspas nas seqüências discursivas, estávamos, como já mencionado, nos referindo às aspas de conotação autonímica, aspas que circunscrevem palavras que são, ao mesmo tempo, usadas e mencionadas, e são essas aspas de conotação autonímica que trabalham as não-coincidências já mostradas.

Há, no entanto, em muitos editoriais, tanto em *O Globo*, quanto no *Jornal do Brasil*, um outro tipo de aspas, as aspas de autonomia. No uso autonímico das aspas, faz-se menção às palavras aspeadas, e esse tipo de aspas não trabalha as quatro não-coincidências. Tais aspas estão presentes para nomear jornal (tal referência é feita a um jornal outro, não aquele em que comparece o editorial), filme, lei, comissão, campanha, acontecimento político etc, como se pode verificar nas seqüências discursivas a seguir:

Não se podia prever que depois da entrevista de Roberto Jefferson à “**Folha de São Paulo**” algum outro personagem do escândalo do mensalão falaria à imprensa para confirmar o caso e ainda revelar detalhes dessa conspiração político-eleitoral engendrada entre o PT e o publicitário mineiro, financista e traficante de influências Marcos Valério (*O Globo*, 09 de maio de 2006) (Negrito nosso).

É a mesma polícia que aterroriza as comunidades e achaca os traficantes em vez de prendê-los, como registrado no filme “**Falcão – Meninos do Tráfico**”, do rapper MV Bill e de Celso Athayde, da Central Única de Favelas (Cufa) (*O Globo*, 17 de abril de 2006) (Negrito nosso).

Para tais conquistas, sublinhe-se o formidável papel desempenhado pela campanha “**A refinaria é nossa**”, do governo estadual, e em particular a liderança do secretário de Energia, Indústria Naval e Petróleo, Wagner Viter – um dos principais responsáveis pela vitória fluminense (*JB*, 1 de abril de 2006) (Negrito nosso).

No subcapítulo que se segue, será mostrada a diferença entre o funcionamento dos discursos dos editoriais de *O Globo* e do *Jornal do Brasil*.

## 6.5 – Das diferenças entre *O Globo* e *Jornal do Brasil*

Em *O Globo* e no *Jornal do Brasil*, foram os mesmos modos de inserção do outro, dentre aqueles que foram aqui estudados, que compareceram, a saber: discurso direto, discurso indireto, discurso indireto livre, discurso indireto quase-textual, modalização em discurso segundo sobre o conteúdo, modalização autonímica em discurso segundo, ilha textual e aspas. Também o funcionamento de cada modo de inserção do discurso outro foi semelhante em ambos os jornais.

Uma diferença entre ambos os jornais, no entanto, foi notória: enquanto em *O Globo* houve um equilíbrio entre formas de inserção do discurso outro que produziam efeito de concordância e aquelas que produziam efeito de discordância, no *Jornal do Brasil*, houve muito mais produção do efeito de concordância.

Tal observação fez-nos pensar, em relação aos modos de funcionamento discursivo de cada jornal, que o discurso do editorial de *O Globo* tende a ser polêmico, enquanto o discurso do editorial do *Jornal do Brasil* tende a ser autoritário.

Orlandi (1987:153) divide o discurso em três tipos, de acordo com seu funcionamento: discurso lúdico, discurso polêmico e discurso autoritário. Os critérios utilizados para o estabelecimento dessa tipologia derivam da interação e da polissemia. Da interação resulta o critério que trata do modo como os interlocutores se consideram: se o locutor se considera como agente exclusivo, se os locutores se mantêm presentes, numa relação tensa de disputa pelos sentidos, ou se os locutores se expõem aos efeitos da presença do referente, não regulando sua relação com os sentidos (Orlandi, 2003:86). Relacionada à interação está a noção de reversibilidade: “segundo o grau de reversibilidade haverá uma maior ou menor troca de papéis entre locutor e ouvinte, no discurso” (Orlandi, 1987:154). O outro critério, o da polissemia, diz respeito à relação dos interlocutores com o objeto do discurso: “o objeto de discurso é mantido como tal e os interlocutores se expõem a ele; ou está encoberto pelo dizer e o falante o domina; ou se constitui na disputa entre os interlocutores que o procuram dominar” (idem, ibidem).

No discurso lúdico, haveria reversibilidade total e manutenção do objeto do discurso como tal, resultando em polissemia aberta. Já no discurso polêmico, haveria um certo controle da reversibilidade e a tentativa dos interlocutores de dominar o objeto do discurso, resultando em uma polissemia controlada. No discurso autoritário, por sua vez, quase não ocorreria

reversibilidade, e somente o locutor dominaria o objeto do discurso, resultando numa contenção da polissemia.

Como no editorial de *O Globo* o efeito de concordância e o de discordância foram produzidos de modo equivalente, o que mostra ter havido espaço para a disputa de sentidos e para o enfrentamento no fio discursivo de posições discursivas distintas, o que configura uma prática de resistência e afrontamento, o funcionamento do discurso do editorial de *O Globo* seria, assim, polêmico. Nas palavras de Orlandi (2003:86), o discurso polêmico é

aquele em que a polissemia é controlada, o referente é disputado pelos interlocutores, e estes se mantêm em presença, numa relação tensa de disputa pelos sentidos.

No *Jornal do Brasil*, por sua vez, houve majoritariamente a produção do efeito de concordância, havendo, portanto, uma tentativa maior de controlar os sentidos, e, conseqüentemente, menos espaço para a manifestação da posição discursiva do outro discordante. Assim, o funcionamento do discurso do editorial do *Jornal do Brasil* seria autoritário. Nas palavras de Orlandi (2003:86), o discurso autoritário é

aquele em que a polissemia é contida, o referente está apagado pela relação de linguagem que se estabelece e o locutor se coloca como agente exclusivo, apagando também sua relação com o interlocutor. (Orlandi, 2003:86)

Assim, no *Jornal do Brasil* há uma interdição de sentidos outros que não aqueles instituídos pelo próprio jornal, sendo trabalhado com grande força o mito da informação, segundo o qual caberia ao jornal transmitir aos seus leitores a “verdade dos fatos”. Já em *O Globo*, há um maior confronto entre posições discursivas divergentes e, desse modo, uma maior possibilidade de virem à tona outros sentidos, sentidos esses com outras filiações que não aquela de *O Globo*.

## 6.6 – Das recorrências, das ausências, dos efeitos produzidos: considerações parciais

Durante todo o capítulo seis, foram analisadas seqüências discursivas em que a inserção do outro no tecido jornalístico ocorreu de maneiras distintas e produzindo efeitos diferentes. É, pois, o momento de tecermos certas observações sobre algumas dessas formas

de inscrição do outro que compareceram nos editoriais jornalísticos e também sobre aquelas que não compareceram. Trataremos também dos efeitos de sentido produzidos.

Em primeiro lugar, chamou-nos atenção a grande recorrência de aspas nos editoriais jornalísticos. Foi esse o modo de inserção do discurso outro mais recorrente, e essa recorrência se deve ao fato de as aspas de conotação autonímica terem trabalhado as três não-coincidências do dizer que compareceram nos editoriais, a saber: não-coincidência interlocutiva, não-coincidência do discurso consigo mesmo e não-coincidência das palavras consigo mesmas. No que concerne à não-coincidência interlocutiva, as aspas produziram a totalidade de efeitos apontados: concordância, discordância sem ironia e discordância com ironia. As aspas autonímicas também compareceram em grande número.

Essa inserção maciça do outro através das aspas produziu o efeito de desautorização. Explico. Se no discurso do editorial jornalístico comparecem três não-coincidências do dizer – interlocutiva, do discurso consigo mesmo e das palavras consigo mesmas –, sinal de que nele as ilusões produzidas pelos mitos da informação e da comunicação não estão tão presentes, daí o efeito de desautorização do discurso do editorial. Se os interlocutores não são simetrizáveis, se toda palavra é habitada pelo discurso outro e se a língua é constitutivamente polissêmica, não há transmissão da verdade-da-informação, nem a emissão da opinião lógica de um enunciador imparcial, como pregam ainda hoje, embora com menos força que antigamente (Mariani, 1998), os jornais.

Em relação à modalização em discurso segundo sobre o conteúdo, que produziu, na grande maioria das vezes, o efeito de concordância, embora tenha, em alguns casos, produzido o efeito de discordância sem ironia, é preciso destacar um aspecto de seu funcionamento. Nesse tipo de discurso relatado, como já mostrado quando exposto o quadro de Authier-Revuz sobre as formas de inserir o outro no fio discursivo, trabalha-se com o efeito de citação, apagando-se o ato de dizer. Assim, o conteúdo exposto na modalização em discurso segundo sobre o conteúdo tem efeito de premissa, aproximando, desse modo, o discurso do editorial de um discurso da verdade, daí seu efeito de sentido ser, via de regra, de concordância com a posição discursiva do jornal.

Já o fato de o discurso indireto livre, nos editoriais de *O Globo* e do *Jornal do Brasil* produzir apenas efeito de concordância está relacionado com o seu funcionamento em textos jornalísticos de uma maneira geral, e, em particular, nos editoriais. Quando o outro é inscrito no editorial jornalístico por meio do discurso indireto livre, faz-se ouvir uma voz anônima, voz anônima essa que aponta para o interdiscurso e que, deste modo, em geral, elabora perguntas retóricas que estão em consonância com a posição discursiva do jornal. Assim, o

que comparece por meio do discurso indireto livre remete às evidências através das quais se constrói o discurso do editorial jornalístico.

A modalização autonímica em discurso segundo, por sua vez, tem pouco comparecimento nos editoriais de *O Globo* e do *Jornal do Brasil*, e, quando comparece, produz efeito de concordância. Sua quase-ausência dos editoriais jornalísticos já é indicadora de que, no funcionamento desse tipo de discurso, não se usam palavras de um outro discurso. É como se suas próprias palavras já fossem suficientes, havendo comparecimento das palavras do outro apenas para corroborar, reforçar ou enfatizar o que já foi dito nas próprias palavras do editorial.

Outro ponto a ser observado é o não-comparecimento da ilha textual produzindo efeito de discordância sem ironia, mas apenas discordância com ironia, o que já indica que, no funcionamento discursivo do editorial, quando há a resistência de uma palavra ou expressão da mensagem primeira em seu efeito de literalidade, o efeito é corrosivo. Ou seja, quando a palavra do outro é mantida em ilha textual, o efeito é o de ironia, ironiza-se a palavra do outro que vai de encontro à posição discursiva do editorial.

Até então, estávamos tratando de formas de inserção do outro que compareciam com regularidade nos editoriais de *O Globo* e *Jornal do Brasil*, ou que pouco compareciam. Trataremos, agora, das ausências.

A inscrição do outro no fio discursivo não se fez, em nenhum momento, tanto em *O Globo* quanto no *Jornal do Brasil*, através do discurso direto livre e do discurso direto quase-textual.

A ausência do discurso direto livre nos editoriais parece indicar para um funcionamento do editorial como texto opinativo, em que se faz necessário, no processo de argumentação, mostrar a quem são atribuídas determinadas palavras, para que seja dado a elas o peso da importância de seu autor. No discurso direto livre, no entanto, há uma simultaneidade de vozes no mesmo enunciado, daí esse modo de inserção do discurso outro, via de regra, não fazer parte do funcionamento de um texto opinativo.

Já a ausência do discurso direto quase-textual, em que comparecem estruturas do tipo *fulano disse aproximadamente que “x”*, *fulano disse essencialmente que “x”*, *o que toda essa situação nos diz é “x”*, parece apontar, mais uma vez, para o funcionamento do editorial como texto opinativo. Em um texto opinativo, joga-se com a ilusão de verdade, de fidelidade ao dizer do outro, daí o uso recorrente de modalização em discurso segundo sobre o conteúdo, do discurso indireto e do discurso direto. No funcionamento do discurso direto quase-textual, no entanto, ao mesmo tempo em que comparecem as aspas produzindo efeito de literalidade,



os termos “aproximadamente”, “essencialmente” tiram essa literalidade, perdendo-se, assim, o efeito de verdade.

Por fim, é importante destacar uma última ausência, o não-comparecimento do outro, na enunciação, por meio da não-coincidência entre as palavras e as coisas. Essa não-coincidência trabalha o jogo entre a nomeação e o real. O real, por ser radicalmente heterogêneo à ordem simbólica, não é passível de ser captado pela letra, daí o comparecimento, no fio discursivo, de estruturas tais como: *ousou dizer x, o que se pode, o que é preciso chamar x’; x, eu falho dizendo y; x, eu emprego x’ na falta de algo melhor, por comodidade, provisoriamente.*

Assim, a ausência dessa não-coincidência nos editoriais jornalísticos parece produzir o efeito de que o discurso do editorial funciona como um discurso perfeito, o qual sempre consegue dar conta do real, não havendo nele metáforas, eufemismos, neologismos, hipérboles, aproximando-se, assim, segundo Authier-Revuz (1998:25), de discursos tendencialmente virgens desse tipo de forma, como o discurso da matemática.

A tensão presente nos editoriais, que se configura, por um lado, na palavra que o encabeça: *Opinião* e, por outro, na ausência de assinatura e marca de pessoalidade, também comparece na análise da inserção do outro. Por um lado, o comparecimento do outro através do discurso direto, do discurso indireto, do discurso indireto livre, do discurso indireto quase-textual, da modalização em discurso segundo sobre o conteúdo, da modalização autonímica em discurso segundo e da ilha textual corrobora o título de texto de opinião atribuído aos editoriais, por todas essas formas de inserção do outro trabalharem o efeito de concordância e discordância (com ou sem ironia). Do mesmo modo, as ausências, como já apontado, confirmam tal título. Por outro lado, as aspas, por trabalharem não só a não-coincidência interlocutiva, como também a do discurso consigo mesmo e a das palavras consigo mesmas, produzem o efeito de desautorização do discurso do editorial, puxando a corda da tensão para o lado da ausência de assinatura e de pessoalidade.

Embora o efeito produzido pelas aspas tenha sido o de desautorização, por elas serem representativas da não-simetrização dos interlocutores, da polissemia da língua e da presença do discurso outro em todas as palavras, as aspas não retiram os editoriais de *O Globo* e do *Jornal do Brasil* dos dois meses analisados de uma formação discursiva em que o editorial é trabalhado como sendo claro, objetivo e representativo da realidade. Assim, neles os sentidos são postos como naturais, evidentes. Essa formação discursiva faz significar o grupo de editoriais analisados como sendo um instrumento de informação da verdade, instrumento esse que pretende ser compreendido por todos.

## 7 – Considerações finais

“A linguagem serve para comunicar e para não comunicar.”  
Pêcheux, 1988

A presente dissertação possuía três principais objetivos. O primeiro deles buscava analisar o funcionamento do discurso outro nos editoriais jornalísticos, de modo a se estudar a referida tensão existente no discurso dos editoriais: ausência de assinatura e marcas de personalidade se contrapondo a seu dito caráter opinativo. Foi observado que a própria inserção do outro no editorial também era representativa dessa tensão, havendo, por vezes, com a inserção do outro no fio discursivo, a desautorização do discurso do editorial e, em outros momentos, sua tomada como discurso propagador da verdade informativa e da correta interpretação dos fatos.

O segundo objetivo era verificar possíveis diferenças tanto nos modos de inserção do outro nos editoriais de *O Globo* e do *Jornal do Brasil*, quanto na produção de efeitos de sentido. Embora tenha sido mostrado que as formas de inscrição do outro em *O Globo* e no *Jornal do Brasil* foram as mesmas, e também os mesmos os funcionamentos, verificou-se que havia entre ambos os jornais disparidade em relação à produção de efeito de concordância e de discordância. Em *O Globo*, havia um equilíbrio na produção dos dois efeitos de sentido, enquanto no *Jornal do Brasil*, uma maior produção do efeito de concordância. Tal observação fez-nos concluir, em relação aos modos do funcionamento discursivo de cada jornal, que o discurso do editorial de *O Globo* teria um funcionamento polêmico, com o enfrentamento, no fio discursivo, de posições discursivas divergentes. O discurso do editorial do *Jornal do Brasil*, por sua vez, teria um funcionamento autoritário, com pouco espaço para a disputa de sentidos.

Por fim, o terceiro objetivo era verificar de que maneira obras dos períodos pré-NGB (anos 10/20/30), pós-NGB (anos 60/70) e contemporâneo (anos 90/00) trabalham a questão da inserção do outro no discurso, chegando-se, assim, às tradições a que tais obras se filiam e às formações ideológicas em que se inserem. O que se pôde averiguar é que as formas de

inserção do discurso outro não comparecem nas obras pré-NGB, o que parece indicar uma permanência da memória do período clássico, em que o discurso direto e o indireto não constituíam uma questão gramatical. Já em relação às obras pós-NGB e contemporâneas, verificou-se que essas se filiam a uma tradição sintático-formalista e inscrevem-se em uma formação ideológica em que a língua é entendida como comunicação, como transmissão de conteúdo e informação.

Penso também ter esta pesquisa contribuído tanto para o estudo do discurso outro, por esse ter sido estudado em material inédito, quanto para o estudo do discurso relatado, por terem sido acrescentadas às formas comumente encontradas nas gramáticas o discurso direto livre, o discurso direto quase-textual e o discurso indireto quase-textual. A contribuição para o estudo do discurso relatado também se deu na medida em que este foi apresentado também sob a perspectiva enunciativa de Authier-Revuz, tendo sido então considerados outros aspectos que não aqueles apresentados pelas gramáticas e livros acadêmicos.

Outra contribuição desta dissertação foi a discussão do funcionamento dos discursos da mídia, do jornal e do editorial com o suporte de uma teoria enunciativa, discussão essa que contribuirá para a complexificação do trabalho com os mais diversos discursos midiáticos nos bancos das escolas e das universidades.

## 8 – Referências Bibliográficas

ALI, Manuel Said. *Gramática secundária da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1927.

ALMEIDA, Eliana de. *Folhetim: uma crônica da língua*. Campinas, SP: Unicamp, 2006. Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Linguística.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. “Heterogeneidade(s) enunciativa(s)”. In: *Caderno de estudos lingüísticos, número 19*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, jul./dez. 1990, pp. 25-42.

\_\_\_\_\_. “A encenação da comunicação no discurso de divulgação científica”. In: \_\_\_\_\_. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998, pp. 107-131.

\_\_\_\_\_. “Observações no campo do discurso relatado”. In: \_\_\_\_\_. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998, pp. 133-161.

\_\_\_\_\_. “Dialogismo e divulgação científica”. In: *Revista Rua, número 5*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999, pp. 9-15.

\_\_\_\_\_. “Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso”. In: \_\_\_\_\_. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, pp. 11-80.

\_\_\_\_\_. “Observações sobre a categoria da ‘ilhota textual’”. In: \_\_\_\_\_. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, pp. 191-216.

\_\_\_\_\_. “Palavras mantidas a distância”. In: \_\_\_\_\_. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, pp. 217-238.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline & ROMEU, Lydia. “O lugar do outro em um discurso de falsificação da história: a respeito de um texto que nega o genocídio dos judeus no III Reich”. In: AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, pp. 239-257.

AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa: curso médio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

\_\_\_\_\_. *Moderna gramática portuguesa: cursos de 1º e 2º graus*. 35 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1994.

\_\_\_\_\_. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CUNHA, Celso. *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte: Editôra Bernardo Alves S/A, 1970.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DIAS, Augusto Epiphanyo da Silva. *Syntaxe historica portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1933.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro (coord.). “Glossário de termos do discurso”. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação*. Rio de Janeiro: Ática, 1999.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Editora Passagens, 1997.

GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1967.

GUIMARÃES, Eduardo. “Enunciação e história”. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.). *História e sentido na linguagem*. São Paulo: Pontes, 1989, pp.71-82.

\_\_\_\_\_. “A semântica como disciplina lingüística”. In: \_\_\_\_\_. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1995, pp. 13-19.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Sintaxe portuguesa para a linguagem culta contemporânea: teoria e prática*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

HENRY, Paul. “Os fundamentos teóricos da ‘Análise Automática do Discurso’ de Michel Pêcheux”. In: GADET, Françoise & HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990, pp. 13-38.

HOUAISS, Antônio & VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

MAIA, Maria Claudia Gonçalves. *Instâncias de subjetivação em relatórios sobre adolescentes infratores*. Niterói, RJ: UFF, 2006. Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Lingüística.

MACIEL, Maximino. *Grammatica descriptiva*. Rio de Janeiro: Francisco Alves e Cia, 1916.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

\_\_\_\_\_. "Linguagem e história". In: *Caderno de letras da UFF, número 12*. Niterói, RJ: EdUFF, 1990, pp. 13-23.

MEDEIROS, Vanise Gomes de. *Dizer a si através do outro: do heterogêneo no identitário nacional*. Niterói, RJ: UFF, 2003. Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Lingüística.

MORELLO, Rosângela. *Os meandros da alteridade: marcas de dizer e indistinção de vozes no discurso*. Campinas, SP: Unicamp, 1995. Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_. *Discurso e leitura*. Campinas, SP: Cortez, 1988.

\_\_\_\_\_. "A natureza e os dados". In: *Cadernos de estudos lingüísticos, número 27*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, jul./dez. 1994, pp. 47-58.

\_\_\_\_\_. "Efeitos do verbal no não verbal". In: *Revista Rua, número 1*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995, pp. 35-48.

\_\_\_\_\_. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2003.

\_\_\_\_\_. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. São Paulo: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

\_\_\_\_\_. “Ler o arquivo hoje”. In: ORLANDI, Eni (org.). *Gestos de leitura*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p.55-67.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática expositiva*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa: curso médio*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia Editôres, 1959.

\_\_\_\_\_. *Gramática normativa da língua portuguesa: curso médio*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1972.

\_\_\_\_\_. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari. *A homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990)*. Niterói, RJ: UFF, 2006. Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VOGT, Carlos. *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo: Hucitec, 1989.

ANEXO: Editoriais de *O Globo* e *Jornal do Brasil* de abril e maio de 2006